

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA **DE** PAPEL



ANAIS **DE EVENTO**

Organizador: Paulo Roberto Krüger

ANAIS DE EVENTO

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

DEMOCRACIA DE PAPEL

1ª EDIÇÃO

2018

(Bibliotecário: André Luiz Ferreira Vidal CRB 9/1767)

E56a I Encontro de Humanidades do Vale do Ivaí (1: 2018: Ivaiporã, PR).

Anais de evento [do] I Encontro de humanidades do vale do Ivaí:
a democracia de papel / Paulo Roberto Kruger (org.)... [et al] –
Ivaiporã: [s.n.], 2018.
147p.

1. Educação – Paraná. 2. Educação - Estudo e ensino. I.
Santos, Andressa dos (Org.). II. Alves Neto, Henrique Fernandes
(Org.). III. Pimentel Filho, José Eduardo. (Org.). IV. Título.

CDD – 321.80981

Coordenação do Evento:

Andressa dos Santos
Henrique Fernandes Alves Neto
José Eduardo Pimentel Filho
Paulo Roberto Krüger

Comitê Científico:

Aline Spaciari Matioli
Andressa dos Santos
Charles Hokiti Fukushigue Chiba
Christiane Singh Bezerra
Henrique Fernandes Alves Neto
José Eduardo Pimentel Filho
Larissa Morais Vanzela
Marcel di Angelis Souza Sandes
Natally Vieira Dias
Paulo Roberto Krüger
Vanessa Rombola

Organização do Evento:

Charles Hokiti Fukushigue Chiba
Christiane Singh
Debora da Costa Pereira
Guilherme Gomes dos Santos
Larissa Foss Sochodolhak
Larissa Morais Vanzela
Marcel di Angelis Souza Sandes
Natally Vieira Dias
Sonia Maria da Costa Mendes
Vanessa Rombola

SUMÁRIO

POLÍTICA COMO FORMAÇÃO: REFLEXÃO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE	01
---	-----------

José Mateus Bido

A REPRESENTAÇÃO DOS SINDICATOS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO (1937-1945) ATRAVÉS DA ANÁLISE DO JORNAL DO BRASIL	07
--	-----------

Daiane Aparecida da Rocha

CIDADANIA E SUS	12
------------------------------	-----------

Élita Rafaela Durval

HUMANIZAÇÃO NA VISÃO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE	15
--	-----------

Adriano Augusto Ferreira Soares; Sofia Christakis Garcia Colucci

A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS DE SAÚDE SOBRE FATORES LIMITANTES AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DO CENTRO-NORTE DO PARANÁ.....	19
--	-----------

Aparecida Romão; Luciana Pereira da Silva; João Felipe Marques da Silva

METODOLOGIA DA SALA DE AULA INVERTIDA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFPR – CAMPUS IVAIPORÃ	21
---	-----------

Paulo Roberto Krüger

PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINAS E MENINOS DO VALE DO IVAÍ-PR: EDUCAÇÃO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DE DIREITOS INFANTO-JUVENIS.....	29
--	-----------

Dayane Larissa Carvalho dos Santos; Isys Mara Kurtz de Souza; Leticia Gomes Oliveira; Tamires Fernanda Ferreira; Paula Marçal Natali

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL.....	33
--	-----------

Monique Libni Marins de Almeida Rodrigues; Natani Priscila Neves de Souza; Ailton José Morelli

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: LEIS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	38
---	-----------

Angélica Anacleto de Aguiar; Fabiene Barbosa da Silva; Filhol Félix de Oliveira; Milleny Meneghin; Paulo Roberto Krüger

CONSELHO DE CLASSE: A VOZ DO REPRESENTANTE DE TURMA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFPR45

Ana Clara Borges Menecoze; Thayla Kawana Santos Brito; Sonia Maria da Costa Mendes

A BANCADA RURALISTA COMO REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA DEFESA DE INTERESSES PRIVADOS51

Andrieli Silvana Panaczewicz

CRISES CÍCLICAS NO MUNDO RURAL E OS ATUAIS DESAFIOS.....58

Huama Maximo; Elizete Conceição Silva

A MUDANÇA DE DIREÇÃO DO INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO E SEU REFLEXO NA QUESTÃO INDIGENISTA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA EM SEUS PRIMEIROS ANOS (1941-1942).....64

Aline Rodrigues Pierobom; Natally Vieira Dias

A QUESTÃO INDÍGENA NOS ESTADOS UNIDOS E O INDIAN NEW DEAL71

Guilherme Gomes dos Santos

A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1910-1945).....77

Danielle Thaís Vital Gonçalves Longo

REVISTA DESASSOSSEGOS: ABSURDEMOS A VIDA DE LESTE A OESTE82

Daniel José Gonçalves; José Aparicio da Silva; Mayco A. Martins Delavy

O ITINERÁRIO DE JEAN-MAURICE FAIVRE: A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DE THEREZA CHRISTINA (1795-1858)86

Tiago Suchecki; Neilaine Ramos Rocha de Lima

A IMAGEM FOTOGRÁFICA COMO FONTE HISTÓRICA: OS PRIMÓRDIOS DA FOTOGRAFIA92

Larissa Foss Sochodolhak

EDUCARA PARA OS DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....97

Bruno Tempesta Marchi; Henrique Sebastião de Souza; Marcia dos Santos Oliveira; Paulo Roberto Krüger

BOCA MALDITA.....103

Ana Khátia Silva dos Santos; Daniel José Gonçalves; Marcelly Maria Souza da Cruz

**O USO DAS MÍDIAS E O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: UM ESTUDO COM
BASE NOS SITES OFICIAIS DE PRESIDENCIÁVEIS108**

Debora da Costa Pereira

A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA NA DEMOCRACIA.....114

Camila Soares Santos; Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

**ANÁLISE DE MATÉRIAS DO PORTAL CARTA CAPITAL SOBRE A QUESTÃO DO
RACISMO NO BRASIL.....120**

Aline Fornaza Reginaldo; Guilherme Pczbiowski Gonçalves; Gustavo Raiser de Carvalho; Maysa das Neves Marques; Paulo Roberto Krüger

**O PENSAMENTO DE EUGENIO GUDIN ACERCA DO CENÁRIO ECONOMICO E TENSÃO
SOCIAL DA DÉCADA DE 1960.....127**

Daiane Fenti Rodrigues; Neilaine Ramos Rocha de Lima

**A CONTRIBUIÇÃO DE NELSON WERNECK SODRÉ PARA O ISEB E SEU DESTAQUE
COMO PENSADOR INTELECTUAL POLÍTICO DA POLÍTICA BRASILEIRA.....131**

Ana Paula Batiston Mendes; Neilaine Ramos Rocha de Lima

**OS ANARQUISTAS PAULISTAS E A LUTA CONTRA OS FASCISMOS E O RACISMO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS JORNAIS A PLEBE E A LANTERNA (1932-1935).....136**

André Rodrigues

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO REGIME MILITAR (1964-1979): REPRESSÃO E O
PERFIL DOS ATINGIDOS COM BASE NO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS139**

Tainara Cristina Egidio Camargo

**O JORNAL LA PROTESTA HUMANA E SUA MULTIPLICIDADE DE INTERPRETAÇÕES:
IMPrensa OPERÁRIA, POPULAR OU ANARQUISTA? (1897-1901)144**

Ana Carla Rodrigues Ribeiro

**POLÍTICA COMO FORMAÇÃO:
REFLEXÃO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE**

José Mateus Bido

Professor no IFPR – Campus Avançado Goioerê

PALAVRAS-CHAVE: Formação cultural, emancipação, autonomia, democracia.

INTRODUÇÃO:

A reflexão sobre a política é uma atitude recorrente na filosofia ocidental. Em diferentes épocas, importantes pensadores se colocam no debate sobre a estrutura da organização social, com seus fundamentos e finalidades. Esses debates se tornam ricos embates se buscados na filosofia política e dialogados conjunturalmente com a cultura. Nesse sentido, a filosofia kantiana, no século XVIII, e a frankfurtiana, no século XX, chamam a atenção da conjuntura cultura em que o debate político é posto, ambas partindo da noção de consciência política. Destaca-se, em Kant, a reconstrução filosófico-cultural sobre os conceitos de emancipação e de autonomia; nos frankfurtianos, a retomada desses conceitos visa colocá-los em sintonia com a dinâmica político-social e histórico-cultural, voltando seus fundamentos e finalidades para a crítica dialética sobre o modelo de democracia assumido.

KANT E ADORNO: POLÍTICA COMO PROJETO FORMATIVO

Em texto de 1783, Kant (2008, p. 63-72) aproxima o sentido da emancipação e da autonomia ao do esclarecimento (*Aufklärung*) e fortalece filosoficamente a proposta do movimento encabeçado pela burguesia em expansão, de priorizar a racionalidade para o controle sistemático do saber. A racionalidade kantiana, estimulada pelo e para o *sapere aude*, evidencia a estrutura assumida pela filosofia, a qual sofre a crise da fundamentação teológico-cultural, herança da reflexão medieval, identificada como a heteronomia.

O propósito kantiano, a partir do esclarecimento intelectual e moral, reforça o movimento iluminista, no plano político, a organizar a pela racionalidade reconstruída

por categorias filosóficas que amparam e estimulam a emancipação racional e a autonomia político-social, distintamente das categorias medievais.

A fundamentação e o estímulo da filosofia kantiana promovem a organização social em favor do projeto político burguês que se fortalece na Europa de então. A perspectiva dada à emancipação racional e à autonomia político-social repercute no ordenamento produtivo e na proposta educacional (HONNETH, 2015, p. 482s). Tem-se um novo projeto para a formação do humano: uma racionalidade ávida pela novidade (descoberta) e estimulada pela vontade da conquista (ciência). Tal projeto define o *espírito* ocidental moderno e legítima, por novas ideias políticas, a constituição das organizações sociais modernas. A busca pela emancipação, face ao modelo sócio-político anterior, torna-se, na modernidade, um ideal orientador (ADORNO, 2006, p. 142). Significa dizer que as ações são pensadas e planejadas para uma orientação de ideal humano, de sociedade e de produção, diferentes do medievo.

Em texto, resultante do debate na Rádio de Hessen, de 1969, Adorno (2006, p. 167-185) retoma o esclarecimento kantiano, dado a sua importância na organização da sociedade ocidental e propõe uma reflexão crítica sobre o conceito burguês de política, apregoado pelo modelo de democracia imperante.

Em Adorno, o termo emancipação é incluído na pauta formativa. Para tanto, a compreensão de uma sociedade democrática passa pela formação política (Adorno, 2006, p. 169) dos indivíduos. É destaque, na crítica adorniana sobre a cultura da época, o peso filosófico dado ao processo de esclarecimento. Ressalta que um processo formativo, para além de uma racionalidade instrumental, justifica-se pela real necessidade de uma formação cultural (ADORNO, 1996, p. 410). Entende o filósofo que a formação autêntica consiste na “produção de uma consciência verdadeira” (Adorno, 2006, p. 141), a qual pensa a realidade para além do efetivamente dado. Pensa a partir das contradições, revelando o potencial autorreflexivo pelo *vir a ser* conjuntural. Possibilitar os meios para os indivíduos se tornarem conscientes (racional e politicamente) é o autêntico sentido da formação para a emancipação. Para tanto, a crítica ao modelo sócio-político e econômico-cultural é posta como denúncia dos meios de controle (MARCUSE, 1973, p. 23) que determinam ideologicamente a sociedade e torna a sociedade mesma a ideologia do controle (Adorno, 2006, p. 143).

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Adorno (2006, p. 169), ao expressar que “a exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia”, parte do princípio de que a democracia exige dos cidadãos a formação de uma consciência participativa para romper com a “adaptação” e o “ajustamento” (p. 175), recorrentes da formação burguesa, pautada na instrumentalização do saber. A crítica à sociedade é crítica à ideologia formativa, especialmente a que destitui a política da condição formativa do humano. Pensar a sociedade democrática é pensar o humano como ser político, pois “quem deseja educar para a democracia precisa esclarecer com muita precisão as debilidades da mesma” (Adorno, 2006, p. 144).

A crítica de Adorno sobre a formação política se dá a partir do conceito formação, intimamente ligado ao de cultura. Planejada para responder aos problemas inerentes à dinâmica sócio-política e econômico-produtiva, a formação da racionalidade iluminista serve ao propósito instrumental: apresentar resultados viáveis ao ideal orientador. Para Adorno, esse projeto racional destitui o sentido de formação cultural, tornando-se *pseudoformação* (Adorno, 1996, p. 389). O filósofo entende por pseudoformação os meios e os esforços educativos constituidores da razão funcional ou positiva, racionalidade essa que gerencia o processo civilizatório, minimizando a importância do humano e valorizando os seus resultados. Trata-se de uma crítica que denuncia a reificação imposta sobre o humano, pela mercantilização de seus esforços intelectuais ou físicos.

Adorno enfatiza a formação cultural, colocando em evidência a estrutura social-econômica-cultural de sua época. Amplia o debate sobre as concepções de infra e superestruturas sociais, retomando à crítica de Marx. Recoloca a reflexão sobre cultura (ADORNO, 2008, p. 9), fundamentada em Freud (2016, p. 144s), dialogando-a com os demais teóricos do Instituto (HORKEIMER, 1986, p. 79; 1990; p. 175; MARCUSE, 2010, p. 153). Reposicionar o conceito de cultura, como superestrutura, é atribuir-lhe também o peso formativo. Para Adorno, faz parte do processo educativo uma formação para além das instruções. Na formação cultural, o pensador deixa explícita e imprescindível uma *cultura política*. Ao escrever: “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”, Adorno está assumindo a formação política como fundamento da ação autônoma na sociedade, mas com a crítica efetiva sobre a finalidade dada à transferência representativa do

poder. A consciência política é efetivo antídoto contra ao esvaziamento de sentido que sofre o conceito de democracia, legitimador de um pensamento totalizador.

Ao abordar a consciência política, Adorno o faz remetendo-a ao sentido maior em que o humano e o social são compreendidos. Consciência, aqui, é tomada não apenas como manifestação de uma racionalidade lúcida, mas como uma atitude histórico-social que compreende o indivíduo na qualidade de cidadão. Nesse sentido, no texto de 1951, *Liderança democrática e manipulação de massas* (ADORNO, 1986), fica expressa a reflexão política do pensador sobre o cenário democrático.

Expondo sua crítica sobre a forma com a política se apresenta na Europa da década de 1950, refletida a partir do exílio nos Estados Unidos da América (Califórnia), Adorno (1986, p. 4) escreve:

Para o observador superficial, a esfera política parece, pois, destinada a ser monopolizada pelos ardilosos homens de propaganda: a política é vista por um vasto número de pessoas como um campo para iniciados, se não de politiquês e chefes de máquinas partidárias. O problema é que quanto menos as pessoas acreditam na integridade política, mais facilmente elas podem cair nas mãos dos políticos que vociferam contra os políticos. Enquanto o princípio de verdade e seus processos intrinsecamente racionais exigem um certo esforço intelectual que provavelmente não atrairá muitos amigos, a propaganda em geral, e a fascista em particular, estão inteiramente adaptadas à chamada linha de menor resistência.

Este texto é considerado pelos estudiosos de Adorno (SCHWARZBÖCK, 2008, p. 102) como um marco da sua postura intelectual sobre o conceito de política. Nele está a reflexão sobre o sentido da liderança que, fundamentada no ideal da massa, supera aquela pautada na racionalidade rousseauiana. O intento do pensador é elevar a crítica ao confronto com os modelos de lideranças influentes na Segunda Guerra Mundial, especialmente os totalitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o cenário do século XXI, especialmente o brasileiro dos últimos anos, tomando a condição da consciência política socializada por líderes e seus liderados, fica evidente a necessidade de uma formação política. A superação das opiniões formadas pelas redes sociais, propagadoras do senso comum, tornar-se-á possível mediante uma proposta efetiva de tratar a política a partir das ciências.

A política, encarada como elemento do processo formativo da pessoa-cidadã, torna-se uma força contraditória à manipulação social, denunciando os meios promotores da falsa liderança que, por si, contraria o sentido civilizatório da

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

humanidade e propaga a barbárie como dado cultural. Como tal, amplia o sentido do diálogo democrático, buscando superar a intolerância presente no embate entre os contrários. Em si, um sistema político que prima pela democracia garante a possibilidade do divergente, do contraditório, mas também o espaço do debate. O excesso, promovido pela intolerância, recruta uma racionalidade destituída do sentido do outro. Estimula uma visão do público a partir do senso do privado; legitima uma noção do “nós” pautada em um “eu” obtuso.

A prevalência da ideia “própria” sobre a racionalidade e vontade do outro, sem as condições sociais do diálogo, realça a ausência de formação política. Destituída da análise científica, a construção do espaço social em que se dá a dimensão política reprime o sentido da individualidade e fortalece a sujeição da pessoa. A ausência de uma formação política faz o cidadão tratar os problemas históricos-sociais e econômico-culturais mais com a emoção do que com a razão. Dificilmente se adotam critérios para análise. A manifestação das opiniões pessoais sobre o assunto é consoante à opinião pública, formada pelos meios de controles postos a serviço dos grupos nacionais e internacionais detentores do capital.

Contrariando a lógica do processo, Adorno (1986, p. 3) nos sugere a superação da “servidão” emocional pela “emancipação da consciência” política. Para tanto, aponta a necessidade de superação da pseudoformação política pela autêntica consciência, comprometida com o “princípio da verdade”. Trata-se de educar para denunciar os equívocos morais e a manipulação psicológica, que submetem o indivíduo à adesão das proposições representativas sem o critério do juízo racional. O pensar se torna relevante para superar a emoção promovida pela propagação de ideias massificadoras e, conseqüentemente, escravizadoras da grande maioria, hoje ganhando corpo pelas redes sociais e meios massificadores da comunicação.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. P. 169-185.

_____. Educação – para quê? In.: **Educação e emancipação**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. P. 139-154)

_____. **Liderança democrática e manipulação das massas** (1951). [* Reproduzido de Gesammelte Schriften Vol. 20, T. I [Soziologische Schriften] Frankfurt:

Surhkamp Verlag, 1986, p. 267-286. Traduzido por Francisco Rüdiger]. Disponível em: https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor_Adorno_-_Lideran%C3%A7a_democr%C3%A1tica_e_manipula%C3%A7%C3%A3o_de_mas_sas.htm?1349567546 . Acesso 24 ago. 2018

_____. **Teoria da Semicultura**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. In: Revista Educação e Sociedade n. 56, ano XVII, dezembro de 1996, pág. 388-411.

_____. **Crítica de la cultura y sociedade**: I – Prismas. Madrid: AKAL, 2008.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. 2ª ed. Porto Alegre, RS: L&M, 2016.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fonte – selo Martins, 2015.

HORKHEIMER, Max. **Sociedad en transición**: estúdios de filosofía social. Barcelona: Planeta-agostini, 1986.

_____. **Teoria crítica**: uma documentação. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? (Aufklärung). In.: **Textos Seletos**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. P. 63-71.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Cultura e sociedade**. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SCHWARZBÖCK, Silvia. **Adono Y lo político**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

**A REPRESENTAÇÃO DOS SINDICATOS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO
(1937-1945) ATRAVÉS DA ANÁLISE DO *JORNAL DO BRASIL***

Daiane Aparecida da Rocha
Acadêmica de História na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: Representação; Jornal do Brasil; Sindicato; Estado Novo.

Visamos compreender as relações entre os sindicatos e o governo de Getúlio Vargas durante o período de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, através da representação que o *Jornal do Brasil* veicula sobre os sindicatos.

O período analisado é repleto de controvérsias, e gerador de muitos debates, neste procuramos compreender, amparados na teoria das representações de Roger Chartier (1990), como um jornal que surgiu com cunho monarquista passou a representar um movimento composto por trabalhadores que, a partir do governo varguista, começaram a ganhar espaço no cenário político nacional.

O *Jornal do Brasil* foi criado logo após a proclamação da república, com o intuito de canalizar críticas ao novo governo que reprimia a liberdade de imprensa. A criação oficial do jornal ocorre no governo de Deodoro da Fonseca, em 9 de abril de 1891, encabeçada por Rodolfo de Souza Dantas, Joaquim Nabuco, entre outros.

Fonseca (2008) ressalta que, a postura do *Jornal do Brasil* era moderada em relação à sua posição ideológica, pois surgiu forte e com intenção de ter uma vida longa, não pretendia ser liquidado pelo governo como aconteceu com vários outros jornais. O periódico nasce com cunho monarquista e chega, segundo Sodré, para enfileirar-se entre os grandes.

De 1891 a 1919 o jornal passou por vários momentos, desde ápices de popularidade até momentos de decadência e chegou a ser vendido algumas vezes, sendo comprado, em 1919, por Pereira Carneiro.

Mesmo procurando se manter à margem de questões políticas, o jornal apoiava discretamente a candidatura de Washington Luís à presidência da República. Uma vez iniciado o mandato de Washington Luís, o apoio permaneceu discreto, mesmo quando a oposição ao governo começou a crescer, o jornal conservou sua

posição, criticando de forma modesta a Aliança Liberal e a candidatura opositora de Getúlio Vargas.

Fonseca (2008) nos relata que, mesmo com toda sua modéstia, quando a revolução de 1930 eclode o *Jornal do Brasil* sofreu represália por parte do governo chegando a ficar desativado por alguns meses, além da represália, o jornal, passava também por uma crise financeira.

Segundo o *Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal*, as origens dos sindicatos no Brasil se remontam ao final do século XIX, com a transformação da economia brasileira, cuja a mão de obra escrava era substituída pelo trabalho assalariado. Suas primeiras formas de organização remetiam a sociedades de ajuda mutua, que depois evoluíram para os sindicatos.

Embora no Império, o desenvolvimento industrial no Brasil ainda não fosse tão grande a ponto de criar um ambiente propício ao desenvolvimento do sindicalismo, Adriane Lemos Steinke (S/D) cita a existência de algumas entidades como, a Liga Operária (1870) e a União Operária (1880) que tinham como finalidade reunir e defender os trabalhadores.

No quadro conflituoso e contraditório de 1930 começa-se a desenvolver uma legislação trabalhista, e assim, em 1931 há a promulgação do Decreto n. 19.770 de 19 de março, que pode ser considerada a primeira lei sindical brasileira. Segundo Adriane Lemos Steinke (S/D) com a promulgação deste decreto uma nova fase para a organização sindical foi aberta no Brasil. Porém Steinke coloca, que não podemos ignorar que o referido Decreto possuía a intenção de retirar o sindicato da esfera privada para atrela-lo ao governo. “A lei sindical de 1931 (Decreto N 19.770), cria os pilares do sindicalismo oficial no Brasil. Controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Definia o sindicalismo como órgão de colaboração e cooperação como Estado” (SINTSEF, S/D).

Com o governo de Vargas e a industrialização promovida no Brasil, classe operária ganhou uma importância maior, e com isso, o conflito entre empresários e trabalhadores passou a ser vista como uma questão política.

O governo de Getúlio Vargas tem início com o que ficou conhecido como revolução de 1930. Descontentes com os rumos que o governo do país estava tomando, os militares mais graduados depõem Washington Luís dez dias antes dele dar a posse para Júlio Prestes, que havia ganhado de Vargas nas eleições

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

presidenciais. Segundo Skidmore, era a primeira vez, desde a proclamação da república que um candidato ao governo não conseguia chegar ao poder.

A revolução de 1930 trazia uma cara diferente, pois colocava fim na estrutura republicana criada em 1890. O governo provisório de Getúlio acabou perdurando 7 anos, sendo que em 1934 ele acabou eleito presidente pelo Congresso Nacional, por um período que deveria ir até 1938, quando ocorreriam eleições diretas.

No período de 1930 até 1937, houve muita movimentação, e por fim, com as eleições sendo planejadas, a política estava tumultuada, e com a ideia de aplicar um golpe, Vargas e seus aliados manipulavam o plano político. Logo, o golpe não demorou a vir. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio concretiza seu desejo de permanecer no cargo de presidente, além de seu tempo de vigência, que deveria terminar em 1938.

Em 1º de maio de 1943, Vargas baixa o decreto-lei nº 5.452, que reunia todos os textos legais sobre direitos trabalhistas, criava-se então a CLT. Neste momento da criação da CLT, o Brasil era, predominantemente, rural e começava a vivenciar uma intensa migração populacional para as cidades, onde já despontava uma nova classe trabalhadora, mais inteirada politicamente.

A CLT destinava-se a regular as relações de trabalho nas cidades, era saudada como a porta para a cidadania. “Conforme Boris Fausto, citado por Hélio Mário de Arruda, “a ascensão do movimento operário nos anos 1917/1920 coloca pela primeira vez a ‘questão social’ na cena política. (LUIS ALBERTO VARGAS et al. 2013, p, 233).

Dentro deste contexto o *Jornal do Brasil* se apresenta como um periódico que procurava se abster de posicionamentos políticos, porém de uma forma moderada, o jornal se manifestava.

Mesmo de cunho mais conservador, o *Jornal do Brasil*, repudiava movimentos extremistas, tanto de esquerda, como o comunismo, quanto de direita, como o integralismo, e não apoiava as atitudes totalitárias do governo de Vargas.

Objetivamos compreender como se davam as relações dos sindicatos com o governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, através da análise da imprensa, entre os anos de 1937 a 1945. Analisar como o *Jornal* se manifesta diante do período e acontecimentos estudados, mostrar a importância do movimento sindical no ganho de direitos trabalhistas a partir da visão do jornal em questão, e ainda

visamos, compreender através do *Jornal do Brasil*, de que forma o governo Vargas se manifestava diante dos movimentos sindicais.

Ainda é importante ressaltar que para realizar a análise do jornal devemos observar alguns pontos cruciais, que vão além do periódico em si. Assim, Tania De Luca nos apresenta uma metodologia favorável para a realização desta análise.

Também, Roger Chartier, com sua obra “A história cultural entre práticas e representações”, expressa o modo como uma mesma informação pode ser compreendida de acordo com o tempo e o lugar em que é expressada.

As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17)

Neste sentido, as representações, segundo Lopes de Carvalho e Francismar Alex (2005), embasados na obra de Chartier, nos permite avaliar o que um indivíduo ou grupo constroem para si mesmo e para os outros. As representações não são opostas ao real, elas tornam presentes um conceito ou pessoa ausentes diante sua substituição por uma imagem capaz de representá-los adequadamente.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Lopes de, FRANCISMAR, Alex. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier, **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DE LUCA, Tania Regina. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, Letícia Pedruce. **A Construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. UFRGS, **Alcar** 2015.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

MONTALVÃO, Sergio. **Jornal do Brasil**. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20BRASIL.pdf>

O mundo como representação. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>.

SINTRAFESC. História do sindicalismo no Brasil. Disponível em:
<<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm>>.

SINTSEF. Origens do sindicalismo no Brasil. Disponível em:
<<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm>>.

STEINKE, Adriane Lemos. O sindicalismo no Brasil. Disponível em:
<<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm>>.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VARGAS, Luís Alberto. Setenta anos da CLT: a atualidade do direito social no século XXI. **TST**, Brasília, vol. 79, n 2, abr/jun 2013.

CIDADANIA E SUS

Élita Rafaela Durval
Acadêmica da FATEC- Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: SUS, cidadania, Reforma, Sanitária, Constituição.

Realizou-se um estudo de revisão de artigos e Periódicos com o objetivo de delinear o tema desta revisão bibliográfica. Entende-se que a origem do conceito cidadania, deriva-se da Grécia Antiga, e a palavra vem do latim 'civitos', significando cidade, dando origem ao termo cidadão, sua história teve ênfase com os babilônios juntamente com o código de Hamurabi no século XVIII, que reforçavam o poder do estado, e com os gregos de Atenas, no código de Clisteres no séc. VI a.c., que obtinham leis e normas registradas por escrito defendendo a instituição da democracia. Atualmente, entende-se por cidadania os direitos e deveres sociais de um homem e seu poder no meio social. A partir de 1988, com a Constituição Federal, rege uma legislação democrática, abordando garantir a plenitude de todos os direitos. Conclui-se que inúmeros acontecimentos, até a Constituição Brasileira em 1988, traziam para a cidadania opressões, mortes, rebeliões, etc., entre eles se destaca o movimento da Reforma Sanitária que nasceu como luta contra a ditadura, no início da década de 1970, dele participaram grupos de médicos e outros profissionais preocupados com a saúde pública, que desenvolveram teses e integraram discussões políticas, um dos oradores era o sanitarista Sergio Arouca, considerado "o eterno guru da Reforma Sanitária", que contribuiu grandemente para o desenvolvimento desse movimento, que se fortaleceu com o surgimento do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO, originando um marco institucional, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. As propostas da Reforma Sanitária resultaram, finalmente, na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse movimento preconizava a saúde e garantiu na Constituição, por meio de uma emenda popular, que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Montesquieu divide o Estado brasileiro em três esferas de poderes, sendo-os, Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais se

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

relacionam com o financiamento do SUS, nesses poderes há mecanismos de controle, que são positivos para a construção democrática da saúde, mas se transformam em dificuldades. O “subfinanciamento” da saúde se reflete no Poder Judiciário, uma vez que há processos judiciais de interesses individuais na assistência à saúde. Na Constituição Federal e na Lei 8.080, é objetivo do SUS, identificar e divulgar os condicionantes e determinantes da saúde; formular a política de saúde para promover os campos econômico e social; fazer ações promoção, proteção e recuperação da saúde, integrando ações assistenciais e preventivas, objetivos considerados pelo sistema direitos dos cidadãos, estes garantidos meio a lutas e movimentos sociais, que modificaram a sociedade e revolucionaram a história da cidadania brasileira.

REFERÊNCIAS:

PAIM. Jair Nilson; Reforma Sanitária Brasileira: Contribuição para a compreensão e crítica. EDUFBA; Rio de Janeiro: FIO CRUZ, 2008.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antônio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35.

<https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria> (Acessado em 07/10/2017).

<http://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1448> (Acessado em 07/10/2017).

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/reforma-sanitaria-brasileira/38825> (Acessado em 07/10/2017).

<https://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html> (Acessado em 07/10/2017).

<https://static.scielo.org/scielobooks/4ndgv/pdf/paim-9788575413593.pdf> (Acessado em 07/10/2017).

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/18594/2/Teixeira_Reforma%20Sanitaria_Port.pdf (Acessado em 07/10/2017).

<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/73/57> (Acessado em 03/10/2017).

<http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm> (Acessado em 03/10/2017).

<https://www.significados.com.br/cidadania/> (Acessado em 03/10/2017).

<http://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/> (Acessado em 03/10/2017).

https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5772 (Acesso em: 24/08/2017)

CADEMARTORI, D. M. L. MUTAÇÕES DA CIDADANIA: DA COMUNIDADE AO ESTADO LIBERAL. 2010. Disponível em: <http://virtual.cesusc.edu.br/portal/externo/direito/wp-content/uploads/2010/05/MUTAÇÕES-DA-CIDADANIA-Prof.Daniela-Cademartori.pdf> (Acesso em: 24/08/2017)

TOSI, G. LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE: BREVE HISTÓRIA CONCEITUAL DOS DIREITOS HUMANOS. Escola Judicial e de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região- PB Curso: Liberdade, Igualdade e Fraternidade na Construção dos Direitos Humanos-UFPB /18-19.06.2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_liberdade_igualdade_fraternidade.pdf (Acesso em: 24/08/2017)

<https://histoinfo.wordpress.com/2013/01/07/democracia-e-cidadania/> (Acesso em: 22/08/2017)

<http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/politica-cidadania-democracia.htm> (22/08/2017)

HUMANIZAÇÃO NA VISÃO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE

Adriano Augusto Ferreira Soares

Acadêmico de Enfermagem na FATEC – Ivaiporã

Sofia Christakis Garcia Colucci

Acadêmica de Enfermagem na FATEC – Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: assistência, empatia, comunicação.

INTRODUÇÃO

Nos dias em que o individualismo reina é difícil que pessoas sejam empáticas com seus próximos. Na maioria das vezes, a sobrecarga imposta pelo ritmo acelerado de trabalho faz com que os profissionais prestem uma assistência mecanizada dentro de suas funções (COLLET; ROZENDO, 2003). Considerando os profissionais da saúde, mais especificadamente da enfermagem, nada de diferente acomete o dia a dia desses profissionais que deveriam ter mais sensibilidade nos seus afazeres. Estes possuem contato direto com pacientes que estão passando por uma experiência desagradável, permeados pelo medo do desconhecido. Vivendo momentos que perdem o controle e o domínio de seu corpo e muitas vezes tem sua intimidade invadida além das situações dolorosas que são submetidos, o que faz o paciente se sentir impotente e ansioso ao pensamento de tudo que terá que passar.

Muitas vezes a estranheza do local a qual estão obrigados a ficar e por estar partilhando uma situação tão delicada com pessoas estranhas reforça mais suas impressões e sensações negativas, ainda mais quando se veem em confronto com pessoas fora de convívio familiar. Todos esses são fatores contribuem de maneira potencialmente negativa a evolução clínica desse paciente.

Para melhor compreensão, Zoboli (2003) apresenta que a reflexão humanística não enfoca somente problemas e necessidades biológicas, mas abrange as circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes nos relacionamentos humanos existentes nas ações relativas à atenção em saúde.

Sendo assim, podemos considerar que a humanização é um tema que repercute muito nos dias atuais pela necessidade de obtermos uma conscientização

por parte de todos principalmente dos empregadores com seus profissionais e por parte dos profissionais quanto aos cuidados prestados aos pacientes hospitalizados.

Segundo Morais et. al (2009), humanizar é acolher o paciente em sua essência a partir de uma ação efetiva traduzida na solidariedade, na compreensão do ser doente em sua singularidade e na sua apreciação da vida. Além disso, transforma o ambiente proporcionando um atendimento mais seguro, afetuoso e terno. Dessa forma, este trabalho teve por objetivo levar a reflexão sobre a humanização dos profissionais na área da saúde, por meio de uma revisão bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

Em 2003, foi criada a Política Nacional de Humanização que tem como modelo a valorização dos sujeitos e do processo de produção de saúde, quaisquer sejam os usuários, trabalhadores e gestores. Esta prioriza também o investimento na autonomia e no protagonismo dos mesmos, estabelecendo vínculos solidários e participativos na gestão, melhorando as condições de trabalho e de atendimento, sendo assim, essas ações agregam valor ao ser humano com ampla repercussão, desde usuários até profissionais não só da saúde, mas também de outros setores (FONTANA, 2010).

Para trabalhar com a humanização tem-se a necessidade de alinhar projetos não meramente com uma visão utópica, mas realmente frisar meios que colaborem a contextualização do tema. O investimento em equipamentos e tecnologias não bastam na assistência ao usuário, para tornar o tratamento mais eficaz o acolhimento é essencial, pois a pessoa se sente mais respeitada pelos profissionais da saúde, paralelamente, se faz necessário humanizar as condições de trabalho destes profissionais para criarem uma relação não somente trabalhista, mas também afetiva (FONTANA, 2010).

Outra forma ávida e inicial de trabalhar a humanização, também muito relatada, é a questão da comunicação como estratégia de aproximar paciente-equipe, inferindo diretamente em como devemos investir no tratamento direto do paciente, incluindo a forma de falar, escutar, olhar, maneiras que caracterize as suas expressões ao se comunicar (MORAIS et. al, 2009). Entende-se por comunicação o processo de troca e compreensão de informações, a partir disso ocorre a percepção, partilha e concepção dos propósitos, pensamentos e ideias (COSTA, 2004).

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Uma outra ligação que deve ser realizada é entre a humanização e ética, pois conforme Fortes (1998) o conceito de ética é a reflexão crítica sobre o comportamento humano que interpreta, discute e problematiza os valores, os princípios e as regras morais, à procura da "boa vida" em sociedade, do bom convívio social. São muitos os fatores envolvidos, observados e confirmados na área da saúde, pois a humanização deve ser trabalhada principalmente nessas instituições, devido seu público alvo.

Os desafios atuais no desenvolvimento de ações humanizadas se evidenciam pela banalização do sofrimento, dos sentimentos, das necessidades singulares, tanto dos profissionais como dos usuários. Fatores como contatos superficiais, problemas de organização da assistência interferem diretamente nas relações dos profissionais com os usuários (COLLET; ROZENDO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, não devemos descartar a importância da ética em demais setores que devem apresentar uma visão democrática com respeito, cooperação, partilha, comunicação cuidadosa, escuta paciente, empatia e principalmente educação tudo isso focado em desenvolver a humanização.

Por fim, estas são algumas características esperadas em qualquer pessoa, porém deve-se existir treinamento e capacitação para todos os servidores envolvidos com a área da saúde para que a humanização aconteça e que o tratamento do paciente seja mais eficaz.

Além disso, espaços democráticos emancipatórios de comunicação entre gestores, colega e usuários podem conduzir à humanização das práticas, gerando mudanças nos processos, resolutividade e qualidade no atendimento, bem como, contribuir os índices de violência ocupacional e, efetivamente, promover a saúde de todos (FONTANA, 2010).

REFERÊNCIAS

COLLET, N.; ROZENDO, C. A. Humanização e trabalho na enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 189-192, mar./abr. 2003.

COSTA, M. P. F. Ressuscitação cardiopulmonar: aspectos da comunicação e do tempo. In: Silva MJP, organizadora. Qual o tempo do cuidado? Humanizando os

cuidados de enfermagem. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola; 2004. p. 111-22.

FONTANA, R. T. Humanização no processo de trabalho em enfermagem: Uma reflexão. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 200-207, jan./mar. 2010.

FORTES P. A. C. Ética e Saúde. São Paulo, Ed. Pedagógica Universitária, 1998.

MORAIS, G. S. da N. et al. Comunicação como instrumento básico no cuidar humanizado em enfermagem ao paciente hospitalizado. **Acta paulista de enfermagem**, São paulo, v. 22, n. 3, p.111-222, ago./dez. 2008.

ZOBOLI E. L. C. P. Bioética e atenção básica: um estudo de ética descritiva com enfermeiros e médicos do Programa de Saúde da Família. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

**A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS DE SAÚDE SOBRE FATORES
LIMITANTES AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DO
CENTRO-NORTE DO PARANÁ**

Aparecida Romão

Acadêmica de Enfermagem na FATEC – Ivaiporã

Luciana Pereira da Silva

Acadêmica de Enfermagem na FATEC – Ivaiporã

João Felipe Marques da Silva

Professor na FATEC – Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: Controle social, Participação popular, Fatores limitantes.

O artigo 198, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988 assegura a participação popular nas políticas públicas de saúde. Essa participação ocorre através das conferências e dos conselhos de saúde em suas respectivas instâncias, sendo estes últimos, organizados por segmentos de forma paritária, por meio da representação dos cidadãos pertencentes a associações de bairros, sindicatos, organizações religiosas, trabalhadores da área de saúde, entidades prestadoras de serviços de saúde, e gestores. Os conselheiros de saúde são eleitos em conferências e desempenham suas atividades com a finalidade de promover maior possibilidade de construção e fiscalização do SUS. Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo identificar, na percepção dos conselheiros de saúde, os fatores limitantes sobre sua atuação no controle social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, entre os meses de abril a maio de 2018. Participaram da pesquisa 06 (seis) conselheiros de saúde, a partir de uma amostra paritária, de um município da região centro-norte do Paraná. Para análise das entrevistas utilizou-se a técnica de análise do conteúdo. Os resultados apontam que o respectivo conselho é formado por paridade de membros, possui reuniões regulares, e pauta prévia enviada pela secretária executiva. Entre fatores limitantes apontados pela percepção dos conselheiros para sua atuação destacam-se: ausência de capacitação para exercer a função; presença nas reuniões como característica

suficiente ao exercício do controle social; participantes não assíduos nas reuniões; ausência de estrutura e recursos próprios; desequilíbrio nas decisões por assimetria de poder entre os membros, e favorecimento de causas individuais. Ainda, os conselheiros relatam não repassar as informações discutidas aos segmentos que representam, tão pouco, à comunidade. Conclui-se que o papel dos conselheiros se encontra limitado a uma atuação meramente burocrática, desacreditados em relação à participação popular nas políticas de saúde. Neste contexto, sugere-se para o enfrentamento dos problemas elencados, a implementação de conselhos locais de saúde, reuniões itinerantes, e a busca por mais formas que possibilitem a aproximação entre a comunidade e os serviços de saúde, com vistas ao fortalecimento do conselho municipal.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros e dá outras providências. Brasília, 1990.

**METODOLOGIA DA SALA DE AULA INVERTIDA: UMA EXPERIÊNCIA NO
ENSINO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFPR – CAMPUS
IVAIPORÃ**

Paulo Roberto Krüger
Professor no IFPR – Campus Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: *Blended Learning*. Educação. Metodologia Ativa. Podcast.

INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas são uma realidade em nossa sociedade, não por acaso a presença de equipamentos eletrônicos como *smartphone*, *tablets*, computadores e outros, são cada vez mais frequentes nas mãos dos alunos em sala de aula, mas isso não significa que eles estejam os usando para melhorar a sua aprendizagem. Assim, observamos a oportunidade de utilizar esses equipamentos para aprimorar o ensino.

Recorremos à Sala de Aula Invertida, metodologia criada por Bergmann e Sams (2017), e a discussão sobre tecnologia em sala de aula (TAJRA, 2012), para debater a utilização de equipamentos tecnológicos como ferramentas auxiliares no processo de ensino-aprendizagem, visando a inversão da prática de ensino tradicional em que o aluno tem a exposição teórica na sala de aula e em casa realiza tarefas, e aumentando a eficácia de atendimento do professor em sala de aula, propondo autonomia de estudos aos alunos.

Esse breve ensaio trata de um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Instituto Federal do Paraná – Campus Ivaiporã, intitulado “Metodologia da Sala de Aula Invertida para o ensino de História do Japão no Ensino Médio”. Esse projeto teve início em novembro de 2017 com previsão de término em dezembro de 2019. Atualmente o projeto encontra-se na fase de aplicação da metodologia da sala de aula invertida nos diversos conteúdos curriculares de História das turmas de primeiros e segundos anos do Ensino Médio Integrado Eletrotécnica e Informática.

O objetivo do projeto é propor a introdução de uma nova temática histórica para os alunos – História do Japão¹ – bem como verificar a eficácia da metodologia de Sala de Aula Invertida. Para isso, propomos o desenvolvimento de aulas que seguirão essa metodologia, elaborando *podcasts*, videoaulas, materiais didáticos distribuídos via internet para os alunos e a realização de atividades práticas e teóricas em sala de aula. Para levantar dados e aferir os resultados do projeto serão utilizados questionários quali-quantitativos. Desse modo, também objetivamos dar maior significação para os recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, observar e avaliar ações (escrita, discussões, anotações, etc.) dos alunos diante a prática de estudos e propiciar uma nova forma de estudos para esses alunos.

REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O projeto se desenvolverá em cinco etapas, que se constituirão em: pesquisa bibliográfica sobre a metodologia da Sala de Aula Invertida e tecnologia no ensino; produção de material de apoio aos alunos (*podcasts*, textos, slides e outros); aplicação da metodologia da Sala de Aula Invertida para os temas curriculares apresentados nas ementas das turmas; desenvolvimento de roteiros, *podcasts* e videoaulas sobre a História do Japão; e regências – aulas expositivas, desenvolvimento de trabalhos, seminários e avaliações. Durante o projeto também serão elaborados e aplicados questionários quantitativos e qualitativos.

Como a metodologia da Sala de Aula Invertida propõem, a grosso modo, uma necessidade dos alunos se preparar para a aula em sua própria casa, optamos em utilizar o e-mail e as redes sociais para disponibilizar os arquivos em pdf do material didático, slides e textos de apoio, bem como os *podcasts* e mais futuramente videoaulas.

Quanto a aplicação da metodologia da Sala de Aula Invertida estamos seguindo a rotina desenvolvida por Bergmann e Sams, na qual foi feito um processo de instrução para que os alunos criem uma prática de acompanhamento dos materiais, sugerindo que: ao desenvolverem as atividades em casa, eles afastem as distrações de si para poderem acompanhar o *podcast*, videoaula ou outro material; além de estimular que eles utilizem a função pausar e retroceder, para que possam

¹ A introdução dessa temática ainda não ocorreu no projeto.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

anotar² e rever algum ponto considerado importante por eles; em sala de aula o professor dedicará os instantes iniciais para discussão sobre o material disponibilizado aos alunos em casa sendo que as anotações dos alunos serão importantes para que surjam questões durante a primeira etapa da aula; depois das questões serem respondidas serão apresentadas as atividades do dia para serem realizadas em sala de aula. Nessa nova rotina a função do professor também tem sofrido modificações, deixando de ser um transmissor de informações e assumindo uma postura de orientador/tutor (BERMANN; SAMS, 2017, p. 11-12).

As regências ocorrem com o intuito de desenvolvermos trabalhos práticos, trabalhos teóricos, discussões e avaliações, permitindo um aprofundamento de assuntos, que podem ser sugeridos pelos próprios alunos ou pelo professor. Quando necessário a aula também ganhará reforços expositivos, aos moldes do ensino tradicional.

O início do projeto foi precedido de um questionário quali-quantitativo, e no seu decorrer outros podem vir a ser aplicados até o seu término. Com esses questionários pretende-se fazer o levantamento de dados sobre a eficácia do método da Sala de Aula Invertida.

No método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas, enquanto que no qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 269).

Observa-se que essa opção, quali-quantitativa dos questionários, pode aumentar as possibilidades de interpretação e cruzamentos de informação, ainda mais por conta do grupo que é pesquisado ser relativamente pequeno. Assim, pretendemos que as considerações da pesquisa sejam embasadas e comprovadas por meio dessas ferramentas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Optamos em iniciar o ano letivo de 2018 utilizando a metodologia Tradicional de Ensino em sala de aula durante o primeiro bimestre, sendo que a metodologia da

² Os autores sugerem o método Cornell de anotações para os alunos, “em que transcrevem os pontos importantes, registram quaisquer dúvidas que lhe ocorram e resumem o conteúdo aprendido. Os alunos que praticam esse modelo de anotação geralmente levam para a sala de aula questões pertinentes que nos ajudam a abordar controvérsias e equívocos comuns” (BERMANN; SAMS, 2017, p. 12).

Sala de Aula Invertida passou a ser utilizada a partir do segundo bimestre e encontra-se em utilização até o momento. Nossos resultados ainda são parciais e foram obtidos via aplicação de questionário quantitativo e do acompanhamento do desenvolvimento dos alunos na disciplina de História.

Antes da inserção da metodologia da Sala de Aula Invertida, aplicamos um questionário para verificar o conhecimento dos alunos em relação ao método, a capacidade de acesso à internet (fundamental para nossa forma de aplicação da metodologia) que eles possuem, a frequência de acesso, sobre a postura que eles apresentam em sala de aula e sobre as “tarefas” de casa. O questionário foi respondido por 129 alunos.

Dada a limitação desse ensaio, optamos em recortar apenas alguns pontos, que apresentamos a seguir:

QUESTÃO	SIM	NÃO
Você possui Smartphone ou Computador com acesso à internet?	99,2%	0,8%
Você possui acesso à internet fora do Campus do IFPR - Ivaiporã?	98,4%	1,6%
Você utiliza a internet como uma ferramenta de suporte para a realização de tarefas, provas ou estudar para avaliações?	99,2%	0,8%
Você acredita que a internet deveria ser utilizada como uma ferramenta pelos professores para auxiliar nos estudos dos alunos?	97,7%	2,3%
Você já assistiu algum vídeo ou escutou algum podcast sobre alguma temática que você estudou para lhe auxiliar na aprendizagem?	93,8%	6,2%
Conhece a Metodologia de Sala de Aula Invertida?	7%	93%

Tabela 1 – Questionário quantitativo produzido pelo autor

Esses dados comprovam que os alunos pesquisados possuem acesso à internet. Lembramos que o campus ainda possui três laboratórios de informática (um em fase final de instalação), além de computadores disponíveis na biblioteca, todos com acesso à internet. Observamos ainda que poucos alunos conhecem a Metodologia da Sala de Aula Invertida, sendo que esse conhecimento é muito superficial, como podemos observar nas respostas, sobre o que sabem da metodologia, de dois dos pesquisados: “aulas que vc [sic] faz em casa, como podcast e vídeos”, “o professor propõe que os alunos pesquisem sobre determinados assuntos

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

e prepararem por exemplo seminários falando sobre [o assunto] e explicando aos colegas sobre o tema”. Além disso, podemos verificar que o acesso à internet não é sinônimo da sua utilização para o desenvolvimento educacional, já que mais de 34% dos alunos pesquisados ficam mais de 9 (nove) horas conectados à internet durante o dia, sendo que do total de alunos pesquisados (129 alunos) 33,3% utilizam a internet menos de 1 (uma) hora por dia para os estudos e 45% dos alunos pesquisados utilizam a internet até 2 (duas) horas diárias para os estudos.

Esse quadro nos mostra como a utilização de tecnologias e da internet são subvalorizados no dia a dia desses alunos. Dessa forma, a partir do segundo bimestre de 2018 foi desenvolvido uma estrutura virtual, o Canal Historiar, no qual são depositados podcasts de temáticas diversas sobre a história, acompanhando a grade curricular das turmas de primeiros e segundos anos dos cursos de Ensino Médio Integrado em Eletrotécnica e Informática.

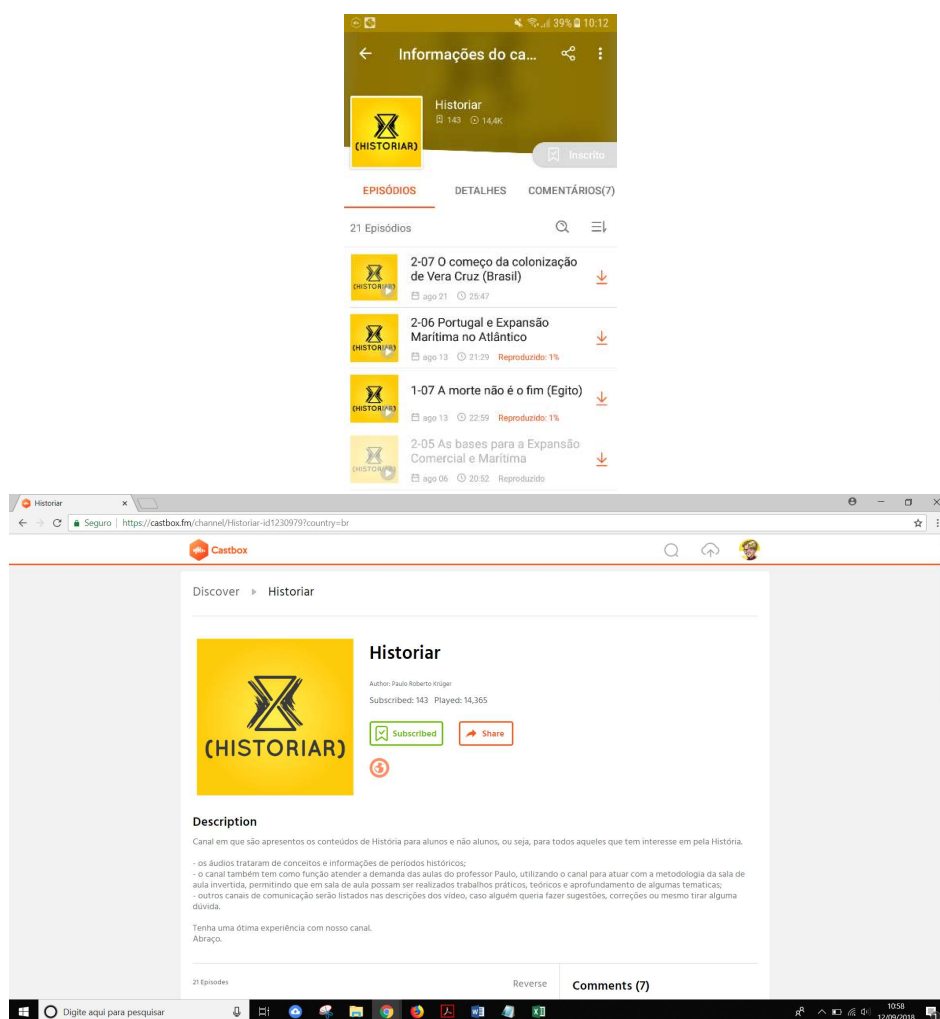


Imagem 1 – Layout do Canal Historiar no aplicativo Castbox (esquerda) e no portal do Castbox (direita)

O Canal Historiar está “hospedado” no portal castbox.fm e o seu acesso é possível via smartphone, tablets, notebook, microcomputadores e outros aparelhos capazes de acessar a internet. Essa opção de utilizar podcasts ocorreu devido à falta de tempo hábil para a produção de vídeos digitais, que são pretendidos para as aulas de História do Japão (ainda em desenvolvimento). Assim, desde o dia 12 de abril de 2018 os alunos têm acessado vários “programas” com duração de cerca de 20 minutos, dos quais eles produzem relatórios, e que servem de base para aprofundar as temáticas em sala de aula, junto com atividades de discussões e trabalhos teóricos sobre os temas.

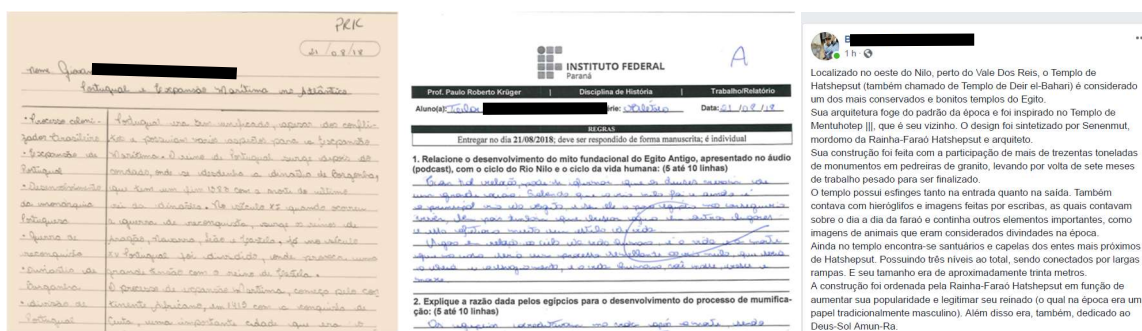


Imagem 2 – Relatório (esquerda), trabalho teórico (centro) e utilização de redes sociais para apresentação e desenvolvimento de trabalho (direita)

Vale ainda ressaltar que é possível observar melhoria no desempenho dos alunos na comparação dos conceitos do primeiro e segundo bimestres de 2018, porém, mais que isso, como a metodologia acabou exigindo que os alunos produzissem textos e respostas mais densas nos trabalhos, foi possível observar um ganho na interpretação e na produção de texto dos alunos.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

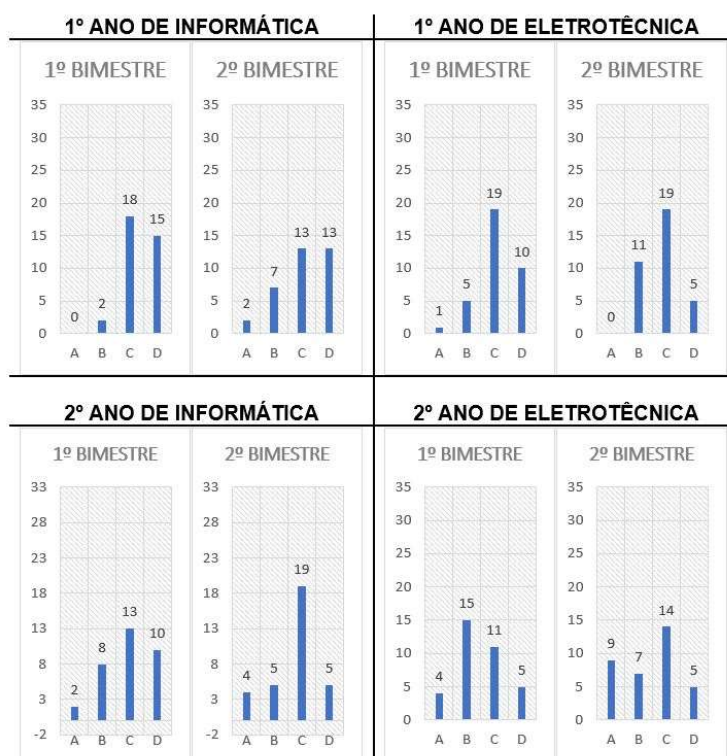


Gráfico 1 – Comparativo entre os conceitos de 1º e 2º Bimestres das turmas pesquisadas. No eixo “x” dos gráficos estão os conceitos e no eixo “y” estão as quantidades de alunos.

Como é possível observar no gráfico acima houveram mudanças significativas nos extremos dos conceitos. No primeiro bimestre houve um total de 5,1% de conceitos “A” e 29% de conceitos “D”, quando adotada a metodologia Tradicional de ensino. No segundo bimestre houve um total de 10,9% de conceitos “A” e 20,3% de conceitos “D”. Claro que esses dados preliminares ainda precisam ser mais explorados, principalmente quanto ao desempenho individual dos alunos, pois dentre eles houveram aqueles que melhoraram seus conceitos, bem como aqueles que pioraram seus conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma grande barreira enfrentada na adoção da metodologia é estimular a autogestão dos estudos por parte dos alunos. No sistema tradicional de ensino, geralmente, nossos alunos recebem conteúdos prontos e são pouco estimulados para a produção. Como o método da Sala de Aula Invertida exige uma autonomia dos estudos dos alunos, isso acaba se tornando um choque para eles. Infelizmente,

podemos observar, a partir dos resultados preliminares, que o grande fator motivador para a realização das atividades propostas ainda está ligado com a “barganha”, ou seja, vincular a entrega de atividades com a obtenção de conceitos (determinantes para a aprovação).

Nossa pesquisa será desenvolvida até o fim do ano de 2019, garantindo um acompanhamento longo dos alunos, para assim identificarmos se houve mudança na postura dos alunos quanto a sua autonomia e a eficácia da metodologia da Sala de Aula Invertida. Ainda pretendemos estender a discussão deste ensaio com mais dados que já obtivemos e que iremos obter até o final deste ano, para assim analisarmos os efeitos da metodologia e traçarmos parâmetros para o ano de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. São Paulo: Érica, 2012.

VALENTE, José Armando. **Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida**. Educar em Revista [en línea] 2014.

**PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINAS E MENINOS DO VALE DO IVAÍ-PR:
EDUCAÇÃO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DE DIREITOS
INFANTO-JUVENIS**

Dayane Larissa Carvalho dos Santos
Acadêmica da UEM

Isys Mara Kurtz de Souza
Acadêmica da UEM

Leticia Gomes Oliveira
Acadêmica da UEM

Tamires Fernanda Ferreira
Acadêmica da UEM

Paula Marçal Natali
Professora da UEM

PALAVRAS-CHAVE: Educação Social, Jogos e Brincadeiras, Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O “Projeto Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí/PR” é um projeto da Universidade Estadual de Maringá e ocorre no Campus Regional do Vale do Ivaí. O projeto objetiva oportunizar através de uma estratégia lúdico-político-pedagógica a ação da Educação Social com crianças e adolescentes com direitos violados. Este projeto de extensão pertence ao Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da UEM e ocorre na cidade de Ivaiporã desde 2014. Este projeto também acontece na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul desde 2015 e no campus sede da UEM na cidade de Maringá desde 1997.

O projeto objetiva ainda problematizar junto às crianças, adolescentes e educadores participantes do projeto às questões pertinentes a luta e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes, vivenciar jogos e brincadeiras e propiciar a ocupação de um espaço público de lazer na cidade de Ivaiporã-Pr, proporcionar às crianças e adolescentes a oportunidade de brincar de forma orientada desenvolvendo a participação e organização política das crianças e adolescentes,

resgatar brincadeiras e jogos tradicionais contribuindo para a valorização e expansão da cultura lúdica das crianças, adolescentes e educadores participantes, estimular estudos e pesquisas multidisciplinares na área infância e adolescência, divulgando a realidade das crianças e adolescentes com direitos violados.

O projeto “Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí-PR” é organizado em dois momentos que estão interligados entre si, propiciando e privilegiando uma prática extensionista reflexiva, baseada na práxis. Estes momentos se dividem em intervenções junto às crianças e adolescentes e os estudos coletivos entre os educadores. As intervenções aconteceram durante 3 anos e meio todas as terças-feiras no final da tarde em uma praça localizada na Vila Nova Porã (bairro Maneco) na cidade de Ivaiporã-PR, nestas intervenções eram desenvolvidos jogos e brincadeiras, bem como as discussões e reflexões pertinentes aos objetivos do projeto. Desde dezembro de 2017 as intervenções foram suspensas no bairro e no ano de 2018, os acadêmicos estão passando por um processo formativo para o desenvolvimento de um mapeamento da cidade de Ivaiporã visando determinar o novo locus de atuação do projeto, no segundo semestre deste ano serão desenvolvidas ações em dois pontos da cidade: Jardim Botânico e Parque Municipal visando trabalhar jogos, brincadeiras e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro momento do projeto de extensão são os estudos e discussões realizados semanalmente na sede da UEM- Campus Regional do Vale do Ivaí, onde ocorrem estudos coletivos e sistematizados sobre Educação Social, Jogos e Brincadeiras, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Educação Popular, Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Nas reuniões entre os educadores participantes além dos estudos sistematizados, discutíamos os relatórios feitos pelos participantes do projeto sobre as intervenções com as crianças e adolescentes e planejávamos o que acontecerá na próxima intervenção educativa.

O primeiro local escolhido para atuação do projeto de extensão no município foi determinado a partir de um mapeamento do município, onde os participantes do projeto se dividiram e foram nos bairros em busca de identificar possíveis situações de vulnerabilidade em relação a infância e com espaço para serem aplicadas as brincadeiras e jogos do projeto. A partir dos dados coletados decidiu-se que o melhor local seria a Vila Nova Porã, mais conhecido como Bairro Maneco, pois havia muitas crianças andando pelas ruas, muitas em situações de vulnerabilidade pois neste

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

bairro não se encontrava opções de lazer, a ATI (Academia da Terceira Idade) que existia em uma praça no centro do bairro havia sido destruída, e a partir de então este espaço ficou sem nenhum local para realizações de atividades e com isso o projeto se estabeleceu na praça central do bairro por ser o único local com espaço para as atividades do projeto (BRITO, 2016).

No desenvolvimento do projeto a formação dos acadêmicos participantes é um elemento muito importante os participantes tem como responsabilidade de através das atividades propostas apresentarem de forma que as crianças e adolescentes compreendam os seus direitos e deveres partindo do respeito consigo mesmo e com próximo, e mesmo havendo diferenças entre as pessoas todas devem ser respeitadas e assim como nas brincadeiras as regras impostas devem ser levadas como aprendizado para que haja igualdade perante todos (MÜLLER; RODRIGUES, 2002). A intervenção educativa priorizando a dimensão lúdica, alicerçada nas brincadeiras, busca oferecer à criança e ao adolescente com os direitos violados brincadeiras orientadas com o objetivo da conscientização e da informação dos direitos das mesmas. Esta prática educacional é fundamentada pelos princípios de respeito, compromisso, inclusão, participação, diálogo e informação.

O projeto é desenvolvido a partir de cinco princípios fundamentais: O primeiro princípio é o respeito, para que não haja desrespeito com os colegas e com educadores, despertando assim nas crianças o lado humanitário de cada um perante ao outro. O segundo princípio é o compromisso, tanto das crianças e adolescentes quanto dos educadores. Das crianças e adolescentes o compromisso se reflete em participar das atividades propostas, cuidar dos materiais que são levados ao bairro e também cumprir acordos feitos com os educadores. Da parte dos educadores o compromisso se expressa em comparecer ao bairro no dia da intervenção, cumprir promessas feitas aos participantes e responsabilidades com estudos e planejamentos. Outro princípio seguido é a inclusão que não diz respeito apenas as pessoas com necessidades especiais, mas a inclusão total, de qualquer pessoa nas atividades. Temos como quarto princípio a participação, no projeto ninguém é obrigado a participar das atividades propostas, eles podem optar por brincar ou não, aos que optam por participar é dada apenas uma exigência, a de que se cumpra os princípios que embasam as relações de direitos e deveres, a participação é voluntária, não é feita lista de presença durante o projeto, porém mesmo quando os educandos faltam

buscam, em geral eles justificam o porquê. Como quinto princípio temos o diálogo, que se estabelece a partir de jogos coletivos, cooperativos e atividades educativas, possibilitando que todos tenham participação no projeto, a escuta desenvolvida pelos educadores deve ser de qualidade e respeitosa. Trabalhamos com a ação educativa de forma que todas as crianças e adolescentes participem das atividades pensadas e planejadas, independentemente de sua classe social, do sexo, etnia, raça, religião, se está limpa ou suja, se é alto ou baixo, novo ou velho, as atividades são abertas para que todos que quiserem participem tendo a permissão de sair e entrar quando quiser e se for necessário poderá opinar em relação às mudanças das regras durante o jogo ou brincadeira.

Referências:

BRITO, Sabrina. **Estratégias de abordagem e intervenção na Educação Social: no Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas ruas na cidade de Ivaiporã-PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.

MÜLLER, Verônica Regina; RODRIGUES, Patrícia Cruzelino. **Reflexões de quem navega na Educação Social:** Uma viagem com crianças e adolescentes. Clichetec. Maringá. 2002.

**A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E O
ADOLESCENTE NO BRASIL**

Monique Libni Marins de Almeida Rodrigues

Bolsista de Iniciação à docência/PIBID-UEM

Natani Priscila Neves de Souza

Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária/PIBIC-UEM

Ailton José Morelli

Professor do DHI - UEM

PALAVRAS-CHAVE: Criança/adolescente; violência; rede de proteção.

O presente trabalho procurará abordar como se deu o enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, a partir da problemática da violência perpetuada pela família procuraremos identificar quais foram às violações dos direitos humanos mais recorrentes, seus danos e desdobramentos.

A partir de dados estudaremos o número de denúncias, quais são as violências mais recorrentes, se é o abuso sexual, moral, psicológico ou o abandono. Adotaremos nesse trabalho a concepção de política pública vigente e assegurada pela constituição de 1988, juntamente com fundamentação legal do Estatuto da Criança e do adolescente, e tendo como objetivo conjunto à participação popular, ou seja, a descentralização político-administrativa em prol do envolvimento da população na formulação de medidas, execução ou avaliação das políticas adotadas.

“Trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual tanto o Estado como a sociedade, desempenham papel ativos.” (PEREIRA, 2008, p. 96).

A proteção da criança e do adolescente no Brasil é fato recente, seus direitos passaram a ser assegurados a partir da constituição de 1988, o que mudou a forma pela qual as crianças eram assistidas pelo estado, mas é dever de toda a sociedade proteger e amparar as crianças e adolescentes e a partir disso buscaremos identificar qual a relação da sociedade desses dois municípios com esse grupo. Um dos pontos é tratar da efetividade das políticas de estado e quais foram as políticas adotadas no combate a violência intrafamiliar.

BRASIL E A HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA

A história das crianças brasileiras foi em sua totalidade uma história paternalista, evocada pelo patriarcado, os chefes familiares³, em outro momento pela igreja católica baseada, sobretudo na caridade, posteriormente sobre a tutela do estado passou a se modificar esse tratamento. A violência contra a população infanto-juvenil não é novidade, e se caracteriza de forma muito complexa e exige, portanto, uma análise particular levando em conta vários aspectos, pois a violência pode ser empregada de muitas formas e em variados contextos.

A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra vis que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes naturalizados ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas. (MINAYO, 2005, p.14)

Portanto não podemos atribuir à violência um único significado, mas compreender que a violência pode ocorrer de diversas formas e é pertinente, portanto uma análise que saiba entender raízes históricas de opressão, contextos e cotidianos.

Segundo Chauí a violência se caracteriza acima de tudo pela relação de força, a imposição do mais forte sobre o mais fraco, a diferença de poder entre as forças. A autora fornece uma visão mais aprofundada e mais conceitual do termo violência:

Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (CHAUÍ, 1989, p. 46).

Podemos compreender, portanto que a violência ocorre quando se elimina a palavra e a ação do outro, o desumaniza e o impede se exercer as suas características

³ Nas sociedades mais simples a relação entre pais e filhos era marcada pela dominação, “(...) uma relação entre pessoas que mandam e outras que obedecem (...) caracterizada por uma distribuição das oportunidades de poder entre pais e filhos decididamente desigual. As condutas que exigiam dos implicados eram relativamente simples e claras” (ELIAS, 1998b, p. 412).

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

humanas que nos diferencia dos animais, características que são inclusive garantidas pela declaração universal dos direitos humanos que estabelece, no seu art. 3º, que “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. É um processo de coisificação do sujeito, da infância.

A violência, no entanto, nem sempre está ligada ao uso da força física, mas também de as ameaças que daí possa surgir, uma forma de oprimir alguém com base em um domínio que o outro possa ter, a violência psicológica é um exemplo, e são tão nocivos quanto à violência física.

A violência, por conseguinte, afeta diferentes dimensões da vida social, revelando sua natureza contraditória, de conflitos insolúveis e formas variadas de agressões de difícil detecção, porque ocupam também a esfera do subjetivo e do simbólico e não necessariamente do ato concreto, visível e mensurável pelas seqüelas corpóreas. (KUYUMJIAN, 1998, p. 12).

Ao passo que buscamos uma visão mais jurídica do tema, procuramos também analisar como esses acontecimentos são tratados pela sociedade ao quais estas crianças e adolescentes estão inseridas, passando do caráter paternalista do estado ao envolvimento e comprometimento da sociedade na luta e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

A violência intrafamiliar nem sempre é fácil identificar, uma vez que se trata da intimidade das famílias e acaba sendo ocultado.

A intimidade da vida intrafamiliar oculta as práticas violentas e assegura o anonimato do violentador, cujos atos são protegidos por álibis consensualmente aceitos pela sociedade. A violência contra crianças e adolescentes, até então tratada na esfera privada, adquire maior visibilidade, na medida em que os limites entre o público e o privado ganham melhor definição e precisão, ampliando seus significados. (BARROS; SUGUIHIRO, 2005, p. 2)

Esse problema está enraizado na cultura brasileira⁴, no entanto não existem registros historiográficos que tratem diretamente do assunto, mas em uma análise literária brasileira é possível identificar várias narrações de autores a respeito da violência contra crianças e adolescentes; e mesmo que essas evidências façam parte da memória, devem ser levadas em consideração, pois são reconstruções de um

⁴ Essas concepções foram retiradas a partir do artigo da UNICEF sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes com o título “Um cenário em (des)construção” com a colaboração de Maria Amélia Azevedo, coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IPUSP), e Viviane N. de Azevedo Guerra, pesquisadora do LACRI/IPUSP. Colaboraram: Cristiano da Silveira Longo, bolsista CNPq junto ao LACRI, Simone Gonçalves de Assis, do CLAVES, Antonio Augusto Pinto Jr., do CRIA/UNISAL, e Dalka Ferrari, do CNRVV, do Instituto Sedes Sapientiae.

tempo, e um tempo que a violência contra crianças e adolescentes era tida como natural, uma forma de educar, uma memória que se encontra viva até os dias de hoje e se personifica nas estatísticas de violência doméstica.

COMBATE À VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A partir da compreensão da existência da violência intrafamiliar o estado em conjunto com a sociedade civil procura formas de combate. O Brasil vem criando mecanismos de combate, que segundo a UNICEF tem sido bem-sucedida; uma delas é a Portaria GM/MS 1968/2001 que dispõe sobre a notificação obrigatória de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes aos Conselhos Tutelares. Outra medida importantíssima foi a formulação e implantação do Plano Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde que foi se expandindo pelo país e posteriormente foi crescendo diante de seu apelo, na criação de polos, na capacitação de profissionais na área da saúde e social.

Estudos de entidades como o LACRI/USP59 a ABRAPIA60, e o CECRIA61 contribuíram para dar visibilidade ao fenômeno na década de 90, conseguindo trazer em alguns momentos para a agenda das políticas públicas o debate sobre a necessidade de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. (LAVORETTI, 2013, P.67)

Esses estudos contribuíram na elaboração de medidas e mudanças nas leis de proteção à infância e a juventude, objetivando a mudança de contexto a abolição de uma abordagem que fizesse o uso da violência e buscando promover na sociedade uma outra pedagogia, em esforço conjunto com vários países foram se desenvolvendo propostas a fim de colocar fim na prática de bater; campanhas mundiais contra as práticas de castigo moderado e imoderado. No Brasil uma campanha nacional com o objetivo de aprovar o Projeto de Lei nº 2.654, de 2003, que propõe uma reforma legal no Brasil para abolir a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes.

As redes de colaboração são os principais meios de atuação na promoção de ações afirmativas que busquem combater a violência contra a comunidade infanto-juvenil, a integração dos Conselhos Tutelares, Grupos de estudos, Hospitais, CRAS, CREAS, Delegacias, Grupos feministas, e outros grupos da sociedade Civil, promovem, propõem mudanças nas leis e ajudam no combate e no fortalecimento dessa rede.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Embora o Brasil segundo a UNICEF tenha uma legislação avançada no que diz respeito ao direito das crianças e adolescentes, ainda falta uma maior atenção com relação a esse grupo, é necessário um compromisso de toda a sociedade e um esforço maior na efetivação dessas políticas.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Mari Nilza Ferrari de; SUGUIHIRO, Vera Lúcia; **ABUSO SEXUAL E VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:** da cumplicidade do contexto familiar para o descompromisso social; II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro: Zahar, p.25-62, 1989.

ELIAS, N. A **Sociedade dos indivíduos.** Tradução de Vera Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

KUYUMJIAN, M. de M. M. Violência, poder e ordem social. **Ser Social**, Brasília, n. 2, p. 9-36, jan. / jul. 1998.

MINAYO, M. C. de S. Violência um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**, Brasília, 2005. p. 9-42.

Lavoratti, Cleide. **Tecendo a rede de proteção:** desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/PR / Cleide Lavoratti. – Curitiba, 2013. 318 f.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012, CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL**, 1ª Edição, Rio de Janeiro – 2012.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: LEIS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Angélica Anacleto de Aguiar

Acadêmica de Física no IFPR – Campus Ivaiporã

Fabiene Barbosa da Silva

Acadêmica de Física no IFPR – Campus Ivaiporã

Filhol Félix de Oliveira

Acadêmico de Física no IFPR – Campus Ivaiporã

Milleny Meneghin

Acadêmica de Física no IFPR – Campus Ivaiporã

Paulo Roberto Krüger

Professor no IFPR – Campus Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Marielle Franco; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Atualmente diferentes questões relacionadas com Direitos Humanos vêm sendo discutidas, também a fim de minimizar relações violentas que se encontram presentes em diferentes culturas. Essas relações não só estabelecem normas para a sociedade, como interferem no meio em que se encontra a pessoa. Os Direitos Humanos representam uma forma de diminuir diferentes riscos à sociedade, tanto na violência ativa como passiva. Um dos meios é a criminalização da violência contra a mulher que vêm sendo discutida, a fim de reduzir essa grande polêmica.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo propor reflexões a respeito da violência contra a mulher, procurando esclarecer quais fatores contribuem para este tipo de violência, tão comum em nossa sociedade. Tal trabalho se apresenta em andamento e fará parte de uma Roda de Debates sobre Educação em Direitos Humanos que ocorrerá em dezembro de 2018 para discentes do Instituto Federal do Paraná – Campus Ivaiporã.

Para o presente trabalho, fizemos uso de pesquisas bibliográficas e documentais. Para tanto, utilizamos o método de análise bibliográfica e o desenvolvimento de ideias tendo como base os textos pesquisados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando pensamos no ser humano como portador de direitos, um dos pontos a ser questionado são as questões do que temos direitos, a tão pouco tempo o trabalhador, não requeria de direitos previdenciários, mesmo de uma boa base de saúde, o conceito de violência como abuso infantil ou violência contra a mulher era tido como sendo algo repudiante, mas sem intervenções, logo seguido de diferentes meios severos que a humanidade passou no decorrer de suas guerras mundiais, o ser humano se beneficiou de conceito como: “Eu sou livre para ir e vir”, ou “Eu tenho direito a saúde, assim como a vida”. Direitos Universais humanos criado no termino da segunda guerra mundial em 1948, foi uma forma de trabalhar questões as quais o ser humano sofreu ou vem sofrendo (ROBENHORST,1996).

A palavra direito ela transcreve o termo justo, o justo no qual se tem um dever, o conteúdo direito remete a questões de ação, requerer ou de omitir determinada conduta, na qual representa, “eu tenho direito a segurança” uma ação de requerer na qual apresenta segue o dever de um outro, como do Estado ou de outra pessoa. E para que isso não seja corriqueiro e se apresente somente em papeis, são necessários meios de aplicações desses direitos e deveres, como o poder jurídico, instituições responsáveis por sua aplicação e da própria capacidade do ser em reconhecer o outro ser (ROBENHORST,1996).

Direitos humanos são exatamente os direitos e valores que o ser humano tem, não pelo simples fato de ser leis estipulados pelo o governo, mas sim pelo fato de existirmos como ser humano, e essas ideias foram apresentadas para se trabalhar tais barbaridades pela qual o “homem” passou, e a qual definiu que o ser humano é o principal detentor dos direitos humanos, a qual nenhum ou qualquer lei possa interferir em sua resenha, e quem desfruta desses direitos se denomina sujeito ou objeto de direito (ROBENHORST,1996).

Esse referencial demonstra ainda o surgimento de críticas como os individualismos, de ações políticas ocidentais, impedindo reformas políticas nas quais se denomina que mulheres e homens, brancos e negros tem o mesmo direito, diante de uma sociedade economicamente dividida. Para essas críticas respostas razoáveis descreve que o direito não está expresso para uma única região e sim para toda a humanidade, e em relação ao fracionamento capitalista a sociedade exprime a busca de seus direitos, indo do governamental ao pessoal. A luta por esses direitos remete

que toda e qualquer pessoa pode apreciar seus direitos, diferente de 1857, onde 130 mulheres tecelãs foram trancadas em um fabrica a qual foi incendiada, consequência de uma reivindicação trabalhista feita por mulheres, na qual expressa um dos principais pontos deste resumo, em que a violência contra a mulher não se expressa como sendo atual, e sim de um fator histórico e de diferentes determinantes. (ROBENHORST,1996).

Ao se denotar a violência contra a mulher como sendo uma relação de violência de gênero, o contexto direito humanos se apresenta a fim de demonstrar: que ao não cumprimento com os deveres de uma sociedade pacifica, intervenções devem ser tomadas. E demonstrar que violência de gênero pode ser entendida como uma relação histórica baseadas em afirmações machistas, denotando assim que as intervenções realizadas a essa consequência são cabíveis ao Estado (SAFFIOTH, 2001).

Entretanto, gênero é uma criação social na qual se seguiu o conceito biológico, onde determina se a pessoa é homem ou mulher seguido do seu biofísico, porém a constituição do “gênero” de uma pessoa e sua identidade, baseia-se em seus conceitos, e não no aspecto biológico ou social (JESUS, 2012).

Relembre da sua formação pessoal: desde criança você foi ensinado(a) a agir e a ter uma determinada aparência, de acordo com o seu sexo biológico. Se havia ultrassonografia, esse sexo foi determinado antes de você nascer. Se não, foi no seu parto. Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade (JESUS, pg7. 2012).

Entretanto há uma restrição no sistema educacional em relação ao debate de questões sobre sexualidade e violência de gênero, principalmente violência relacionada a mulher, onde a maioria das questões estão envolvidas, seja por meio de piadas desconstrutivas, sexistas ou morais (SILVA, 2013).

Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado, indica que, em 2015, 18% das mulheres entrevistadas afirmaram já terem sido vítimas de algum tipo de violência doméstica, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. E, de acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, a taxa de homicídios de mulheres no país entre os anos de 2006 e 2013, aumentou em 12,5%, chegando a 4,8 vítimas de homicídio em cada 100 mil mulheres. Somente em 2013 foram registrados 4.762 homicídios de mulheres no ano, ou 13 assassinatos por dia, em média (BRASÍLIA, pg4. 2016).

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

No entanto esse processo de busca e registro de violência é muito pouco notificado. Esse contexto transcreve a relação dos Aparelhos Ideológicos de Estado e que ainda estão presentes no nosso meio, apresentando poucas intervenções, este aparelho refere-se ao benefício do próprio que possui o poder do estado, detendo a notificação dos casos, em que a grande maioria dos que detém esse poder são biologicamente falando homens, e relacionando essa questão de violência de gênero como sendo uma invenção feminista. E essas poucas mudanças citadas está relacionado com a criação de delegacias da mulher, quebrando assim o processo do aparelho ideológico. (SILVA, 2013).

De acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no ano de 2014, o estado do Paraná apresentou uma taxa de 5,0 homicídios por 100 mil mulheres, superior à taxa média nacional, de 4,6 homicídios por 100 mil. Diferente do que acontece na quase totalidade dos estados brasileiros, a violência letal registrada no ano foi maior contra mulheres brancas, e aumentou no período analisado. A taxa de homicídios de mulheres brancas aumentou em 14%, passando de 4,9 a 5,6, e a taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas também cresceu no mesmo período, porém num ritmo mais lento, em 3%, passando de 3,6 a 3,7 homicídios por 100 mil (BRASÍLIA, Pg46. 2016).

Vários casos de violência contra a mulher vêm sendo discutidos por diferentes instituições, como o caso de Marielle Franco, que foi uma Mulher, negra, lésbica, moradora do complexo da maré, onde foram assassinados no centro do Rio de Janeiro no dia 14 de março de 2018, uma execução ousada e planejada. O assassinato abalou todo o país pela forma que ocorreu a situação e por ser a execução de uma mulher que defendia muitas causas dos Direitos Humanos, assim como o combate de abuso de poder policial, e os direitos da comunidade LGBT, assim como lutava por questões relacionada a violência de gênero (GONÇALVES; LEITÃO; ARAÚJO; TEIXEIRA, 2018).

Como forma de minimizar tais tipos de violência, atualmente contamos com a Lei Maria da Penha, que trata de crimes relacionados à violência contra a mulher e outras leis a fim de colaborar com a lei Maria da Penha. (JUSBRASIL, 2006).

A Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 ou lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera

o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (JUSBRASIL,2006).

A Lei de invasão de dispositivo informático, Lei 12.737/2012, sancionada em 30 de novembro de 2012, ou popularmente conhecido como Lei Carolina Dieckmann. Ela surgiu após o aparelho da atriz Carolina Dieckmann ser invadido e ela passar pelo processo de chantagem pelo invasor. A atriz abraçou a causa da violência contra a mulher, que abriu portas para a constituição da lei. A lei decretada e sancionada prescreve que a invasão e compartilhamento de materiais de uso único e pessoal do indivíduo, assim como ameaças, resulta em penalidade cabível ao determinado grau do delito. (BRASIL, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise discutida no texto, a falta da disseminação do contexto Educação em Direitos Humanos, é um dos principais o processo de desigualdade na sociedade, nos permitindo a descoberta de novos movimentos sociais, dos quais descrevem e debatem uma forma coerente de lidar com determinada injustiça.

No entanto a inserção do ensino em direitos humanos ou gênero em escolas é uma das principais ferramentas que se tem para alcançar ou minimizar a violência de gênero, a escola se apresenta não apenas como sendo uma mera formadora de mão de obra, mas ainda é vista como em 1964, onde ela está ali para formar mão de obra, a escola ela transcreve além, e em uma época diferente, o contexto escolar, está em moldar um ser social, na qual possa ser capaz de assimilar questões as quais as vezes não são discutidas.

Para tanto o termo direitos humanos se representa como apenas sendo seus direitos, assim como a violência de gênero muitas vezes são relacionadas a questões arcaicas em que a vítima passou por aquela situação por ter afrontado determinação do sexo masculino. O processo educacional, além de moldar o ser para o ser sociável a qual expressa sua visão de forma comunicativa, ele objetiva que temos um processo de requerer tal ação, mas que com isso se vem um dever. Nesse meio termo a escola mostra que a minimização de um gênero é retirar um dos valores cabíveis a tal pessoa, e consequentemente é uma afronta ao dever do afrontador.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Direitos Humanos em Educação**. Série de Cadernos Pedagógicos. MEC. PDE. Programa Mais educação. Caderno 5 - 60pg. Brasil. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12331-direitoshumanos-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 13/09/2018.

BRASIL. **INVASÃO DE DISPOSITIVO DE INFORMÁTICA. J. E. LEI Nº 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012**. Brasília, 30 de novembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm Acesso em: 13/09/2018.

BRASÍLIA. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil indicadores nacionais e estaduais. Paraná**. - N. 1 pg 46 (2016). Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência. Pg 04/46 2016. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf> Acesso em: 15/09/2018

GONÇALVES, J.R; LEITÃO, Leslie; ARAÚJO, Mariana; TEIXEIRA, Patricia. **Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio**. G1 Rio e TV Globo. Rio de Janeiro.2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml> Acesso em: 14/09/2018.

JESUS, Jaqueline Gomes. **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Pg 7/41. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%80NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> Acesso em: 21/09/2018

JUSBRAZIL. **Lei Maria da Penha** - Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasil, 2006. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06> Acesso em: 14/09/2018.

ROBENHORST; Eduardo R. **O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS**. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Históricos e Filosóficos. Universidade Federal do Paraíba. 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/01_rabenhorst_oqs_dh.pdf acesso em: 26/09/18

SAFFIOTH, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. cadernos pagu (16) 2001: pp.115-136. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf> Acesso em: 26/09/18

SILVA. Ariana Kelly Leandra Silva. **Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social**. Revista do NUFEN versão On-line ISSN 2175-2591 Rev. NUFEN vol.5 no.1 São Paulo 2013. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003 Acesso em: 14/09/2018.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

CONSELHO DE CLASSE: A VOZ DO REPRESENTANTE DE TURMA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFPR

Ana Clara Borges Menecoze

Estudante do Ensino Médio Integrado em Eletrotécnica no IFPR – Campus Ivaiporã

Thayla Kawana Santos Brito

Estudante do Ensino Médio Integrado em Eletrotécnica no IFPR – Campus Ivaiporã

Sonia Maria da Costa Mendes

Professor no IFPR – Campus Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVES: Conselho de Classe; Democracia; Representantes de Turmas

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo promover reflexões em torno do papel do representante de turma no Conselho de Classe em Cursos Técnicos Profissionalizantes do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Ivaiporã. O formato do Conselho de Classe, vem sendo aprimorado gradativamente no sentido de existir efetiva participação dos alunos representantes de turmas com o objetivo de exercitar o conceito de democracia conforme preconizam os documentos legais e fundamentos da educação do IFPR, bem como, fazer com que os alunos se responsabilizem juntamente com o professor e equipe pedagógica pela melhoria da aprendizagem. No processo educacional do IFPR, de acordo com o Manual de Competências do servidor, cabe a “Coordenação de Ensino organizar e conduzir o Conselho de Classe dos Cursos Médio Integrados”. E a Resolução 50 (2017), Art. 14, § 3º destaca [...] sendo coordenado pela Coordenadoria de Ensino e/ou Coordenador(a) de Curso e pelo(a) Pedagogo(a). Assim, o presente texto, apresenta bases teóricas que garantem a efetiva participação do estudante nos Conselhos de Classes e destaca duas falas de estudantes, sendo uma sobre os princípios da educação conforme a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N ° 9.394/96 e a outra, um relato sobre a percepção de um representante de turma sobre os processos sobre o Conselho de Classe.

METODOLOGIA

Dentro do componente Arte II, foi realizado uma atividade artística com utilização de letras gótica em uma turma do 2º ano do Curso de Eletrotécnica Integrado, já que os conteúdos tratavam dessa questão. Para a elaboração da atividade, um dos critérios foi a pesquisa sobre o conceito de democracia, pois haviam trabalhado no componente de Filosofia o que favoreceu o entendimento. Após a pesquisa, os estudantes deveriam compor artisticamente em suporte A-4 o texto, utilizando-se da fonte gótica, a qual poderia ser escolhida entre tantas disponíveis. Após a realização e avaliação da atividade, foi proposto (sem valer conceitos) a turma para escrever um resumo sobre o trabalho desenvolvido e destes duas estudantes se prontificaram a pesquisar e propuseram discutir o papel do representante de turma, já que uma delas exerce a função junto a turma.

A divisão das atividades foi organizada da seguinte forma: uma estudante ficou responsável por descrever a percepção sobre os quatros primeiros princípios do Art. 3º da LDB que se relacionam diretamente ao conceito de democracia e a outra parte do relato, coube a representante de turma descrever sobre o seu papel e percepção sobre o Conselho de Classe.

O texto também se alicerça em dois documentos oficiais: a atual LDB - Lei nº 9.394/96 e a Resolução Nº 50 de 14 de julho de 2017 que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, mais precisamente o Título VI que trata do Conselho de Classe no IFPR.

FUNDAMENTAÇÃO – ALGUMAS REFLEXÕES

Seguindo os pressupostos da LDB que tratam da igualdade, liberdade, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito e tolerância, os quais estão intimamente relacionados a concepção de democracia no processo educacional, a Resolução 50 (2017), Art. 2º infere: complementa e destaque que: “No processo pedagógico, estudantes e docentes são sujeitos ativos, seres humanos históricos, imersos numa cultura, que apresentam características particulares de vida, e devem atuar de forma consciente no processo de ensino-aprendizagem”.

Sobre a participação democrática do estudante no processo pedagógico e por consequência a sua participação no Conselho de Classe, encontramos na atual LDB - Art. 14, que:

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Resolução 50 (2017) Título VI, trata especificamente do Conselho de Classe no IFPR e conforme Art. 14. “O Conselho de Classe é um órgão colegiado e uma instância avaliativa que analisa, discute, orienta e delibera sobre os processos de ensino-aprendizagem”. Como uma instância avaliativa e necessária a consolidação do processo democrático, o presente documento esclarece:

§ 1º O Conselho de Classe discute e reflete, entre outros assuntos, sobre a avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos e a totalidade das atividades pedagógicas realizadas, bem como a participação do estudante nas atividades propostas e dos demais envolvidos no processo educativo com a proposição de ações para a superação das dificuldades.

Ainda na Resolução 50, Art. 14, o documento elucida as funções do Conselho de Classe em seu § 2º:

- I – o estabelecimento prévio de critérios para as suas ações analíticas, avaliativas e deliberativas;
- II – a avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvida e a proposição de ações para a sua melhoria;
- III – a consideração das condições físicas, materiais e de gestão dos estabelecimentos de ensino que substanciam o processo ensino-aprendizagem;
- IV – a apreciação e deliberação dos processos e resultados das avaliações dos estudantes apresentados pelos professores durante o período letivo;
- V – a apreciação e deliberação sobre o avanço do estudante para série/etapa subsequente ou retenção, após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do estudante;
- VI – a apreciação e deliberação sobre as solicitações de Revisão dos Resultados.

Ainda a Resolução 50 estabelece no Art. 14, § 4º que o “Conselho de Classe contará com a participação de todos os docentes dos componentes curriculares do período e, preferencialmente, com a participação de um representante discente indicado pela turma”.

A PERCEPÇÃO DA ESTUDANTE SOBRE O ART. 3º DA LDB E SEUS PRINCÍPIOS

O Art. 3º da atual LDB, destaca em seus aspectos iniciais de que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento,

a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...].

O primeiro princípio diz respeito ao acesso ao ensino que a escola oferece, sendo aberto a todos sem nenhuma diferença entre os envolvidos e para sua permanência é unicamente responsabilidade do aluno, com o auxílio e encorajamento do professor para que o mesmo realize o seu desempenho máximo, entretanto ainda assim continua sendo sua responsabilidade.

O segundo princípio trata da liberdade de aprendizado e percebemos que é muito valorizada no IFPR, pois os alunos têm total encorajamento para aprender, descobrir e realizar o desenvolvimento de seus trabalhos a partir do conhecimento que adquirem. A pesquisa é realizada pelos alunos em busca de novas áreas do conhecimento, sendo bastante apreciada, por causar o interesse em conhecer a cultura e as normas que regem o sistema educacional. Esse despertar de interesse faz com que o aluno se torne cada vez melhor.

O terceiro princípio, trata das relações que ocorrem entre o educador e o educando as quais devem ser amigáveis, pois o professor transmite seu conhecimento para o aluno, que por sua vez deve absorve-lo, refletir e aplica-lo em seus trabalhos. O aluno deve demonstrar a relevância que tem pelo ensino por meio de seus esforços e dedicação. Quanto as concepções pedagógicas, estas são diretamente relacionadas às transmissões de conhecimentos para que o professor estude a melhor forma de difundir o que estudou e conseqüentemente passar adiante. E a pluralidade de ideias dos alunos surgem através do encorajamento do professor, pois assim os alunos têm alguém para apoiar e ajudar a lapidar suas ideias.

O quarto princípio, diz respeito à liberdade e à tolerância que os professores devem ter para com os alunos, e vice-versa. Os alunos devem estar cientes, pois até que ponto a sua liberdade chega para que não se torne libertinagem, e não cause problemas maiores para com os seus professores.

O PAPEL DO REPRESENTANTE DE TURMA – DEPOIMENTO DE UM REPRESENTANTE

O Representante de Turma é o responsável pelo diálogo ético e eficaz com a sua turma, administrando eventuais problemas, coletando informações e sugestões.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Cabe ao representante de turma ser o porta-voz das demandas e necessidades da turma, além de transmitir informações e diálogos realizados com a Instituição na figura de professores, coordenadores de ensino, de curso, assistentes de alunos e diretores.

Para a seleção de um representante de turma, é analisado o seu comportamento e sua maneira de agir dentro e fora da sala de aula. As suas ações tomadas refletirão no comportamento da turma, pois ele será o “exemplo” a ser seguido. Dessa forma, o representante de turma tem que ser o modelo, a referência, tanto para os alunos quanto para seus educadores. Um exemplo disto é que ele não deve badernar dentro da sala, deve entregar as atividades em dia, chegar no horário correto, entre outros fatores.

Com os demais colegas, o representante de turma os estimula a colaborarem na reflexão de suas atitudes perante a sala, tanto negativas quanto positivas. Para que aconteça um Pré-Conselho preciso, o representante de turma deve ter uma relação amigável com a turma, pois ambos deveram entrar em um consenso para levantar as necessidades e decisões.

Por meio do Conselho de Classe, podemos constatar dois pontos de vista diferentes, ou seja, o do professor e o do representante de turma. O primeiro caso, acaba tendo uma visão mais crítica, porém com uma certa compreensão das dificuldades que alguns alunos apresentam. Como professor, ele tem que expor um rigor maior em relação a disciplina, o comportamento, as atividades, entre outros critérios de avaliação, pois o mesmo, presume que o aluno pode sempre crescer em relação ao seu potencial.

O segundo caso, acaba sendo um intermediador entre o professor e os demais alunos da sala. Informar as necessidades da turma, o cumprimento dos horários, o comportamento, as dificuldades das disciplinas, a colaboração com a limpeza e entre outros fatores, os quais são informações que o representante deve mencionar aos professores no Conselho de Classe, acompanhado das reflexões na sala. Além de informá-los, ele deve repassar tudo que foi discutido para a turma, ou seja, o Pós-Conselho, para que saibam o que foi discutido no Conselho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos propostos, ancoramos nossas percepções sobre a importância da participação efetiva do estudante representante de turma nos

Conselhos de Classe para efetivar o processo democrático na educação conforme preconizam as diretrizes educacionais do IFPR. Trata-se de uma tarefa complexa que requer a mediação de atores externos ao ambiente da sala de aula, por envolver o papel do professor e do aluno na construção das relações democráticas, que merecem aprofundamentos, revisões conceituais para uma possível ruptura de paradigmas estabelecidos. Em uma concepção mais tradicional, o aluno não deve participar das reuniões de Conselho de Classe, enquanto que em uma concepção histórico crítica e democrática por excelência, nas quais se alicerçam as concepções pedagógicas do IFPR, o estudante deve ser percebido como um agente em pleno desenvolvimento e, portanto, deve participar ativamente das decisões no âmbito escolar, inclusive nos Conselhos de Classe. Tais reflexões ancoram-se no ponto central das pesquisas de Vygotsky (1989) de que a interação social possui um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo.

[Estou] convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade [...]. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1999, p.25).

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN nº. 9394/96). 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IFPR – **Resolução Nº 50 de 14 de julho de 2017**. Normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-IFPR-n%C2%BA-50_2017-Estabelece-as-normas-da-avalia%C3%A7%C3%A3o-dos-processos-de-ensino-aprendizagem-no-%C3%A2mbito-do-IFPR.pdf Acesso em 20 de set. de 2018.

VYGOTSKY, Lev Semionovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Icone, 1989.

A BANCADA RURALISTA COMO REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA DEFESA DE INTERESSES PRIVADOS

Andrieli Silvana Panaczewicz

Acadêmica em Serviço Social na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Congresso Nacional, Bancada Ruralista.

RESUMO

O artigo busca apresentar a Bancada Ruralista (Frente Parlamentar da Agropecuária) no âmbito do Poder Legislativo Federal como uma das frentes parlamentares mais antigas e organizadas do Congresso Nacional e que abrange um significativo número de parlamentares. Associadas à politização de interesses, a Bancada Ruralista é uma das principais e mais eficientes frentes parlamentares representante do segmento rural brasileiro que atua politicamente na representação de interesses principalmente do agronegócio empresarial. Ao analisar criticamente a referida bancada como representante política, apresenta-se e analisa-se a Medida Provisória (MPV) nº 114 de 2003, convertida na Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. Tal medida é um exemplo notável da atuação restrita da Bancada Ruralista, em detrimento da pequena produção rural brasileira. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender o poder da bancada ruralista no Congresso Nacional e a compreender a quem a mesma representa efetivamente. Por meio dessas análises cabe a reflexão das prioridades deste grupo parlamentar considerando que, a literatura existente afirma que a mesma atua de forma a contemplar interesses privados dos latifundiários e grandes produtores rurais.

INTRODUÇÃO

Pensar a representação política do segmento rural brasileiro através da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, local no qual se estabelece se estabelece o poder legislativo, se torna relevante e traz contribuições acerca do entendimento da representatividade que a bancada atende, observando sua atuação no que diz respeito ao setor agrícola brasileiro.

Como representante do segmento rural, a referida bancada integra um grupo exitoso com forte poder e influência nas principais discussões no Congresso Nacional e abrange um grande número de parlamentares, que atuam politicamente em representações e em defesa de temas de interesse do agronegócio em detrimento aos pequenos produtores rurais.

O trabalho, empenho e produção dos pequenos produtores rurais brasileiros alimentam boa parte das famílias de nosso país. Apesar de sua importância, eles trabalham em meio a dezenas de adversidades, sendo inegável a necessidade de políticas públicas eficazes e pertinentes visando o fortalecimento dessa categoria. Contudo, a Bancada Ruralista enquanto representante político, vem ao longo do tempo voltando-se a atender aos interesses privados dos latifundiários e grandes produtores.

Diante dessa realidade, faz-se necessário uma análise do poder exercido pelos ruralistas e latifundiários no direcionamento de suas atuações que, mesmo após as mudanças políticas e econômicas ocorridas ao longo dos anos, continuam privilegiando a expansão do agronegócio empresarial em detrimento das demandas dos pequenos produtores rurais e familiares.

A BANCADA RURALISTA COMO REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA DEFESA DE INTERESSES PRIVADOS

O Congresso Nacional é o principal órgão com função representativa do Brasil, o qual exerce a legislação sobre os assuntos de interesse nacional e a fiscalização da aplicação dos recursos públicos (BRASIL, 2018). É o órgão que melhor representa a vontade do povo, reflete sobre os interesses dos diversos segmentos da sociedade e consolida a democracia.

Os artigos 45 e 46 da Constituição Federal/ 1988, demonstram a organização do sistema bicameral do Congresso, dispondo da formação política da casa legislativa e neles estão asseguradas a representação política no Brasil.

Resende (2015) afirma que as leis aprovadas pelo Poder Legislativo⁵ devem refletir a realidade social e responder aos anseios da população

⁵ De acordo com o artigo 59 da CF/ 1988, o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

As leis que o Parlamento aprova servem de referência para toda a sociedade e os demais Poderes do Estado (Executivo e Judiciário), que aplicam essas leis ao caso concreto. Isso realça a relevância da função legislativa no Estado Democrático de Direito, que dá ênfase ao princípio da legalidade (p. 10).

O poder Legislativo Federal possui uma estrutura complexa de poder⁶, e tem a existência de múltiplos partidos distribuídos por todo o Congresso, partidos estes com determinadas posições e ideologias definidas. Mas, para além dos partidos, há no interior do Congresso as frentes parlamentares, consideradas grupos de pressão, que, aliados aos partidos, são fundamentais dentro do processo decisório. As frentes são grupos formados por parlamentares, independentemente do partido político a que pertençam, que tem sua atuação em função de interesses comuns (CAMARGO, 2009).

Nos últimos anos, o parlamento brasileiro tem-se caracterizado por uma grande quantidade de frentes parlamentares associadas à politização de interesses (INESC, 2007). Uma das principais e mais eficientes frentes representante do segmento rural brasileiro, que surgiu sob a orientação da UDR⁷ (União Democrática Ruralista, presidida por Ronaldo Caiado), é a Frente Parlamentar da Agropecuária (denominada assim em 2008), mais conhecida como Bancada Ruralista.

Ao considerar que no âmbito do Poder Legislativo a capacidade de impor ou tomar decisões válidas está centrada num círculo restrito de pessoas, que dispõe de determinados recursos de poder e operam influência nas principais decisões do Congresso Nacional, a Bancada Ruralista tem forte influência nas principais deliberações, sendo um dos grupos mais antigos e organizados no Congresso (MESSEMBERG, 2007).

Abrangendo um grande número de parlamentares, a bancada possui cerca de 201 congressistas na atual legislatura (55°), e, suas atuações políticas se referem

⁶ O Congresso Brasileiro é organizado como um poder bicameral, ou seja, compõem-se por duas casas legislativas: câmara baixa (câmara dos deputados) e câmara alta (senado federal). A Câmara representa os cidadãos (são 513 deputados), e o Senado (81 parlamentares) os estados que compõem a federação brasileira. Daí falar-se em sistema bicameral (duas câmaras) (RESENDE, 2015).

⁷ “Criada no ano de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR) surgiu em um contexto de transição e debates acerca da reforma agrária na República Nova, enquanto uma reação de contraposição da elite rural às propostas reformistas e ao posicionamento do governo favorável à realização da reforma agrária. O propósito consistiu em criar uma instituição social capaz de representar os interesses da “classe rural”, embora representasse apenas algumas categorias de produtores, sobretudo os grandes proprietários de terra, constituindo-se em um instrumento das novas formas de poder das históricas oligarquias rurais e políticas.” (LOCATEL e LIMA, 2016, p. 67).

principalmente a defesas de temas de interesse dos grandes produtores rurais. Como afirma Castilho (2012), a Bancada Ruralista pode ser considerada como uma “instituição de interesses privados”, especificamente do agronegócio.

Um exemplo notável de sua atuação defendendo interesses privados se refere a Medida Provisória (MPV) nº 114 de 2003, a qual foi uma das primeiras medidas, que beneficiaria especificadamente os mini e pequenos produtores rurais bem como a agricultura familiar e assentados, uma vez que ela se referiu a renegociação das dívidas do crédito rural contraídas por esses. Até então, medidas provisórias que se relacionavam a renegociação de dívidas só contemplavam os grandes produtores rurais.

Contudo, após algumas discussões, acordos e pressões da Bancada Ruralista, o texto passou a contemplar os grandes produtores que estavam em situação de inadimplência

(...) A bancada ruralista apoiou e corroborou a necessidade de haver a renegociação para os pequenos produtores rurais, mas não sem antes reivindicar os mesmos benefícios para sua base eleitoral, os grandes produtores rurais (...) (CAMARGO, 2009, p. 74).

A referida medida provisória foi convertida na Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. A mesma foi local de muitos acordos e propostas entre Legislativo e Executivo, e, sem o apoio dos ruralistas ela provavelmente não sairia. Foram apresentadas 55 emendas de 18 Deputados e 2 Senadores à Medida Provisória 114/03, sendo que 26 emendas são de autoria de deputados e senadores que compõem a bancada ruralista (CAMARGO, 2009).

Nas pautas referentes às questões fundiárias ou agrárias, a Bancada Ruralista se faz presente, operando forças em prol de seus interesses, mesmo quando supostamente a discussão não diga respeito aos grandes produtores rurais, como é o caso da MPV 114/03, já que a princípio a proposta do governo abrangia apenas renegociações de dívidas do crédito rural da agricultura familiar, do mini e dos pequenos agricultores (CAMARGO, 2009).

A discussão sobre essa MP contribui para a reflexão acerca da atuação da Bancada Ruralista no plenário, seja quanto a pressão exercida junto ao executivo, seja em relação as articulações ocorridas, as quais, mais uma vez resultaram em prol

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

dos interesses dos latifundiários, à medida que possibilitou a renegociação de suas dívidas junto ao crédito rural.

De acordo com Camargo (2009), a Bancada Ruralista, por intensas pressões junto ao Poder Executivo, vem conseguindo sucessivas concessões e benefícios para o pagamento das dívidas contraídas junto ao crédito rural, por meio de medidas, tais como: alongamento de prazos, redução ou dispensa de juros e linhas de crédito favorecidas nos bancos oficiais.

Dessa forma, torna-se necessário refletir até que ponto esta representação política se efetiva, questionando sobre quais as reais prioridades da Bancada Ruralista (ou Frente Parlamentar da Agropecuária) enquanto representante do segmento rural brasileiro considerando que, a literatura existente afirma que a mesma atua de forma a contemplar interesses privados dos latifundiários.

Para Barcelo *et al* (2009), há uma garantia institucional que mantém as atuais relações de poder do mundo rural brasileiro. Garantia essa que pode ser observada por meio da análise das práticas institucionais dos parlamentares da Bancada Ruralista, sendo possível afirmar que ela é a expressão máxima de proteção e defesa das elites agrárias no Brasil.

O autor ainda afirma que a Bancada reproduz uma “(...) representação sobre o *agro* brasileiro (...)” (p. 20), que visa conquistar cada vez mais a hegemonia dos latifundiários. Alguns parlamentares da Bancada não são proprietários rurais⁸, ainda assim, eles assumem a defesa de pleitos da bancada no plenário, nas comissões e também em entrevistas à imprensa e, em especial, nas negociações com o governo federal.

Para Castilho (2012), não existe apenas uma bancada ruralista no Brasil, mas sim, um sistema político ruralista que controla parte do território nacional, formado por clãs familiares e financiado pelo agronegócio.

Frente a esta realidade, bem como, as dificuldades vivenciadas pelos pequenos produtores rurais, além do fato de que a Bancada Ruralista deveria “em

⁸ Alceu de Castilho (2012) em seu livro *Partido da Terra* fez um mapeamento preciso dos donos de terra no Brasil: em síntese, considera-se que os políticos eleitos em 2008 e em 2010 são proprietários de 3,3 milhões de hectares, o que significa um valor aproximado de 2,16 bilhão de reais. Dentre o grupo pesquisado, 31 políticos apareceram com propriedades de mais de 10 mil hectares. Esses dados, segundo ele, são baseados em declarações formais feitas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nos respectivos anos, deste modo, os dados não contemplam aqueles que não declararam a extensão de suas propriedades, bem como, os valores questionáveis declarados por alguns políticos.

tese” representar o mundo rural como um todo, se torna urgente o esclarecimento quanto aos procedimentos e mecanismos criados pela referida bancada em prol do interesse de latifundiários e grandes produtores em detrimento aos camponeses.

CONCLUSÃO:

Diante da problemática que envolve a Bancada Ruralista, constata-se que sua atuação e interesse em prol de dado segmento tem se apresentado com notório retrocesso ao que se espera de um Poder Legislativo. O mesmo necessita seguir os parâmetros constitucionais e democráticos, e espera-se que os representantes políticos direcionem suas ações e decisões governamentais para atender as demandas de todos os segmentos, no caso o do pequeno produtor rural. Contudo, é visível o interesse privado dos parlamentares que compõem a Bancada Ruralista, que buscam afirmar ainda mais a primazia dos grandes produtores rurais.

Ao analisar as práticas institucionais dos parlamentares que compõem a Bancada Ruralista, pode-se afirmar que os grandes produtores/ latifundiários têm a referida bancada como aliada e representante de seus interesses junto ao Congresso Nacional, o que demonstra que a elite política está distante de elaborar mecanismos para enfrentar as contradições existentes no campo brasileiro. A Bancada está longe de atuar em prol da valorização e do fortalecimento da pequena produção rural, muito pelo contrário, as práticas institucionais adotadas pelos parlamentares ruralistas, tanto no passado quanto no presente, expressam e garantem a defesa e a proteção das elites agrárias, reafirmando sua força e o poder patronal do campo.

REFERÊNCIAS:

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva; BERRIEL, Maycon Cardoso. **Práticas institucionais e grupos de interesses:** a geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento Brasileiro. São Paulo, 2009, p. 1-32.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BONELLI, Moema. **Proposições Legislativas sobre Desenvolvimento Rural.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

CAMARGO, Orson José Roberto. **Elite Política Brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural: o caso da bancada ruralista**. 2009. 148 f. dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campina. São Paulo, 2009.

CASTILHO, Alceu. **O partido da terra: como os políticos dominam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CINNANTI, Cristina Jacobson Jácomo. **A (des)confiança do cidadão no Poder Legislativo e a qualidade da democracia no Brasil**. *Rev. E-legis*, Brasília, n. 6, p. 84-95, 1º semestre, 2011.

INESC. **Bancada ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional**. Brasília, 2007.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. *Rev. Sociedade e Território*. Natal, vol. 28, n. 2, p. 57 – 81, jun./dez. 2016.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Rev. Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio/ago. 2007.

RESENDE, Antônio José Calhau de. **As funções do Poder Legislativo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2015.

CRISES CÍCLICAS NO MUNDO RURAL E OS ATUAIS DESAFIOS

Huama Maximo

Bacharel em Serviço Social pela UEM – CRV

Elizete Conceição Silva

Professora na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Política pública. Crises cíclicas. Mundo rural.

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma das discussões realizadas na pesquisa iniciação científica e, aborda as crises cíclicas no mundo rural e os atuais desafios. O setor agrário é relevante ao desenvolvimento nacional, bem como os pequenos produtores rurais em regime de agricultura familiar responsáveis em prover gêneros alimentícios de qualidade e a custo acessível aos trabalhadores tanto urbanos quanto rurais. A análise dos dados teóricos desenvolveu-se a partir da perspectiva histórica crítica. No século XX, as transformações sucedidas no setor agrário modificaram o quadro demográfico no país. Neste momento, o Estado entrou em ação, por meio de políticas públicas e programas voltados aos trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar com o intuito aumentar a renda familiar e frear o êxodo rural jovem, bem como impulsionar o desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

O artigo reflete as principais crises cíclicas do mundo rural brasileiro, bem como os atuais desafios dos trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar na contemporaneidade.

Para a elaboração do artigo, foi realizado levantamento de dados junto a sites oficiais do governo, política de desenvolvimento voltada ao setor agrário, bem como, levantamentos bibliográficos de livros, artigos, revistas científicas dentre outras.

A primeira crise do mundo rural brasileiro ocorreu na década de (19)30, com mudanças no programa de governo e no tocante a política econômica, a qual, voltou-se ao desenvolvimento da industrialização no país, ocasionando gradativamente alterações contínuas no quadro demográfico.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Após a década de (19)60, com a denominada modernização conservadora, ocorreu a introdução de implementos agrícolas entre outros no meio de produção dos latifúndios com o pressuposto de aumentar a produção. Finalmente, ao findar do século XX, a industrialização da agricultura trouxe consigo o avanço científico e tecnológico ao campo e, submeteu a natureza aos mandos do capital, no entanto, a maioria das pequenas unidades produtivas permaneceu excluída das transformações ocorridas. Na atualidade, os pequenos produtores rurais em regime de agricultura familiar deparam-se, com alguns enfrentamentos iminentes, como a dificuldade de geração de renda suficiente nas unidades produtivas para a sobrevivência e a permanência de todos os membros da família no campo.

O PEQUENO PRODUTOR RURAL E OS MOMENTOS DE TRANSFORMAÇÕES NO SETOR AGRÁRIO

Na década de (19)30 para Skidmore (1982), aconteceu o primeiro momento de crise cíclica no mundo rural brasileiro em razão de fatores internos e externos que fomentaram o término da denominada República Velha (1889-1930), que “[...] desabou de repente sob o peso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial [...]” (SKIDMORE, 1982, p. 26). As discordâncias partidárias entre as principais forças políticas do período e o descontentamento de parte dos militares, afora a crise mundial de 1929, denominada Grande Depressão, que ocasionou o declínio nos preços e no volume do café, principal produto de exportação, são alguns dos fatores responsáveis pela deflagração da Revolução de 30.

As transformações ocorridas na referida década fomentaram mudanças na direção do programa de governo, bem como na política econômica que se voltou para o setor urbano, promoveu a industrialização no país, assim como demandou forças produtivas do meio rural para atender a necessidade do capital industrial, proporcionando mudanças contínuas no quadro demográfico no país (IANNI, 2004).

Em virtude da crise mundial de 1929, a agricultura modificou sua estrutura, bem como sua organização social no campo. “Quanto ao rearranjo da estrutura fundiária, devido à crise da cafeicultura, aumenta o número de pequenas propriedades [...]” (IANNI, 2004, p. 36). Em razão da crise econômica, alguns latifundiários tiveram que vender parcela de suas terras para saldar dívidas contraídas, alterando-se

gradativamente a estrutura do setor agrário, que foi estabelecida na colonização, por meio de latifúndios.

Em relação a crise presenciada no mundo rural na década de (19)60, Soto (2002), afirma que foi um momento de mudanças significativas no setor agrário com a denominada modernização conservadora da agricultura, com a introdução de: maquinários, implementos agrícolas, fertilizantes e assistência técnica no campo, para atender as exigências do capital, bem como suprir a necessidade de aumentar a produtividade. “O processo de modernização da agricultura mudou completamente a estrutura da população do campo [...]” (p. 47), reduziu-se a demanda de mão-de-obra no setor agrário, assim como cresceu o quadro de urbanização no país. No entanto, a modernização conservadora da agricultura abrangeu sobremaneira os latifúndios, bem como, foi responsável pela diminuição da necessidade de forças de trabalho nos meios de produção dos mesmos, ou seja, não abarcou as pequenas propriedades rurais que continuaram a produzir de modo tradicional e, com reduzida implementação de técnicas e implementos agrícolas (SOTO, 2002).

Para Soto (2002) segundo Graziano da Silva (1980), a pequena produção camponesa com “[...] base em relações não-capitalistas é responsável em nosso País por grande parte dos gêneros alimentícios básicos que vão abastecer os centros urbanos e o próprio setor agrícola [...]” (Silva, 1980, a, p.8 apud SOTO, p. 202). Em outras palavras, as relações arcaicas e não-capitalistas de produção desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais em regime de agricultura familiar são indispensáveis ao processo de desenvolvimento do capital, por fornecer produtos alimentícios de qualidade e a baixo custo aos trabalhadores do campo, quanto da zona urbana.

Ainda no século XX, na década de (19)90, outra crise passou a assolar o mundo rural. Para Soto (2002) em razão da industrialização da agricultura a natureza foi submetida ao capital e, “[...] representa a subordinação da natureza ao capital, quando então se liberta o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas, passando-se a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias (SOTO, 2002, p. 211). O terceiro momento de crise no meio rural, sucedeu em virtude do avanço científico e tecnológico introduzido no campo, e conseqüentemente, reduziu consideravelmente à necessidade de força de trabalho no setor agrário. A industrialização da agricultura trouxe consigo o avanço científico e tecnológico e, submeteu a natureza aos mandos do capitalismo.

ATUAIS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Na contemporaneidade os trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar deparam-se com novo ou recorrente desafio, o de gerar em sua unidade produtiva renda suficiente para a sobrevivência e reprodução social da família. Frente a este cenário Schneider (2009), afirma surgir a pluriatividade como alternativa de suprir a necessidade de geração de outras fontes de renda familiar, para prover a sobrevivência familiar. A pluriatividade refere-se ao “[...] exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2009, p. 27). Cumpre ressaltar que a pluriatividade sobrevém quando algum membro familiar de agricultor busca aumentar a renda familiar.

Ainda na década de (19)90 foi estabelecido alguns critérios para o acesso ao crédito rural para os trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar, “[...] foi a institucionalização da noção de “agricultura familiar”, formalizada com o nascimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁹ (Pronaf, em 1995) e posteriormente transformada em lei (2006) (GRAZIANO; NAVARRO, 2015, p. 59). A lei n.º 11.326 de 2006, conceituou os trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar, propiciando o acesso aos fundos públicos, aos pequenos produtores rurais que se ajustassem nos critérios estabelecidos, para o acesso as várias linhas de crédito de custeio, bem como de investimento em infraestrutura.

Segundo Grisa e Schneider (2015), em razão da necessidade de escoação e a comercialização da safra de produtos alimentícios produzidos pelos pequenos produtores rurais em regime de agricultura familiar foi criado no ano de 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. O referido programa “[...] desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar [...]” (p. S139) E propiciou a abertura de espaços de comercialização aos produtos alimentícios em instituições públicas, bem como ONGs e, sem a burocracia prevista na lei de licitações pública.

⁹ O programa Pronaf dedica-se a estimular a geração de renda, bem como melhorar o desempenho da atividade rural dos agricultores em regime de economia familiar através de financiamento rural (GRAZIANO; NAVARRO, 2015).

Alguns desafios devem ser superados considerando à gravidade do contínuo êxodo rural jovem entre os: “[...] maiores problemas para os jovens desenvolverem seus projetos de vida no campo são: a baixa remuneração, a ausência de área de terra suficiente para o trabalho e a dificuldade de acesso a crédito para desenvolverem novas atividades produtivas [...]” (p. 1). A questão da permanência do jovem rural no campo é uma questão pertinente, e os referidos fatores devem ser considerados pelas autoridades competentes ao realizar o planejamento de políticas públicas voltadas ao setor agrário, de forma a atender as singularidades do campo (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises cíclicas no mundo rural sucedidas no século XX ocasionaram mudanças contínuas e significativas no quadro demográfico do país, motivadas por fatores econômicos, políticos, bem como em consequência da modernização conservadora da agricultura, e do avanço científico e tecnológico introduzido nos meios de produção dos latifúndios.

A maioria das pequenas propriedades rurais com base em relações pré-capitalistas e, responsáveis pela produção de gêneros alimentícios de qualidade e a custo acessível aos trabalhadores urbanos e rurais, não foram abrangidas pelas transformações e continuaram a produzir sem ou com o uso insignificante de técnicas e implementos agrícolas.

Se em decorrência da importância dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar, bem como em razão do fluxo contínuo de migração rural, e das lutas e reivindicações da categoria, o Estado foi pressionado a entrar em ação, por meio de políticas públicas, programas governamentais e mecanismos com o intuito de realizar o desenvolvimento econômico. Na atualidade a categoria depara-se com desafios iminentes em relação a geração de renda suficiente nas unidades produtivas para a permanência de todos os membros da família no campo, o fato, impulsiona o fluxo contínuo de êxodo rural jovem.

REFERÊNCIAS:

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Integração entre Sociedade e Estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba, v.52, p.S125-S146.2014. Suppl.1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2016.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PUNTEL, A. J.; PAIVA, C. À. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectiva dos jovens rurais no campo. In: CIRCULO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 20.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930 – 1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOTO, W. H. G. **A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 2002.

A MUDANÇA DE DIREÇÃO DO INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO E SEU REFLEXO NA QUESTÃO INDIGENISTA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA REVISTA *AMÉRICA INDÍGENA* EM SEUS PRIMEIROS ANOS (1941-1942)

Aline Rodrigues Pierobom
Acadêmica de História na UEM-CRV

Natally Vieira Dias
Professora na UEM-CRV

PALAVRAS-CHAVE: Indigenismo, intelectuais, revista *América Indígena*.

A proposta deste trabalho é analisar de que maneira a questão indigenista foi abordada dentro do contexto de transição pelo qual passou a direção do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) e de seu órgão oficial, a revista *América Indígena*, a partir da morte de Moisés Sáenz, fundador do I.I.I. e primeiro diretor da revista, em 1941. Sáenz era um intelectual indigenista defensor de uma teoria da integração e valorização da cultura indígena. Mas após sua morte, o cargo foi ocupado por Manuel Gamio, a partir de 1942, que defendia uma tese indigenista contrária à de Sáenz, visando a incorporação indígena na nacionalidade, correspondendo, basicamente, à mudança das culturas indígenas em direção à ocidentalização. Portanto, o objetivo é estudar o reflexo dessa transição de percepções e teses dentro do campo indigenista a partir da análise da revista oficial do I.I.I. escrita sob as diferentes direções.

O tema indigenismo remonta aos inícios coloniais, e corresponde a ideias, reflexões, discursos, e outras práticas diversas, não produzidos por indígenas, mas favoráveis a eles. Cabe esclarecer, que, segundo Emilio Kourí (2010), dentro do indigenismo não há índios intelectuais pensando e fazendo o indigenismo; os indígenas são, nesse caso, o objeto de estudo dos intelectuais indigenistas.

Henri Favre (1999) é outra referência importante sobre o assunto. Ele caracteriza o indigenismo não apenas como uma corrente de opinião e de estudos sobre os indígenas, mas também, como um movimento ideológico, colocando o índio no centro da problemática social, estreitamente ligado ao nacionalismo. Esse é o contexto em que se deu a criação da revista que analisamos, mais especificamente o

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

nacionalismo vigente no México pós-revolucionário, a partir do qual surgiu o projeto de criação do I.I.I.

Representando essas discussões indigenistas, em 1940 foi criado o Instituto Indigenista Interamericano. Trata-se de uma rede intelectual de caráter transnacional (continental) cujos intercâmbios ocorriam principalmente através dos textos publicados na revista *América Indígena*. O Instituto reunia inúmeros intelectuais do continente americano, com o intuito de fomentar políticas indigenistas.

Este Instituto foi idealizado a partir da realização do Primeiro Congresso Indigenista de Pátzcuaro, ocorrido em 1940, cuja intenção era reunir os intelectuais indigenistas de todo o continente. Somente Canadá e Paraguai optaram por não enviar representantes oficiais ao Congresso. O congresso foi realizado no México, e contou com forte protagonismo mexicano devido à grande centralidade que a questão indígena ganhava nas políticas públicas mexicanas desde a Revolução de 1910, que contou com enorme participação camponesa/indígena. Esse panorama suscitava um reconhecimento continental do México como referência em questões indígenas, principalmente pelo enfoque que o governo de Cárdenas estava dando na resolução do problema agrário e da questão indígena (DIAS, 2018).

Um dos grandes idealizadores deste congresso foi o educador mexicano Moisés Sáenz que, como membro da *Comisión de Investigaciones Indias*, enviada pelo governo do México para estudos da questão indígena em outros países do continente, obteve experiência a respeito das realidades do Peru, Equador e Bolívia, no início dos anos 30, possibilitando estreitar os laços com figuras intelectuais de outros países, principalmente da região andina. Sáenz procurava sempre estabelecer relações entre a questão indígena e a questão agrária, alegando que as identidades indígenas estavam estreitamente ligadas à manutenção da terra. (SÁENZ, 1933, *apud* DIAS, 2018). Portanto, foi essa proposta de um indigenismo militante, que relacionava a questão indígena à questão agrária, que embasou a formação do Comitê Executivo, pelo qual Sáenz e outros integrantes do continente organizaram o Instituto Indigenista Interamericano e sua publicação oficial.

Como fruto da institucionalização dos intelectuais indigenistas, a revista *América Indígena*, era a publicação principal da instituição, sendo suplementada pelo *Boletín Indigenista*, ambos lançados em 1941. Este último possuía uma periodicidade

bimestral, trazendo notícias acerca de assuntos indígenas de toda a América, e estava sob direção do escritor guatemalteco Carlos Girón Cerna.

Já a revista propriamente dita, que corresponde a fonte principal deste trabalho, tinha sua publicação efetivada trimestralmente, sendo a primeira em outubro de 1941, sob direção de Moisés Sáenz. A revista reunia artigos de intelectuais indigenistas de todo o continente americano, principalmente com caráter científico, com dados antropológicos, na maioria das vezes, e também de caráter político, tomando como base as relações entre o Estado e os indígenas.

De maneira sucinta, podemos descrever a revista da seguinte maneira: cada edição possuía os artigos assinados, propriamente ditos, e também os editoriais, ambos distribuídos em cerca de 100 páginas. A língua de maior uso era o espanhol, mas possuía, em menor número, artigos em inglês e em português.

A respeito da edição da revista de 1941, quando Sáenz ainda era o diretor, o primeiro texto assinado por John Collier, principal representante dos Estados Unidos na gestão oficial da instituição, foi intitulado “Novos conceitos sobre a unidade indígena”, em que ele reproduz algumas das resoluções do Congresso, de maneira a afirmar que a questão indígena era um tema que unia todo o continente. Podemos perceber na reprodução dessas resoluções um enfoque dado à repartição de terras aos indígenas (reforma agrária) e também um zelo pela questão cultural indígena, como pode ser observado no seguinte trecho:

Que os países da América adotem e intensifiquem a política de oferecer mais ampla oportunidade para o desenvolvimento das capacidades dos grupos indígenas, afim de que sua cultura própria não desapareça e sirva para enriquecer o acervo cultural de cada país, assim como a cultura do mundo, e contribua para o fortalecimento das nações (*América Indígena*, vol. 1, nº 1, out./1941, p. 12)

Ainda neste artigo, John Collier, reproduz as observações de D’Arcy McNickle, que, sendo uma grande representante indígena dos Estados Unidos no congresso indigenista, manifesta suas expectativas acerca das propostas para o futuro indígena do continente, sugerindo uma crítica às formulações racialistas evolucionistas anteriores (ditas ultrapassadas), e principalmente, definindo que “qualquer projeto que fizermos hoje, terá que ser um projeto positivo para somar recursos a uma população sujeitada e crescente [...], para nos libertar de coações e pressões que minaram nosso conceito de índio durante gerações inteiras” (Idem, p. 13-14).

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Essa reprodução feita por Collier, permite identificar, com clareza, o posicionamento de valorização das identidades autóctones dos indígenas assumido pela instituição.

O artigo publicado na primeira edição da revista, assinado por Carlos Girón Cerna, secretário do I.I.I., foi intitulado de “O indigenismo e o índio”. Esse artigo também se contrapunha a um conceito de indigenismo vigente no período, que observava os índios como menores e inferiores, preocupando-se com o conhecimento apenas de suas características etnográficas, ou seja, um indigenismo produzido a partir da comparação de culturas, ou, como afirma o autor, um indigenismo produzido pelos que se julgavam “civilizados” a partir de uma “seriedade confortável, teorizando sobre o problema indígena.” (Idem, p. 17-20).

Em suma, o que era criticado por Girón Cerna neste texto era a chamada “tese da incorporação”, cujo objetivo era a incorporação do índio na “vida civilizada”, através de mudanças induzidas, simbolizando uma resposta à problemática da heterogeneidade cultural. Essa política de incorporação estava embasada teoricamente na mestiçagem do México pós-revolucionário, que foi evidentemente defendida na revista *América Indígena* a partir da ascensão do antropólogo Manuel Gamio como seu diretor, a partir da morte de Sáenz.

Devemos destacar que essa tese da incorporação, sugerida por Gamio, era exatamente o que os intelectuais à frente do I.I.I., em seus inícios, encabeçados por Moisés Sáenz, pretendiam combater. Faziam isso através da abordagem da cultura pré-colombiana, como por exemplo no próprio emblema da instituição, as “três cabeças”, cuja simbologia foi desenvolvida por Girón Cerna. Esse emblema tinha sua base nos mitos cosmogônicos mesoamericanos, representando a América pré-hispânica, e também durante a conquista europeia, como pode ser observado na figura 1.

Mas essa ideia de Sáenz a respeito da preservação cultural indígena, a partir da redefinição da política indigenista, e do combate explícito da “tese de incorporação”, substituindo-a pelo que ele denominou “integração”, valorizando a pluralidade de culturas dentro de uma sociedade, foi completamente modificada a partir da ascensão de Manuel Gamio à direção do I.I.I. e de sua revista oficial, em outubro de 1942. A entrada de Gamio na direção da revista, simbolizou um giro quase completo dentro da instituição. Embora ele tivesse grande reconhecimento enquanto

antropólogo e indigenista, ele não havia feito parte da rede inicial de intelectuais que criaram o I.I.I. porque sua visão indigenista era justamente a que o I.I.I e Sáenz pretendiam combater.



Figura 1 – Emblema do Instituto Indigenista Interamericano (consta nas capas de *América Indígena*).

Manuel Gamio se destacava em estudos antropológicos cujo objetivo era civilizar as populações indígenas para integra-las em uma nova cultura nacional. No contexto pós-revolução no México, a verdadeira nacionalidade, para Gamio, só poderia ser obtida a partir de uma unidade étnica da população, em que a maioria dos integrantes usassem o mesmo idioma, além de expressarem manifestações culturais de mesmo cunho. (KOURÍ, 2010)

Gamio defendia a homogeneidade étnica, territorial, linguística, cultural e econômica como algo estritamente necessário para se constituir uma nação moderna, afirmando que, devido a heterogeneidade encontrada no México, o mesmo não constituía uma única grande Pátria, mas era composto de pequenas pátrias, o que ele via como um grave problema (AGUIRRÉ BELTRÁN, 1990). E é justamente essa posição elencada por Manuel Gamio, como já dito, totalmente contrária à ideia inicial do Instituto Indigenista Interamericano, e a de seu idealizador, Moisés Sáenz, que ele

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

leva para dentro do Instituto e da revista, como podemos observar a partir da edição de outubro de 1942.

Essa transição de Sáenz para Gamio significou um “afastamento inexorável do indigenismo militante, político e social” para “converter o indigenismo em um campo quase profissional ao dotá-lo de uma lógica [...] específica [a científica].” (GIRAUDO, 2011, p. 87). No entanto, de acordo com Dias (2018) por mais que parecesse um indigenismo científico e totalmente apolítico, o I.I.I. permaneceu amparado em uma prática política, agora identificada à tese de incorporação indígena. Cabe dizer que assuntos como a questão agrária praticamente sumiram das publicações seguintes da revista, sendo substituídas por artigos mais científicos, principalmente antropológicos.

Visto que a abordagem feita até aqui teve como foco, principalmente, as diferenças de posições entre dois grandes indigenistas na revista *América Indígena*, Moisés Sáenz e Manuel Gamio, é possível concluir que embora embasados em uma mesma temática, no caso o indigenismo, cada um é responsável por uma concepção e uma corrente dentro dessa mesma temática. Dentro da ideia principal de Moisés Sáenz com a criação do Instituto Indigenista Interamericano, o objetivo era promover a valorização da cultura indígena, promovendo uma integração de culturas, não a sua incorporação – ou seja, sua ocidentalização visando a homogeneização cultural nacional –, mas valorizando as heterogeneidades, tanto culturais, quanto políticas, linguísticas, étnicas. Diferentemente de Gamio, que tendo como base uma tese incorporação indígena a partir da mestiçagem, prezava por uma hegemonização étnica, cultural e linguística, cujo objetivo seria alcançar uma unidade entre as populações visando a constituição de uma nacionalidade.

REFERÊNCIAS:

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *Crítica Antropológica: Hombres e Ideias*. México: FCE, 1990.

DIAS, Natally Vieira. *América Indígena e Boletín Indigenista: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945)*. In: COSTA, Adriane V.; MAÍZ, Cláudio (orgs). Livro: *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018 [no prelo].

FAVRE, Henri. *El indigenismo*. México: FCE, 1999.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). *La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970)*. Lima: IEP, 2011, p. 21-98.

KOURÍ, Emilio. Manuel Gamio y el indigenismo de la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 419-32.

A QUESTÃO INDÍGENA NOS ESTADOS UNIDOS E O *INDIAN NEW DEAL*

Guilherme Gomes dos Santos

Mestrando em História na UEM – Campus Maringá

PALAVRAS-CHAVE: Questão indígena; Estados Unidos; Indigenismo

INTRODUÇÃO

A história dos países do continente americano, em sua grande maioria, é perpassada pelo tema do indigenismo, tendo em vista sua fundação na conquista e subjugação – de diversas formas em diversos níveis – das populações nativas. Lembremos que a própria alcunha de “índios” originalmente foi aplicada de forma genérica aos nativos do continente, não obstante sua diversidade, pelo navegador europeu Cristóvão Colombo, em fins do século XV.

Desde então, do ponto de vista dos grupos dirigentes das sociedades que se constituíram ao longo da América, os “índios” têm sido entendidos como um “problema”, como bem apontado pelo historiador Emilio Kourí em um trabalho sobre o tema. Como destacado por esse autor, “a suposta alteridade histórica do indígena, postulada como a base de sua perene subjugação”, torna-se um elemento que exige “explicação, justificação, remédio ou solução”. As respostas dadas a essas questões variaram ao longo do tempo e tiveram expressões específicas em cada uma das sociedades onde se desenvolveram, mas é exatamente a diversidade desses “conceitos, reflexões, análises, políticas a respeito do índio e de sua história” que chamamos “indigenismo”. (KOURÍ, 2010, p. 419)

Buscamos, no presente trabalho, discorrer acerca dos aspectos gerais e as particularidades das relações entre brancos e indígenas nos Estados Unidos, analisando também o surgimento do indigenismo estadunidense, que como veremos a seguir ganhou força institucional durante o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-45), sendo por essa razão comumente chamado de *Indian New Deal*, em uma clara referência ao plano econômico *New Deal*.

A QUESTÃO INDÍGENA NOS EUA

Diferentemente dos casos ibéricos – principalmente do espanhol –, os indígenas não foram incorporados, mesmo que de forma subordinada, às 13 Colônias Inglesas da América do Norte, mas permaneceram exteriores a essas sociedades, relacionando-se externamente com elas, como aliados ou inimigos. Como destaca Leandro Karnal sobre o contexto da colonização, “o mundo inglês conviveria com o índio, mas sem amálgama.” (KARNAL, 2013, p. 62).

Podemos entender o distanciamento construído por esses colonos em relação aos indígenas analisando alguns aspectos da cultura inglesa no que tange à ocupação de seus territórios coloniais. Como destacado por Patricia Seed (1999), diferentemente das outras metrópoles europeias, que exigiam “permissão formal” e “registros escritos para a aquisição do título da terra”, não havia “na legislação inglesa” muitas formalidades nem “cerimônias” e “documentos”, os colonos adquiriam as terras de uma forma bem objetiva, simplesmente ocupando-a, já que “construir uma moradia criava o direito de posse”. (SEED, 1999, p. 32)

Nesse contexto, o ato de cercar a propriedade também era extremamente importante para garantir o direito de posse, “as cercas” remontavam à “suposição de propriedade no direito medieval inglês”, sendo sua “presença visível na paisagem” um indicador da “efetiva ocupação inglesa”, algo que “comunicava direitos ingleses”. (Idem, p. 34)

Expor aspectos da concepção inglesa sobre a ocupação e a posse da terra, fundamentadas na construção de moradias e cercamentos, se faz importante por dois motivos: primeiro, porque aponta para a separação criada entre o mundo inglês e o indígena, literalmente separados por cercas. Em segundo lugar, porque ajuda a entender um importante aspecto religioso envolvido na questão, que diz respeito ao dever de “melhorar a terra” – que, segundo a narrativa bíblica, foi dado por Deus a Adão – ditado pelo protestantismo inglês. (BLANCHETTE, 2006, p. 48)

Como destacado por Thaddeus Gregory Blanchette (2006), o “puritanismo” visualizou na Nova Inglaterra a fundação de uma “Nova Canaã”, a empreitada em “terras selvagens que produziria uma renovação do espírito no mundo”. No entanto, apesar dessa “visão da expansão colonial” ter sido “endêmica em toda a América inglesa”, ela se manifestou de forma mais acentuada “nas colônias da Nova Inglaterra, fundadas por refugiados protestantes radicais”. (Idem, 2006, p.47)

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Nesse contexto, a fala do “patriarca peregrino” John Winthrop se mostra esclarecedora:

Toda a Terra é o jardim do Senhor e ele o deu aos filhos de Adão para que eles o cultivassem e o melhorassem. Por que, então, devemos ficar aqui, carentes de lugares para habitar [...] e deixar que países inteiros, que poderiam dar lucros ao trabalho do homem, fiquem devolutos e sem melhorias? (Citado por PEARCE, 1988, *apud* BLANCHETTE, 2006, p. 48).

Portanto, diante desse ideal inglês de posse da terra, baseada em sua transformação e melhoramento pelas mãos humanas, é natural imaginar que os colonos comesçassem a questionar o direito soberano dos indígenas sobre seus territórios, uma vez que, aos olhos dos ingleses, os povos nativos por eles encontrados – que, em grande medida, garantiam sua subsistência por meio da caça – não “melhoravam a terra”.

Após a Independência dos Estados Unidos da América, em fins do século XVIII, uma “questão indígena” se colocou de forma mais evidente, quando a expansão da população branca sobre as terras habitadas por povos nativos tornou-se mais incisiva. No período anterior, durante a colonização inglesa, essa expansão foi relativamente barrada pela Coroa britânica, que fomentava sistemas de acordos entre os colonos e os diversos grupos indígenas a respeito da ocupação das terras na região.

É, sobretudo, durante o século XIX que as questões em torno dos indígenas emergem e dão origem a uma série de reflexões e políticas voltadas para essas populações. Um marco oficial importante pode ser identificado na criação do Bureau of Indian Affairs, em 1824, incorporado ao Departamento da Guerra, o que aponta claramente para o tipo de política seguida pela instituição. (ROBERTS Jr., 2010, p. 2)

Nesse contexto, muitas “soluções” para o “problema” indígena foram levantadas, destacando-se propostas que iam desde a pura e simples destruição física dos nativos até a sua assimilação pela sociedade estadunidense, passando por projetos de proteção das terras indígenas ancestrais. Mas a proposta de maior aceitação, e a que foi de fato levada a cabo pelo departamento de assuntos indígenas, foi a chamada “política de remoção”, que retirava os indígenas de suas terras originárias e os levava à força para áreas extremamente distantes, de acordo com os interesses da sociedade branca. (Idem, 2010, p.3)

Essas políticas de migração forçada deram o mote da atuação oficial norte-americana em relação às populações indígenas ao longo do século XIX. A “lógica por trás” dessas ações era a de “um confronto inevitável” entre os dois mundos, sendo os índios considerados enquanto uma alteridade absoluta, como “inimigos dentro das fronteiras [do país]”. (Idem, p. 3; 16)

Apesar de parecer paradoxal, a prática da remoção, que aparentemente culminava na separação entre as duas sociedades, recebeu apoio tanto de racistas e anti-indígenas em geral, como daqueles que assumiam posturas pró-indígenas, sendo que estes últimos consideravam o afastamento como uma forma de preservação das culturas indígenas. (Idem, p. 4)

Muito dessa ideia – errônea permanece firme atualmente na visão comum sobre as políticas estadunidenses em relação aos índios. Em geral, imagina-se que as práticas de remoção e assentamentos dos indígenas em reservas significaram a ausência de um projeto assimilacionista por parte do Estado nacional e, por consequência, uma maior possibilidade de preservação das sociedades nativas. Essa ideia subjaz até mesmo em relatos historiográficos da pequena parcela de historiadores brasileiros que se dedicam à história dos Estados Unidos. Entre esses, podemos observar que, embora haja uma tendência a se criticar a ação segregacionista “de confinamento e controle dos indígenas em reservas” (JUNQUEIRA, 2001, p. 47), o destaque dado a esse processo nem sempre permite identificar que as práticas de remoção/confinamento foram seguidas de fortes políticas assimilacionistas de claro viés aculturador das sociedades nativas.

Essas políticas ficaram oficialmente ratificadas através do Ato de Loteamento, aprovado em 1887, pelo qual as terras indígenas, dentro das reservas, foram divididas em lotes individuais, desmontando os antigos sistemas de posse e produção coletiva nos quais se baseavam as sociedades nativas, dificultando suas condições de subsistência. Em um estudo que apresenta um panorama das políticas estadunidenses em relação aos índios, o historiador Preston Roberts Jr. (2010) explica o Allotment Act como uma “política sistemática de erradicação” das formas de organização social indígena, uma política que “condenou os nativos à vida de dependência” em relação às “rações” estatais, situação que foi usada como “arma” por parte do Bureau of Indian Affairs, que negava a ajuda governamental para os

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

índios que se recusassem a ser assimilados, ou seja, a abandonar sua cultura. (ROBERTS Jr., 2010, p. 8)

Essa “política de erradicação” das culturas indígenas envolveu o banimento de tudo o que era considerado como “costume indígena” e voltou-se significativamente para a promoção da cultura ocidental entre as crianças indígenas, antes mesmo que essas aprendessem as línguas nativas, através de sistemas de educação compulsória, fora das reservas. Nessas escolas, geralmente de caráter religioso, todo e qualquer elemento que remetesse às culturas indígenas eram condenados e as desobediências punidas inclusive através de castigos físicos. (Idem, p. 8-9)

O INDIAN NEW DEAL

É contra esse panorama, que perdurou até as primeiras décadas do século XX, que se pode entender a emergência do chamado “indigenismo estadunidense”, que ganhou maior força política a partir dos anos 30, durante o governo Franklin D. Roosevelt (1933-45), com a nomeação de John Collier (1884-1968), um dos mais combativos indigenistas do país, como Commissioner of Indian Affairs.

Em oposição ao histórico quadro de assimilação forçada que norteou as políticas públicas dos EUA voltadas aos povos indígenas, Collier, enquanto Comissário dos Assuntos Indígenas defendeu que os povos nativos não deveriam ser assimilados de forma subordinada à civilização branca e sim integrados à mesma. As particularidades de suas culturas deveriam ser mantidas nesse processo, uma vez que o indigenista estadunidense acreditava que a civilização ocidental estava em crise e os indígenas teriam muito a contribuir para o “resgate da paixão e da reverência pela personalidade humana”, que ele considerava perdido na civilização ocidental, mas ainda presente nas civilizações indígenas. (COLLIER, 1947, p. 7-8)

Portanto, ao dirigir o departamento de assuntos indígenas, de 1933 até 1945, Collier direcionou as políticas da instituição dentro de uma lógica marcada pelas concepções de um governo indireto, que buscava dar autonomia às comunidades indígenas, procurando que “as estruturas sócio-políticas nativas fossem reforçadas” e possibilitando a formação de governos tribais. (BLANCHETTE, 2006, p. 328)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos no decorrer deste artigo, destacar os aspectos gerais da questão indígena nos Estados Unidos, juntamente com os elementos que nortearam as relações entre brancos e indígenas nos EUA, que como podemos observar foram baseadas no segregacionismo e na assimilação forçada dos nativos norte-americanos.

Nesse sentido, destacamos o surgimento do indigenismo estadunidense, que buscou reformular as políticas públicas dos EUA voltadas aos povos indígenas. Se faz necessário, portanto, ressaltarmos como o chamado *Indian New deal* consiste em uma quebra de paradigma dentro do histórico quadro segregacionista ou de assimilação forçada, que durante muito tempo nortearam as políticas públicas voltadas aos povos indígenas dos EUA.

REFERÊNCIAS:

AHLSTEDT, Wilbert Terry. **John Collier and Mexico in the Shaping of U.S. Indian Policy: 1934-1945**. Faculty of The Graduate College of the University of Nebraska, Lincoln, Nebraska, 2015 (Dissertation of Doctorate), 362 pág. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/historydiss/82/> (acesso em 09/05/2018).

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. **Cidadãos e Selvagens: Antropologia Aplicada e Administração Indígena nos Estados Unidos, 1880-1940**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, 2006, (Tese de doutorado), 547 p.

COLLIER, John. *Indians of The Americas*. New York, 1947, p. 7-16.

JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos: a consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro. A formação da nação. In: KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI** São Paulo: Contexto, 2013, p. 23-98.

KOURÍ, Emilio. Manuel Gamio y el indigenismo de la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 419 32.

SEED, Patricia. **Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640)**. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999.

A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1910-1945)

Danielle Thaís Vital Gonçalves Longo
Bolsista CAPES no Curso de História na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: Indigenismo; Serviço de Proteção aos Índios; Estado Novo.

INTRODUÇÃO

Analizamos a política indigenista brasileira a partir do papel desempenhado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O recorte temporal situa-se entre a fundação do SPI, em 1910, até o fim do Estado Novo brasileiro, em 1945. O principal objetivo deste trabalho é apresentar reflexões críticas sobre a política indigenista brasileira e a atuação do SPI.

Destacamos que, no período estudado, a proteção oferecida aos indígenas pelo SPI estava atrelada ao interesse de consolidar o projeto nacionalista de Vargas. Nesse contexto, havia a preocupação de transmitir uma imagem bondosa do Estado e do SPI, que garantiria a preservação física dos nativos. Mas chamamos atenção para o fato de que não havia um questionamento sobre a questão da preservação das culturas indígenas. A ideia era que os nativos deveriam ser “civilizados” para, assim, serem integrados à nação para contribuir com o progresso do Brasil. Essa integração via “civilização” passava fatalmente pela destruição das culturas e tradições indígenas em prol da formação de uma cultura nacional homogênea.

A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

O SPI foi a primeira instituição política indigenista do governo republicano brasileiro, criada pelo decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910. Inicialmente fundado como Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), a partir de 1918 tornou-se apenas SPI. Ao longo de sua história, a instituição esteve subordinada a diferentes Ministérios. Em 1910, iniciou suas atividades como parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto nº 8.072 de 20/06/1910), em 1930, passou a fazer parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433 de 26/11/1930) e, em 1934, foi

vinculado ao Ministério da Guerra (Decreto nº 24.700 de 12/07/1934). Após uma reorganização dos Ministérios, em 1939, o SPI voltou a estar enquadrado no Ministério da Agricultura (Decreto nº 1.736 de 03/11/1939), onde permaneceu até sua extinção em 1967.

O SPI foi um órgão institucional criado a partir da expansão de um Estado Nacional, com intuito de instaurar uma assistência leiga aos indígenas, desvinculando a histórica presença da Igreja Católica na catequese indígena. Fortalecendo a separação das ordens eclesásticas e seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado, foi o “primeiro aparelho de poder governamentalizado instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder”. (LIMA, 1992, p.155)

A criação do SPI foi fruto em grande parte das ideias e ações do marechal Cândido Mariano Rondon, que foi o primeiro diretor da instituição. Rondon era uma figura de notoriedade por conta do trabalho que vinha desenvolvendo desde 1890 como chefe das expedições da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.¹⁰ Rondon e o SPI defendiam que o índio deveria ser integrado à sociedade brasileira, pois sua integração beneficiaria os próprios indígenas, assim como toda a nação.

O grande objetivo dos projetos elaborados pelo SPI era prestar assistência e “proteger” os indígenas, impedindo o desaparecimento físico dos mesmos, a fim de incorporá-los à nacionalidade brasileira na categoria de “trabalhadores nacionais”. (LIMA, 1987) Portanto, a proteção oferecida pelo SPI aos indígenas estava atrelada aos interesses da sociedade nacional e inserida na lógica de consolidar os projetos nacionalista do Estado.

O SPI visava estabelecer relações pacíficas com os povos nativos, assegurando-lhes “proteção”, frente à expansão territorial para o interior do Brasil. A instituição era apresentada no discurso oficial de forma paternalista, como a “empresa de salvação” dos povos indígenas no território brasileiro, sendo sua função amparar e proteger os nativos, sempre visando a sua assimilação na sociedade nacional.

¹⁰ Sobre o trabalho desenvolvido por Rondon na Comissão de ver: SÁ, Luiza Vieira. *Rondon: o agente público e político*. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História, 2009. (Tese de Doutorado), 230 p.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Sob o pretexto de fornecer proteção legal, o Código Civil de 1916 definiu os índios como “relativamente incapazes” em relação às questões civis e, em 1928, os índios foram colocados sob um sistema de tutela federal, administrado pelo SPI. (GARFIELD, 2011, p. 63)

O controle jurídico sobre os indígenas a partir de então legalmente reconhecido pelo sistema de tutela do Estado, tratava-se de mais um mecanismo de dominação, pois pressupondo sua incapacidade e imaturidade justificou-se a apropriação de seus territórios, e a exigência de proteção.

Apesar de oficialmente o SPI propor atuar entre os indígenas por meio da persuasão em vez de coerção, e até mesmo defender a reserva de suas terras ancestrais, Antônio Carlos de Souza Lima destaca que:

A paciência e o “respeito” do SPI pelos costumes indígenas tinham seus limites. As reivindicações territoriais e a autonomia dos índios teriam de ser limitadas, sacrificadas em nome do interesse nacional. As práticas de caça e coleta precisavam dar lugar as atividades “racionais” orientadas para o mercado, como a agropecuária, e a violência indígena tinha de ser contida. Ao considerar a identidade e a cultura indígenas como imaturas e ainda não evoluídas, o SPI podia prescindir de reservas adequadas para sustentar de modo eficaz o estilo de vida dos índios e mercantilizar as áreas mais afastadas. (LIMA, 1989, p.139-97 *apud* GARFIELD, 2011, p.65)

Portanto, percebe-se que a lógica subentendida na atuação oficial do SPI era a de que os indígenas somente alcançariam a plena maturidade e a melhoria de vida através da ajuda do órgão federal. O destino final buscado pelo SPI era a integração e adaptação dos nativos à civilização nacional brasileira, visto que sua cultura tradicional era considerada imatura e atrasada, devendo ser suprimida.

A POLÍTICA INDIGENISTA DURANTE O ESTADO NOVO BRASILEIRO

Durante o Estado Novo a política governamental em relação aos povos indígenas passou a se inserir mais claramente dentro do projeto nacionalista de Getúlio Vargas, que buscava consolidar o poder para redefinir o território nacional por meio de uma política de integração. A preocupação dos funcionários do Estado voltava-se para a unificação nacional, defesa territorial e configuração racial. Assim, no plano simbólico, sustentou-se a ideia do índio como um dos ícones da nacionalidade, que trouxe contribuições significativas à formação histórica e cultural brasileira. (GARFIELD, 2000)

O próprio presidente Vargas passou a enaltecer e idealizar simbolicamente os indígenas. No entanto, apesar de haver no período todo um discurso romantizado sobre “o índio”, que enaltecia as contribuições das populações indígenas para o “caráter nacional” brasileiro, essa idealização dizia respeito exatamente aos indígenas enquanto seres históricos e presentes, mas sim a um lugar apenas simbólico dentro do discurso nacionalista do governo. A finalidade prática da ação governamental era torna-los cidadãos produtivos e mostrar-lhes a necessidade do trabalho e de sua integração na sociedade nacional.

Durante o Estado Novo, Vargas encontrou forte apoio de Rondon, que aderiu à proposta política de Vargas e passou também a exaltar simbolicamente as contribuições dos nativos para a história brasileira. Assim afirmou Rondon em um discurso, em 1940:

Amigo, guerreiro, confidente e parceiro sexual, o índio deu assistência vital ao português em seu estabelecimento no Brasil. [...] Eles [os índios] nos deram a base do novo caráter nacional [...], bravura, generosidade e honestidade trazidos pelo índio à formação do nosso povo, eis que consideramos precioso, tanto no passado como ainda no presente. (RONDON, 1940 *apud* GARFIELD, 2000, p. 17)

Portanto, o que podemos perceber é que, durante o Estado Novo brasileiro, embora houvesse uma exaltação simbólica do índio como formador da história nacional, a existência de indígenas reais, presentes na sociedade, era percebida como um “problema” para a integração nacional, um problema que precisava ser solucionado para a efetivação do projeto político nacionalista de Vargas.

O que, na verdade, existiu do ponto de vista oficial foi uma grande preocupação com a sobrevivência física dos indígenas, pois acreditava-se que impedindo simplesmente seu extermínio físico seria alcançado o objetivo final do o SPI: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível.” (SPI, 1940, *apud* GARFIELD, 2011, p. 62).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão indigenista brasileira no período estudado se inseriu na lógica de consolidação do projeto nacionalista. Basicamente as políticas indigenistas e o papel

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

do SPI constituíram-se numa ação estatal oficial cujo fim último seria a incorporação indígena necessária para a formação de uma identidade nacional.

Concordamos com Garfield (2000) quando afirma que: “o abraço simbólico do índio pelo Estado Novo acabou por sufocá-lo. Esmagados pela retórica do governo, os índios teriam de lutar para expressar seus próprios pontos de vista em relação a sua terra, comunidade, cultura e história.” (GARFIELD, 2000, p. 24)

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Congresso Nacional, *Decreto Legislativo nº 55 de 1953*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-55-17-julho-1953-367148-publicacaooriginal-1-pl.html> (Acesso em 04/05/2018)

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil* (org.) São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavantes (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 20, nº 39, 2000, p. 15-42.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (ed.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo; EdUFRJ/Marco Zero, 1987.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a Gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil* (org.) São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 155-172.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Rumo ao Oeste: Conferência Realizada Pelo General Rondon no D.I.P. em 3-IX-40 e discursos do Dr. Ivan Lins e do General Rondon, pronunciados na Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, 1940, pp. 21-22.

SÁ, Luiza Vieira. *Rondon: o agente público e político*. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História, 2009. (Tese de Doutorado), 230 p.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI). Brasil, Ministério da Agricultura, Documentos, 1940.

REVISTA DESASSOSSEGOS: ABSURDEMOS A VIDA DE LESTE A OESTE

Daniel José Gonçalves

Mestrando no Instituto Federal do Paraná – IFPR

José Aparício da Silva

Mestrando no Instituto Federal do Paraná – IFPR

Mayco A. Martins Delavy

Mestrando no Instituto Federal do Paraná – IFPR

PALAVRAS-CHAVE: revista, interdisciplinaridade, extracurricular.

INTRODUÇÃO

A criação da Revista “*Desassossegos: absurdemos a vida, de leste a oeste*” surge da necessidade de se refletir sobre questões culturais e científicas, porém com uma linguagem que aproxime o discurso acadêmico do cotidiano comum dos cidadãos. Uma vez que um dos papéis dos Institutos Federais é promover o entendimento da realidade para que a comunidade possa transformá-la, *Desassossegos* é uma alternativa extracurricular para o cumprimento desta tarefa, apostando na interdisciplinaridade e divulgação da produção cultural e na participação de estudantes na proposição de artigos e ilustrações. A Revista *Desassossegos* faz referência ao poeta português Fernando Pessoa e seu *Livro dos Desassossegos*. Assim, a logotipo faz alusão ao autor. No entanto, a referência maior está na concepção de que é preciso refletir sobre a vida e o mundo, de modo a nós fazermos e refazermos constantemente como sujeitos atuantes na realidade.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Editorar uma Revista de cunho científico-cultural com produções docentes e discentes no âmbito do IFPR.

Objetivos específicos:

- Incentivar e divulgar a produção textual docente e discente.
- Fomentar a leitura e discussão de artigos de opinião que relacionem a abordagem científica com o cotidiano.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

- Propiciar formas alternativas de ensino aprendizagem.

METODOLOGIA

A Revista será produzida semestralmente com textos de estudantes e professores de diversas áreas do conhecimento e será organizada por seções que serão de responsabilidade de cada uma dessas áreas. As seções foram denominadas da seguinte forma: *Olhos Sobre a Tela*, que versará sobre cinema e história; *Contrarregra*, que tratará de diversidades e ciências sociais; *Agouros da Ágora*, dedicada à filosofia; *Gazetas*, a qual será de autoria de estudantes; *Mil Face Secretas*, sobre leitura e literatura; *Lente de Aumento*, que discutirá a geopolítica; *Palavras Maiores*, será destinada a escritores renomados (na primeira edição temos um texto do autor Curitibano Paulo Venturelli) e, por fim, a coluna intitulada de *Desassossegos* trará entrevistas com pessoas ligadas às Artes e à Cultura.

Além disso, contamos com espaços para os estudantes exporem ilustrações e trabalhos artísticos de autoria própria.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O grande desafio das instituições escolares atualmente é contribuir para formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes. Trata-se de uma atividade complexa que exige de a escola ultrapassar temas, conteúdos e programas curriculares. E, nessa realização, percebemos o desenvolvimento de autonomia, uma vez que os envolvidos (estudantes e professores) podem ao mesmo tempo ler, escrever e refletir sobre a realidade nos mais diferentes campos do conhecimento. Segundo Bertrand Russel, "a soma dos conhecimentos e a complexidade dos problemas humanos aumentam perpetuamente, por este motivo todas as gerações têm que reformar seus métodos educacionais a fim de abrir tempo para o estudo do novo" (RUSSELL, 1956).

Desassossegos, portanto, prevê uma análise da conjuntura contemporânea, promovendo, de forma mais específica, a relação entre a ciência e o cotidiano. Para isso, há de se observar que a construção do conhecimento que o ser humano vem adquirindo ao longo da sua existência é transmitido de várias formas, seja por meio de experimentos e trabalhos científicos-tecnológicos, seja por força da tradição e da memória oral. Livros, filmes, artes, internet, jornais e revistas são exemplos de meios

de difusão do conhecimento. Entretanto, para a socialização desses conhecimentos são utilizadas linguagens específicas que nem sempre dialogam com a comunidade ou mesmo com os estudantes.

A proposta da Revista é aproximar o discurso acadêmico da comunidade, seja ela interna ou externa ao IFPR. Ou seja, fomentar debates aliando a vivência à reflexão criteriosa e responsável, tornando, dessa forma, a escola e os conhecimentos por ela trabalhados em algo mais familiar à vida das pessoas.

A reflexão visa transformar o distante em próximo, o estranho em familiar, através de um discurso racional (...) orientado pelo desejo de diálogo com o objeto da reflexão para que ele “nos fale”, numa língua não necessariamente a nossa, mas que nos seja compreensível, e nessa medida se nos torne relevante, nos enriqueça e contribua para aprofundar a autocompreensão do nosso papel na construção da sociedade. (SANTOS, 1989, p. 12).

A intenção é propiciar a inserção de estudantes, professores do IFPR e a comunidade nos debates contemporâneos. Sendo assim, a fomentação do debate será contínua e o caráter interdisciplinar e extracurricular fundamentais para a criação de um ambiente em que esses agentes se sintam à vontade para contribuir. NOVAIS (2006) faz-nos uma provocação em relação às novas abordagens da educação:

Quando perguntamos a qualquer professor, independente de sua concepção pedagógica, qual o objetivo atual da educação escolar e, portanto, qual o seu papel, como agente central desse processo, normalmente obtemos respostas muito parecidas. Sem titubear, eles costumam dizer que é o de desenvolver a capacidade de o aluno raciocinar, criar, trabalhar em grupo, de ser solidário, de caminhar em busca de sua própria autonomia intelectual e assim por diante. (NOVAIS, 2006, p.02).

Nesse questionamento, Novais segue refletindo que a resposta é apenas força de expressão e que na prática nada muda. A edição da Revista *Desassossegos* é justamente fazer com que essa realidade do cotidiano escolar receba alternativas e, dessa forma, possamos desafiar estudantes, professores e comunidade a debater sobre questões contemporâneas, sem se restringir à forma muitas vezes empolada do discurso acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista *Desassossegos: absurdemos a vida de leste a oeste*, está com sua primeira edição concluída. Já entramos com processo para obtenção do ISSN para a versão impressa e a publicação eletrônica está disponível na plataforma ISSUU.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA **DE** PAPEL

REFERÊNCIAS:

NOVAIS, V. L. D. de. **A educação e a escola no olho do furacão... e o gestor diante disso?**, 2004. Disponível em: . Acesso em: 07 fev. 2018.

RUSSELL, B. **Educação e Vida Perfeita**. São Paulo. Nacional, 1956. SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

O ITINERÁRIO DE JEAN-MAURICE FAIVRE: A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DE THEREZA CHRISTINA (1795-1858)

Tiago Suchecki

Acadêmico de História na UEM - CRV

Neilaine Ramos Rocha de Lima

Professora na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: A Saga da Esperança; Jean-Maurice Faivre; Thereza Christina.

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma análise crítica referente a obra *Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Rio Ivaí*, escrita pelo historiador Josué Corrêa Fernandes, que por sua vez contempla um marco da história regional do Paraná, uma vez que ressalta a trajetória do médico francês Jean-Maurice Faivre, fundador da colônia de Thereza Christina. A partir da observação da obra citada como fonte principal e o diálogo da mesma com outras bibliografias pretende-se compreender a biografia Faivre, o itinerário deste francês e ainda o motivo pelo qual a colônia criada por ele apresenta-se diferente das outras fundadas na primeira metade do século XIX.

INTRODUÇÃO

O indivíduo Jean Maurice Faivre nasceu em 21 de setembro de 1795, no município de Saint-Maurice, França. Vai estudar medicina em Paris na venerada École de Médecine, formou-se e exerceu a profissão em Paris até os 30 anos. Mudou-se para o Brasil, em 1826, e trabalhou no Hospital Militar da Corte, no Rio de Janeiro, conquistando grande prestígio. Atuou como médico particular da Imperatriz Thereza Christina Maria, também a ensinava francês e trocavam impressões sobre os mais variáveis assuntos, tornando-se muito amigo da Imperatriz. Em junho de 1829, ajudou a fundar a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que, 60 anos depois, passaria a se chamar Academia Nacional de Medicina.

Faivre casou-se com Anne Zoé Bricquelet Taulois, filha de Pierre Louis Tulois, que veio a falecer já em 28 de março de 1841, 44 dias após dar à luz uma

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

menina a quem dera o nome de Marie apenas nos poucos momentos de vida que teve. Ambas estão sepultadas no Cemitério dos Ingleses, no Rio de Janeiro. Com o coração sangrando após a morte de sua esposa e filha, das quais jamais se esqueceria, resolve abandonar todas as benesses e badalações da Corte, e resolve reviver um sonho, criado nas várias visitas por províncias, sonho esse de fundar sua própria colônia, para perseguir a ideia de que a verdadeira felicidade consistia em fazer os outros felizes. (FERNANDES, 1996).

Durante suas viagens conheceu João da Silva Machado, um latifundiário que gozava de prestígio do governo, futuro barão de Antonina, um dos homens que trabalhou na emancipação do Paraná. Visitou as terras a convite de João da Silva Machado, com seus pensamentos voltados a realização de seu sonho, decidiu então fundar a colônia naquelas terras. Seria para ele e para as pessoas que acreditavam nele, o verdadeiro eldorado e um local onde não existissem escravos, onde o índio seria civilizado sem passar pelo estágio de escravidão, onde houvesse felicidade e igualdade, uma concepção verdadeiramente socialista, sem ambições de riquezas pessoais, mas sim riqueza para todos. Faivre, então, retornaria à França com a esperança de conseguir adeptos que o acompanhassem na sua aventura. A Imperatriz Teresa Cristina o apoiou, achando que a vinda de colonos da Europa para o Brasil seria muito interessante para o país, e, assim, lhe ofereceu seis contos de réis para pagar parte das despesas. Para juntar mais dinheiro, o Doutor Faivre vendeu todos os seus bens adquiridos no Brasil, só não vendeu livros e instrumentos médicos.

Em maio de 1846 ele voltou à França, onde ‘recrutou’ franceses em sua terra natal no Jura, e também em Paris, conseguiu reunir 63 pessoas, em sua maioria pobres, incluindo cidadãos de Bruxelas e embarcaram no navio hamburguês chamado: *Fides* (palavra que significa fé, fé na vida; no trabalho; nas pessoas; no futuro), com este grupo na Antuérpia, em 21 de dezembro daquele mesmo ano, chegando em Paranaguá, após uma viagem marítima de 58 dias, em 17 de fevereiro de 1847 embarcaram em outro navio, para chegar ao porto de Antonina, três dias após a chegada em Antonina, começaram a caminhada rumo a terra prometida na margem do rio Ivaí. Esta terra, uma área de “1 légua quadrada”, Faivre havia ganhado de uma pessoa conhecida por ele nos seus anos na Corte: João da Silva Machado, o futuro Barão de Antonina. A viagem até o local do destino durou mais de dois meses, haviam atravessado a Serra do Mar pelo caminho conhecido hoje como Itupava, as mulas,

além da carga, carregando também 26 crianças, o grupo chegou ao destino em maio de 1847 e logo começou a trabalhar, a propriedade fora batizada de Vila Agrícola Thereza Christina, abreviada como “Colônia Thereza”, em homenagem à imperatriz. (FERNANDES, 2006).

O grupo de franceses limpou a mata, construiu as primeiras moradias e preparou o terreno para o plantio de café, baunilha, algodão, milho, trigo e cana-de-açúcar. Faivre escreveu avisos, para disciplinar o uso da terra e a convivência entre os moradores, mas, grande parte de seus conterrâneos não se adaptaram ao sistema e abandonaram o local em aproximadamente um ano. Mesmo com a debandada, Faivre seguiu firme na proposta de implantar uma sociedade igualitária, sem espaço para escravidão e individualismo.

O ideal de solidariedade e coletividade fez com que aquele empreendimento prosperasse, apesar das dificuldades com as influências externas da colônia. Faivre, finda sua participação como diretor da referida colônia no ano de 1858, depois do agravamento de um problema de saúde, vindo a falecer em 30 de agosto de 1858, sendo sepultado na própria colônia conforme ele mesmo tinha sugerido. Ficando como sucessor pelos anos seguintes o Sr. Gustavo Rumbelsperger, homem de confiança de Faivre, mas, o sonho da colônia socialista naufragou, aos poucos, as pessoas decidiram sair da colônia e tentar a sorte em outras cidades. (FERNANDES, 1996).

A realização deste trabalho se torna de suma importância já que ressalta a história regional que por muitas vezes é esquecida e pouco valorizada, um erro ao apreço historiográfico já que podemos encontrar muitos elementos importantes na parte oculta do iceberg, que não são observados uma vez que não estão na superficialidade, ou fora desta analogia, não estão em repercussão no meio historiográfico e consecutivamente não são objetos de estudo almejado pelos intelectuais.

METODOLOGIA

Para o alcance do almejado o trabalho se imbuirá de uma metodologia qualitativa, tendo como fonte principal as duas edições da obra Saga da Esperança (1996/ 2006), realizadas pelo historiador Josué Corrêa Fernandes, a escolha da obra

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

como fonte se justifica à medida que a mesma é a principal obra historiográfica na atualidade que contempla a temática almejada de estudo.

Em virtude da hermenêutica e dos hermeneutas na historiografia a presente pesquisa não desconsidera outros materiais que possam dialogar com a fonte, artigos, documentos e livros, visando não ter apenas uma visão concisa e generalizadora, mas sim, corpórea ou como a própria construção do conhecimento na filosofia ressalta, o choque entre tese e antítese para gerar uma síntese, desvinculando-se de uma análise dedutiva ou a priori.

DISCUSSÕES

Tendo em vista os argumentos mencionados que se referem ao fato de que a colônia de Thereza Christina ter sido a primeira experiência do cooperativismo no Brasil, cabe-se mencionar num primeiro momento que o cooperativismo surge com a fundação da “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, quando 27 tecelões e 1 tecelã procuravam uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo e as anomias provocadas pela revolução industrial, visando igualdade entre todos. (VEIGA e FONSECA, 2001).

Estes ideais facilmente são encontrados no momento de fundação da colônia de Thereza Christina em 1847, a diferença é que nesta colônia o ideal era agrícola, não como o viés industrial na Inglaterra, como ressalta Fernandes (2006) a essência da colônia agrícola é baseada no sistema de cooperativismo de Robert Owen, que defendia o fim da propriedade privada, e atendesse o bem comum.

O ideal de fundar uma sociedade feliz, vivendo em uma patriarcal troca de serviços, um racional comunismo, uma sociedade que só conhece a boa aplicação do dinheiro, sem a cegueira da ambição, unida pelo nobre sentimento de solidariedade humana, no seio desta longínqua e verdadeira terra de promessa, tão compensadora de qualquer esforço pela sua fabulosa feracidade. (FERNANDES, 2006, p.112).

Outro interessante aspecto que vale ressaltar é a questão da escravização, já que o Brasil imperial era escravocrata no período de fundação da colônia, contrariando a normatividade do momento, os movimentos antiescravistas ocorreram em 1850 Lei de Euzébio de Queiros que pôs fim ao tráfico negreiro, em 1871 a Lei do Ventre Livre, assinada pela princesa Isabel, que tornava livre todos os filhos de escravos nascidos

a partir da data de promulgação da lei, em 1885 a Lei do Sexagenário que garantia a liberdade dos escravos com 60 ano de idade ou mais, para que só em 1888 a Lei Áurea extinguiu a escravidão no Brasil. Como a colônia foi fundada em 1847 percebe-se o diferencial humanístico presente na colônia.

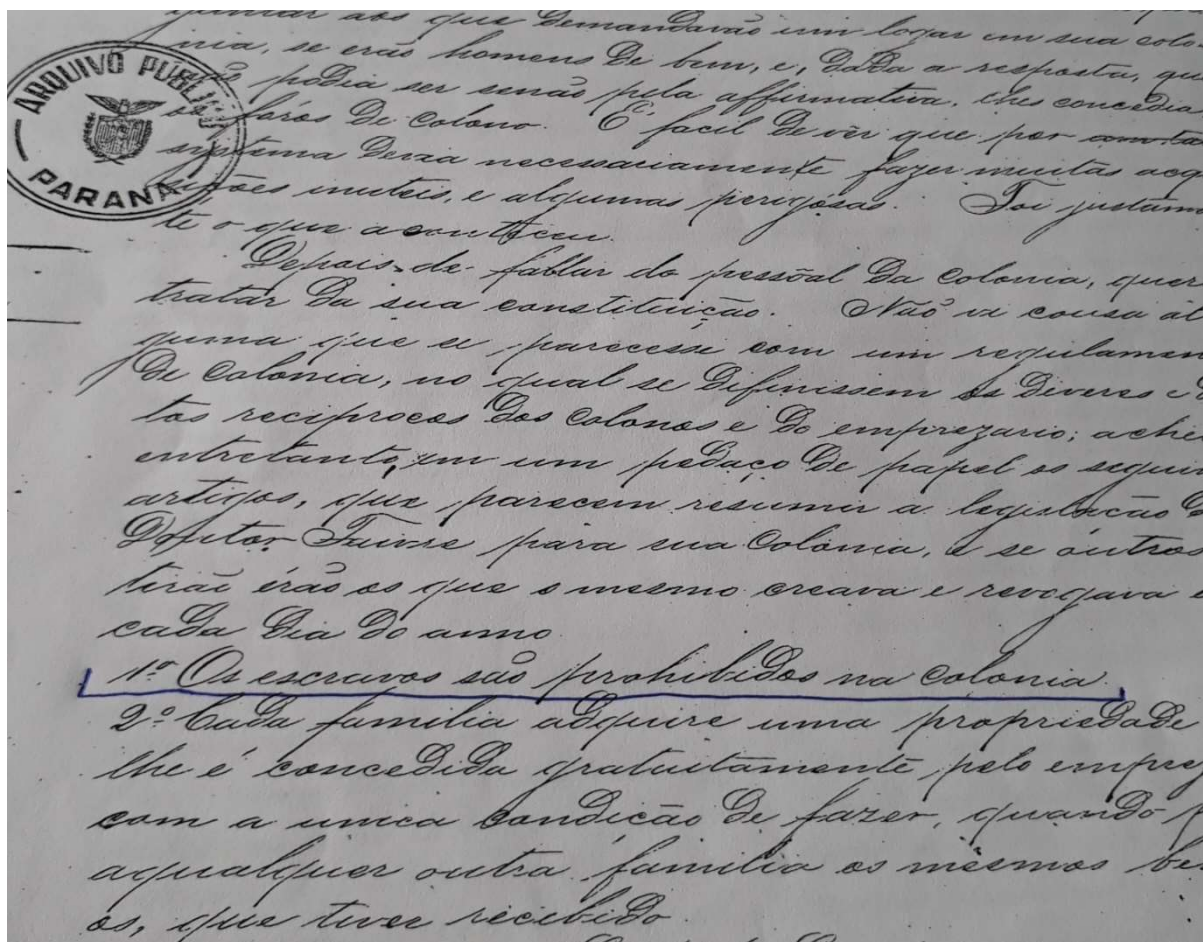


Imagem 1 – Relatório da colônia enviado a província regional em 31 de dezembro de 1859.

Fonte: Documento do Arquivo Público do Paraná, fotografado pelo autor.

Como podemos observar no documento a cima, enviado da colônia de Thereza Christina para Francisco Liberato de Mattos então presidente da província do Paraná, no qual ressalta os artigos de Faivre deixado em um papel para prosseguir na colônia, regras para ser mais exato, e conforme sublinhado podemos vislumbrar a “1ª Os escravos são proibidos na colônia”, afirmando os fatos ressaltados de que Faivre era humanista antiescravista, mesmo vivendo em um período onde o Brasil era escravocrata.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face aos dados apresentados, pode-se dizer que a Colônia Thereza Christina possui características específicas se comparada as outras colônias da época, já que foi possível perceber que a 41 anos antes da princesa Isabel assinar a Lei Aurea, que aboliu a escravidão do Brasil a colônia já era abolicionista. Além do fato de que a mesma se caracteriza como berço do cooperativismo no Brasil, sendo uma experiência humanística posta em vigor a partir das vontades e anseios do médico francês Jean-Maurice Faivre, que mesmo com muitos traumas em sua vida pessoal continuou determinado em disseminar a solidariedade e o bem comum, um exemplo principalmente para os dias atuais onde o proveito próprio vem em primeiro lugar.

Se fez lucido que o itinerário de Faivre consistia na busca por um local onde todos fossem iguais, sempre almejando a solidariedade mutua ou como ressalta Fernandes (2006) para Jean-Maurice Faivre a felicidade consistia em fazer os outros felizes.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Diego. **Uma utopia socialista à beira do rio Ivaí** 31/05/2013 disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-utopia-socialista-a-beira-do-ivai-0aubiagxjvu6f1iqa5ns7b4ni> Acesso em 01 de setembro de 2018.

FERNANDES, J.L. **Saga da esperança**: socialismo utópico à beira do Ivaí. Imprensa Oficial, Curitiba, 2006.

FERNANDES, J.L. **Saga da esperança**: trajetória de Jean-Maurice Faivre. Editora Planeta, Ponta Grossa, 1996.

MADOENHO, Arlindo Aparecido. **O cooperativismo em suas raízes**: "A formação da Colônia Agrícola Tereza Cristina no Paraná do século XIX." 22/06/2011 disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/o-cooperativismo-em-suas-raizes-a-formacao-da-colonia-agricola-tereza-cristina-no-parana-do-seculo-xix/69459/#ixzz4vmM1g9Hi> acesso em 01 de setembro de 2018.

PARANÁ. Arquivo público do Paraná. **Relatório de 31 de dezembro de 1859**. AP 80, p. 3315.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A / Fase, 2001.

A IMAGEM FOTOGRÁFICA COMO FONTE HISTÓRICA: OS PRIMÓRDIOS DA FOTOGRAFIA

Larissa Foss Sochodolhak

Acadêmica de História na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; História; Fontes.

A fotografia tem sido um meio de possibilidades ilimitadas desde sua invenção no início do século XIX. O uso da imagem fotográfica é hoje uma via considerável como fonte para a História tanto em trabalhos acadêmicos quanto pelo educador em sala de aula. Pretende-se retomar de forma moderada o percurso da imagem como fonte e, mais especificamente, a trajetória da fotografia e sua utilização como objeto de estudos dos historiadores por meio do campo teórico-metodológico da História Visual.

Estamos na era das imagens, onde andar na rua é se deparar com aparatos fotográficos de inúmeras maneiras sejam elas em outdoors, revistas, propagandas, jornais, mídias digitais ou no material didático trabalhado em sala de aula. Dificilmente paramos para analisar que nem sempre foi assim, o caminho trilhado pela fotografia é cheio de peripécias e sua aquisição como fonte histórica só é possível a partir do terceiro quartel do século XX.

A trajetória da fotografia tem início com o surgimento da câmara escura, uma caixa de paredes opacas com um orifício de um dos lados para a entrada de luz e na parede oposta uma superfície fotossensível, a qual projeta a imagem invertida. Seus relatos datam da Antiguidade, mas se torna mais conhecida com Leonardo da Vinci. Essa técnica foi muito utilizada por pintores para auxiliar na produção de desenhos e pinturas.

No século XIX vários pesquisadores voltaram suas pesquisas às câmaras escuras, com o objetivo de fixar essas imagens por elas reveladas, entre eles estão Joseph Nicéphone Niepce (1765- 1833) e Jacques Mandé Daguerre (1789- 1851).

Niepce, após vários estudos e as novas possibilidades de materiais, veio a ser o autor da fotografia mais antiga, datada de 1826, em uma placa de estanho. Era necessárias mais de oito horas para se conseguir uma fotografia. Mas Daguerre

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

aperfeiçoou a técnica em placas de prata em 1839, criando o processo fotográfico denominado de daguerreotipo. As peças eram únicas, com custo elevado, e guardada pelas famílias como joias. (BENJAMIN, 1994)

Logo, passo a passo, a trajetória fotográfica vai adquirindo formas, cores, técnicas e passam a registrar pessoas, lugares e momentos históricos. Ao passo que hoje a fotografia faz parte da vida das pessoas.

Na História, elas não foram tidas como fontes desde o princípio. O século XIX e início do XX foram marcados por uma busca incessante da verdade dos fatos, que só seria atingida através de documentos oficiais escritos. O historiador, apto a métodos textuais precisos, deveria ter fontes objetivas, neutras, distantes do seu tempo, entre outras características que o cercasse de objetividade. (LUCA, 2006)

A fotografia servia mais para ilustração, para comprovação da verdade, uma afirmação do textual. Acreditou-se que ela seria a maneira mais científica de mostrar o real, sem um cunho subjetivo, por isso a sua assimilação em pesquisas científicas, principalmente as antropológicas. Sua função estava limitada a solidificar a imagem de uma verdade, já confirmada e amparada pelos textos escritos.

No decorrer do século XX, principalmente com a terceira geração dos *Annales*¹¹, houve a proposta de “novos objetos, problemas e abordagens”, em que a partir de então as imagens fotográficas foram aos poucos assumindo o papel de fontes. (Idem, 2006, p. 112)

Como afirma Márcio Sônego (2010):

A fotografia deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais. Assim, se a fotografia foi e ainda é utilizada como janela para o passado, fornecendo dados que os documentos textuais não registraram, por outro lado a compreensão da fotografia como uma forma de representação abriu inúmeras possibilidades de análise de problemas históricos associados à construção da imagem. (SÔNEGO, 2010, p. 114)

Como destaca Carlos Alberto Sampaio Barbosa (2003), existe uma grande variedade de imagens e todas elas podem ser tomadas como fontes históricas:

¹¹ A primeira geração dos *Annales* é a dos fundadores March Bloch e Lucian Febvre responsáveis pelo lançamento da revista *Annales*. Em 1956, Braudel se torna diretor inaugurando a segunda geração. A terceira compõe um grupo de historiadores, entre eles François Furet, Georges Duby e Jacques Le Goff.

“pinturas, vitrais, gravuras, esculturas, fotografias, filmes, história em quadrinhos, propaganda”, entre várias outras. (BARBOSA, 2003, p. 27)

Na contemporaneidade a fotografia está no cotidiano acadêmico, mas muitos especialistas da História, tanto os que estão envolvidos em pesquisas, quanto os que estão em ambientes escolares, ou passam por ela despercebidos ou a utilizam como meras ilustrações de textos escritos. Como afirmam as pesquisadoras da Casa de Oswaldo Cruz, Marli Brito M. Albuquerque e Lisabel E. Klein

Mesmo conscientes de que o processo tecnológico que envolve nossa sociedade é irreversível, a maioria dos historiadores vêem, com algum preconceito e resistência, o uso da imagem como meio para respaldar ou construir suas hipóteses. Tal procedimento implica no entrave ao desenvolvimento teórico-metodológico indispensável para minimizar os riscos das generalizações ou das particularizações possíveis, quando da utilização inadequada das fontes. (1987, p. 299)

Muitos ainda são “visualmente analfabetos” (BURKE, 2004, p. 12) que não conseguem ou não sabem fazer um diálogo entre a imagem, a história e a sociedade em que está inserida, transformando-a, assim, em fonte histórica.

Portanto, torna-se necessário repensar a fotografia enquanto fonte historiográfica, abordando seus cuidados metodológicos. Assim como um texto pode ter várias dimensões, as imagens podem recobrir diferentes funções do que é dado a ver, elas são “feitas, selecionadas, ordenadas no texto para servirem a diferentes apelos e cumprirem diferentes vocações.” Elas podem ser apenas ilustrativas, podem estar em consonância com o texto escrito ou podem ser um discurso à parte “um escrito com o olho”. (BRANDÃO, 2004, p. 30)

A fotografia não é apenas um exercício de mostrar como é, é preciso ter um olhar sobre aquilo que não se mostra visível aparentemente, para não cair nas armadilhas da ilustração. Muitos historiadores não vêem as imagens com o mesmo rigor que as palavras, lendo-as e avaliando-as. A impressão é que estão falando de verdades jamais ditas e comprovadas, enquanto nem uma e nem outra pode ser tomada como uma verdade histórica, mas devem ser analisadas com muito critério por parte do historiador.

Se a posição “face a face com a imagem” pode nos colocar, também, “face a face com a história” (BANN *apud* BURKE, p. 17), como com qualquer outra fonte histórica, é necessário fazer um cruzamento com outros recursos, seu uso sozinha é

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

quase impossível já que “as imagens são mudas e traduzir seus testemunhos em palavras é muitas vezes difícil e perigoso.” (BARBOSA, 2013, p. 27)

Não são as fotografias que definem a problemática a ser estudada, como já dito elas são mudas, é papel do historiador defini-la. Assim, a ideia bem popular de que uma imagem vale mais que mil palavras é um engano, do ponto de vista da pesquisa histórica. Devemos nos cercar de outros suportes documentais para, então, desvendar o testemunho da imagem, para buscar compreendê-la dentro de um contexto de produção. (Idem, 2010, p. 27)

A imagem suscita uma série de questões a serem levadas em consideração: sua natureza, se é um sistema de comunicação, como ela atua na vida social; quando se trata de uma representação visual de um evento histórico, se é uma imagem produzida logo após o evento ou se foi feita tempos depois; no caso da fotografia, quem são os idealizadores, se os retratados estão fazendo poses ou não, enfim, é necessário um olhar atento e uma mescla de informações, mas assim como textos verbais e testemunhos orais, também as imagens fotográficas são uma importante forma de evidência histórica. (BURKE, 2004, p. 17; MENESES, 2003, p. 27)

Temos que ter cuidado com a fotografia porque ela é uma imagem criada ou construída e não uma pura cópia da realidade. Como observa Boris Kossoy “a realidade fotográfica não corresponde necessariamente com a verdade histórica”, ela culmina em diferentes leituras e interpretações, que podem nos trazer informações riquíssimas sobre seu contexto. (KOSSOY *apud* SÔNEGO, 2010, p. 115)

Destarte, dar atenção às imagens está se tornando cada vez mais papel do historiador. Unidos de um passado em que textos escritos eram privilegiados, com o tempo a imagem passou a ser entendida como uma das principais evidências históricas. É importante chamar atenção para o cruzamento de informações e de materiais, buscando a maior variedade possível de suportes documentais para analisar um período ou assunto.

Somente a imagem não irá traduzir os testemunhos de seu período e o papel do historiador é problematizá-la como fonte histórica, buscando assim inseri-la na sociedade que a produziu e na qual ela cumpria uma determinada função, sendo apropriada de diversas maneiras.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, M, B, M; KLEIN, L. E. **Pensando a fotografia como fonte histórica**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1987.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107. (Obras Escolhidas, v.1)

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **História, historiadores e imagem**: algumas notas introdutórias. Guarapuava, UNICENTRO, 2003, p.25-58

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fotografar, documentar, dizer com a imagem. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, 18 (1), 2004, p. 27-54.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: UDUSC, 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. Editora Contexto, 2006.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica**. PUCRS, 2010, p. 113-120.

**EDUCARA PARA OS DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA DE
REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Bruno Tempesta Marchi

Acadêmico de Física no IFPR – Campus Ivaiporã

Henrique Sebastião de Souza

Acadêmico de Física no IFPR – Campus Ivaiporã

Marcia dos Santos Oliveira

Acadêmica de Física no IFPR – Campus Ivaiporã

Paulo Roberto Krüger

Professor no IFPR – Campus Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: Violência infantil; Direitos Humanos; ECA.

INTRODUÇÃO

Os indicadores sociais que evidenciam a violência e o abuso contra o menor, seja ela criança ou adolescente, são causas que cada vez mais estão ganhando visibilidade dentro da nossa sociedade, seja dentro de trabalhos científicos ou na mídia. A partir disso desenvolvemos esse trabalho é uma pesquisa qualitativa, com análise de conteúdo bibliográfico relacionado aos Direitos Humanos e também pesquisas feitas pela mídia para saber como a sociedade está lidando com o caso de crianças.

Com o crescimento da mídia digital, os casos de violências contra menores tiveram um grande crescimento midiático, apresentando uma maior quantidade de informações sobre o que acontece em nosso país. Esses dados da violência continuam crescendo. As instituições brasileiras não são bem planejadas e organizadas, causando uma grande desordem quanto ao número de casos e possíveis investigações, sendo que algumas investigações se querem começam por falta de dados. Os casos de violência contra menores de maior repercussão são os de abusos sexuais, seja ele cometidos por familiares, que são os mais frequentes, ou até mesmo pessoas próximas, ou por meio da exploração, tornando a criança uma mercadoria que é negociada e tem o corpo vendido. Essa negligência é um fator preocupante em nosso país.

Os abusos sexuais, exploração e maus tratos com crianças e adolescentes, se caracterizam como uma grave violação dos Direitos Humanos. Os reflexos desses acontecimentos repercutem na saúde física e mental de quem é vítima, e podem acarretar em problemas sociais muitas vezes irreversíveis, que posteriormente o jovem levará para toda sua vida. Para contornar essa situação o governo criou um conjunto de leis que estão acima das demais que zelam por esses direitos dos jovens e crianças que é o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018). A partir disso embasamos a pesquisa que busca analisar casos de violação e as leis que estão em vigência.

REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O ECA tem como principal objetivo, assegurar os direitos básicos às pessoas que estão em processo de desenvolvimento e transformação física, mental e social. Com a promulgação da lei 13.010 de 26 de junho de 2014, crianças e adolescentes passaram a ter direito a serem educados, sem sofrer castigos físicos ou com algum tipo de crueldade com ele. Muitos pais usam da força bruta para educar seus filhos não levando em conta que podem causar uma lesão em seu filho ou mesmo com a repetição desse método pode levar a criança e ter problemas psicológicos.

A partir da sua instituição, a sociedade, não apenas os pais e a escola, ou seja, todos devemos zelar por esses direitos, pelo simples fato de que os direitos vigentes no ECA, são direitos universais, ou seja, faz parte dos Direitos Humanos, portanto devemos educar em Direitos Humanos a nossa sociedade, para mantermos nosso futuro estável e com menos violações da integridade de nossas crianças, como exemplifica Margarida Genovais que “Educar em Direitos Humanos é mostrar que os Direitos Humanos devem ser vividos a cada momento do dia, em cada ato e circunstância do cotidiano” (2017, p.25), para protegemos a integridade física e mental de nossas crianças e jovens para a proteção de um futuro melhor .

Em seu artigo 4º, o ECA diz que é “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer” (BRASIL, 2018).

Entretanto, mesmo com presença dos direitos universais, ainda observamos a ocorrência da exploração infantil, como o trabalho infantil, em cidades do interior ou

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

na própria rua das grandes cidades, usando crianças em situações deprimentes, para atingir objetivos específicos, que vão desde vender mercadorias no semáforo até o recrutamento de crianças por facções criminosas, para praticarem ações radicais como assaltos e assassinatos. Para esses tipos de situações extremas são aplicadas medidas socioeducativas, que para o Ministério dos Direitos Humanos:

As medidas socioeducativas não visam somente à responsabilização do adolescente, também são definidas, no seu conteúdo, como proteção integral, a fim de garantir a sua integridade e desenvolvimento psicossocial. Os dispositivos legais do ECA têm como objetivo materializar os princípios do respeito à condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento e da prioridade absoluta. Essa prioridade deve ter em consideração a constante transformação de seus múltiplos aspectos: físico, mental, moral, espiritual e social (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

Porém, quando ocorre a necessidade de aplicações de medidas socioeducativas à crianças e adolescentes, é sinal que um dos princípios básicos dos Direitos Humanos foi quebrado, já que é dever de nós todos zelar pela integridade desses jovens. Sabemos ainda da existência de subnotificações de casos de exploração infantil, que ocorrem por medo ou pela abstenção daqueles que não consideram que não são os responsáveis por denunciarem por não fazerem parte do círculo social do explorado. No Brasil existe o disque 100, que pode ser utilizado para denúncias de abusos e violências, entretanto nos casos de estupros tem poucas denúncias visto o real número de estupros no país, e para revertermos essa situação temos que educar a sociedade para que possamos compreender que temos os mesmo direitos e que devemos interferir quando são quebrados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos observar, que uma medida viável para redução da violência e do abuso infantil é Educar em Direitos Humanos, de maneira geral Margarida Genevois afirma que

Educar em Direitos Humanos é tomar consciência dos Direitos e Deveres de cada um, de que somos iguais, com os mesmos direitos, independentemente do sexo, religião, cultura. Todos temos a mesma dignidade. Se existo, tenho Direitos e os outros também têm, pois possuem esta mesma dignidade (2017, p. 25).

O Brasil contém um número altíssimo de abusos sexuais infantis com média de 3 estupros para cada 10 mil pessoas, enquanto a média mundial é de apenas 1.

Para um país do porte do Brasil ele está em uma posição muito abaixo comparada aos outros países, ocupando a parte de cima do ranking mundial de casos de abuso infantil, o principal fator para isso estar ocorrendo é a falta de políticas públicas e práticas modernas para reverter o quadro, que fica bem evidente quando analisamos os registros de estupros, que não tem uma base concreta já que os dados não são unificados. Esses dados estão espalhados em banco de dados em diferentes instituições, parte na polícia, parte no Ministério da Saúde, parte no disque 100 e também em outros órgãos públicos. O Ministério da Saúde coleta dados mais completos dos casos, entretanto apenas uma pequena parcela dos casos passa por ele, já a polícia tem cerca de metade dos casos em sua base. Entretanto são dados superficiais que em sua maioria são arquivados por falta de informações (MORIDA, 2018).

Quanto aos estupros de crianças é perceptível que a maioria dos casos com cerca de 51% foi praticado por pessoas próximas a criança como amigos, parentes ou os próprios pais. Segundo o site BBC, em matéria publicada por Amanda Rossi (2018), podemos perceber a falta de estrutura familiar nos locais em que isso ocorre, sendo que, geralmente, as medidas tomadas pelo Estado para contornar isso se resumem a prisão do agressor. Porém, apenas isso não é o suficiente, para solucionar o problema devemos criar uma política de prevenção, visando educar a sociedade e não a adestrar, focando na formação cidadã e debata os Direitos Humanos, para que todos compreendam a importância em zelar por nossas juventudes e não a agredir como cogita Moacir Gadotti:

Educar não é adestrar. Todo proselitismo, toda doutrinação, devem ser combatidas. Isso não significa que o professor, a professora, devam se omitir, ficar neutros, indiferentes. É dever do professor formar cidadãos, fomentando o debate e a discussão sobre valores, sobre a educação que precisamos para construir o país que queremos. Os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais foram introduzidos também para isso. A ética, a diversidade cultural e a discussão de gênero devem fazer parte desta formação cidadã. (2017, p. 7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das maiores dificuldades para melhoria na segurança da criança e do adolescente, é a falta do investimento no setor de assistência social principalmente e o de segurança pública. De certa forma ocorre um descaso com os dados que alguns órgãos coletam, como hospitais, polícia, conselho tutelar etc. A falta de um órgão

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

responsável para coleta desses dados, ou uma base unificada de dados, dificulta a eficácia do combate ao abuso infantil e a geração de políticas de proteção infantil mais eficientes, que possam coibir essa situação.

Nossa pesquisa bibliográfica ainda é inicial, pretendemos ampliar essa discussão e trazer mais dados para o trabalho, mas já podemos observar a necessidade da criação de uma central que possa reunir todas as ocorrências cometidas contra menores, de forma que esses dados mostram a situação de maus tratos com as crianças e adolescentes de nosso país. Além disso, ainda analisaremos várias reportagens e artigos jornalísticos que apresentam situações de crianças e adolescentes após terem sofrido algum tipo de violência e abuso, com o intuito de reforçar nossa hipótese da necessidade de educar para os Direitos Humanos como mecanismo de redução da violência e abuso infantil.

REFERÊNCIAS:

BASILIO. L. **Sem base de dados, Brasil reage mal aos casos de abuso sexual infantil.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/sem-base-de-dados-brasil-reage-mal-aos-casos-de-abuso-sexual-infantil>. Acesso em: 11 setembro 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em: 22 de setembro de 2018.

IANDOLI. R.; PIMENTEL. M. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um avanço legal a ser descoberto.** Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/04/02/Estatuto-da-Crian%C3%A7a-e-do-Adolescente-um-avan%C3%A7o-legal-a-ser-descoberto>. Acesso em: 11 setembro 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Atendimento Socioeducativo.** Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/atendimento-socioeducativo>. Acesso em: 13 setembro 2018.

MORIDA. L. **Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra criança.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43010109>. acesso em: 13 setembro 2018.

NUNES. C.; REIS. H. **A educação em direitos humanos como ferramenta de consolidação e expansão dos direitos humanos.** Bauru, v. 6, n. 1, p. 45-59, jan./jun., 2018.

ROSSIDA. A. **Recorde de homicídios e estupros de crianças: 9 dados que você precisa saber sobre a violência no Brasil.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44377151>. Acesso em: 13 setembro 2018.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

BOCA MALDITA

Ana Khátia Silva dos Santos

Estudante do Ensino Médio Integrado em Automação Industrial IFPR – Campus
Telêmaco Borba

Daniel José Gonçalves

Professor no IFPR – Campus Telêmaco Borba

Marcelly Maria Souza da Cruz

Estudante do Ensino Médio Integrado em Automação Industrial IFPR – Campus
Telêmaco Borba

PALAVRAS-CHAVES: Cultura, identidade, ensino aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Boa parte dos professores de Língua Portuguesa já deve ter se deparado com jovens que, ao final da aula ou mesmo nos corredores, vêm timidamente mostrar algum poema ou conto escrito. Trata-se de um passo importante para aqueles que submetem sua produção ao olhar do outro, uma vez que, como Mário de Andrade coloca no *Prefácio Interessantíssimo*, “todo escritor acredita na valia do que escreve. Si mostra é por vaidade. Si não mostra é por vaidade também” (ANDRADE, 2016, p. 39). Há também aqueles estudantes que, no meio de uma explicação ou em qualquer tempo vago, encarregam-se da produção interminável de desenhos, trazem pesadas pastas em suas bolsas onde os guardam para exposição a qualquer olhar curioso.

Boca Maldita nasceu dessa demanda. Com o propósito de publicar textos de autoria dos estudantes e também de servidores do IFPR do Câmpus Telêmaco Borba, independentemente da linguagem, o projeto tem a intenção de dar espaço e visibilidade àqueles que se aventuram sobretudo na criação artística. Para isso, foi criada uma página no *Facebook* a fim de tornar públicas essas produções. A página funciona desde o mês de maio de 2017 e é gerida por duas estudantes, para afastar a figura do “professor avalizador”.

A proposta oferece mais um meio para formação de apreciadores de arte e cultura, bem como estimula a autonomia e reflexão por parte daqueles que leem e escrevem.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Oferecer espaço para divulgação de textos de cunho artístico a estudantes e servidores do IFPR, Campus Telêmaco Borba.

Objetivos específicos:

- Incentivar e divulgar a produção cultural de servidores e estudantes.
- Fomentar a leitura e discussão de textos artísticos.
- Desenvolver o “costume/cultura” de leitura e produção de textos artísticos.
- Propiciar formas alternativas de ensino aprendizagem.

METODOLOGIA

A página no *Facebook* é gerenciada por duas estudantes. O professor apenas coordena e media eventuais conflitos. O afastamento do professor é proposital e visa desenvolver a autonomia dos estudantes que publicam e produzem os textos.

Constantemente os estudantes e servidores são estimulados a “seguir” a página e “curtir” as publicações, bem como fazer comentários e enviar produções. Isso se faz no diálogo direto e também pela manutenção da página, ou seja, pela busca da constância de publicações, as quais devem ocorrer semanalmente.

É um processo sem fim, o descrito acima. Para que a página sobreviva é preciso que os estudantes e servidores produzam e publiquem nela, bem como é preciso cativar um público que faça a apreciação do publicado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em *Estética da criação verbal*, Bakhtin define “texto em sentido amplo como qualquer conjunto coerente de signos” (2003, p. 307) e a linguagem, a qual é composta por signos, como o sistema que há por trás do texto (2003, p. 309). Bakhtin identifica o domínio do signo com o domínio da ideologia (BAKHTIN, 2004, p. 36) e ambos como criações sócio-históricas, que mediam nossas relações com nossas condições de existência: “vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações” (FARACO, 2003, p. 48). Portanto, qualquer coisa que venha a ter um valor semiótico na interação entre duas consciências individuais transforma-se em

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

signo. Além disso, para Bakhtin, o signo não apenas *reflete* uma realidade, mas também *refrata*, uma vez que o índice de valor do signo é de natureza *interindividual*, não podendo, portanto, ser compreendido fora do seu contexto social, histórico e ideológico (BAKHTIN, 2004, p. 45-47).

Sendo assim, linguagem está sendo compreendida aqui como meio de expressão de valores sobre o mundo, embora não um meio inalterável, mas algo estratificado, uma vez que é “axiologicamente saturado” (FARACO, 2003, p. 55). Sob essa ótica, o poema, o conto, o artigo de opinião, a fotografia, a pintura, a música e a dança são meios de expressão, meios de se posicionar sobre o mundo. O estímulo a tais produções é, portanto, o incitamento ao processo de autoria e consequentemente ao processo de autonomia dos estudantes e servidores.

No entanto, no espaço dos Institutos Federais, tal medida participa das tensões inerentes a qualquer ambiente escolar (o tempo de descoberta e expressão próprio da adolescência e seus conflitos de identidade, por exemplo) aliadas ao contexto dos cursos tecnológicos com sua “aura” de exatidão e preparação para o mercado de trabalho. A “utilidade” de tal proposição nem sempre é clara para a maioria dos estudantes, e a continuidade do projeto vive sob a ameaça constante do término, uma vez que depende não só daqueles que vão expor seus trabalhos, mas também daqueles que os lerão.

Numa sociedade utilitarista, sabemos que o “valor” dado à cultura sustenta duas faces de uma mesma moeda: por um lado, só tem valor e é, portanto, útil aquilo que, imediatamente ou não, oferece algum lucro ou vantagem; e, por outro, o “problema” de determinar a utilidade daquilo que não gera nenhum lucro. Disso se depreende uma das funções do ensino de Literatura e Arte nas escolas: formar leitores, apreciadores de trabalhos artísticos, para além da noção de utilidade tão presente em nossa sociedade.

Esse é um tema importante no contexto dos Institutos Federais por entrar em confronto, muitas vezes, com a *status* social das áreas tecnológicas em relação à produção artística no contexto da escola, e também com a própria valorização ou “utilidade” de tais produções.

Nuccio Ordine, em seu livro *A utilidade do inútil*, observa que não é acaso que as disciplinas humanísticas tenham passado a ser consideradas inúteis não só nos currículos, mas também nos orçamentos. Afinal, de acordo com ele, “Por que

empregar dinheiro num âmbito condenado a não produzir lucro? Por que destinar recursos a saberes que não trazem uma vantagem rápida e tangível?” (ORDINE, 2016, p. 33). Isso se alia à concepção de que as ditas Ciências Exatas, Engenharias, Ciências Biológicas e da Saúde respondem ao desenvolvimento tecnológico e que, portanto, atendem de modo mais imediato às necessidades da população – dão resultados tangíveis.

Ordine continua:

Nesse contexto brutal, a utilidade dos saberes inúteis contrapõe-se radicalmente à utilidade dominante que, em nome de um interesse exclusivamente econômico, está progressivamente matando a memória do passado, as disciplinas humanísticas, as línguas clássicas, a educação, a livre pesquisa, a fantasia, a arte, o pensamento crítico e o horizonte civil que deveria inspirar toda atividade humana. No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte. (ORDINE, 2016, p. 20)

Fomentar a produção, a despeito de ser uma atividade que se desenvolve no particular de cada pessoa, propicia aos jovens a possibilidade de incursões em territórios de autoconhecimento ou até mesmo de legitimidade pública, no sentido de se encontrar um “lugar” para si, no sentido da formação de uma identidade e autoidentidade. Em *Modernidade e Identidade*, Anthony Giddens afirma que “a autoidentidade, em outras palavras, não é algo simplesmente apresentado, como resultado das continuidades do sistema de ação do indivíduo, mas algo que deve ser criado e sustentado rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo” (GIDDENS, 2002, p. 54). Sob esse aspecto, a ferramenta *Facebook* mostra-se como um importante canal de divulgação, uma vez que grande parte dos estudantes frequentam tal rede social rotineiramente, e pode ser utilizada como “lugar” para circulação de material autoral. Além disso, proporciona alcance para além dos “muros da escola” e facilidade de compartilhamento, valorizando o autor, o *Boca Maldita* e o nome da instituição, criando, portanto, vínculos que sustentam a leitura de si em relação ao mundo.

E, como todo texto tem valor semiótico, não sendo, portanto, neutro, é evidente que a produção de textos criativos concorre com o ideário que as áreas tecnológicas imprimem no contexto das instituições de Ensino Técnico, pois oferece perspectivas de mundo que questionam as bases de uma educação utilitarista.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a produção no contexto escolar de textos artísticos, em sentido amplo, é uma batalha quixotesca. *Boca Maldita* pretende oferecer aos estudantes do IFPR de Telêmaco Borba um espaço de contato, estímulo e divulgação de produções de autoria dos estudantes e servidores do Campus. Dessa forma, pretende-se dar visibilidade aos interessados pelo tema, estimulando e divulgando seus trabalhos, e fomentar nos demais a realização de trabalhos que envolvam alguma das linguagens, despertando-os ao tema e ampliando seus meios de expressão.

Completando um ano de trabalho, *Boca Maldita* demonstra que são cada vez mais necessários espaços de fomentação de leitura e criação de textos artísticos no contexto da escola, para a garantia de uma educação mais democrática, solidária e diversificada.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Mário. **De pauliceia desvairada a Lira paulistana**. São Paulo: Martin Claret, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. (V. N. Volochínov) **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

O USO DAS MÍDIAS E O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: UM ESTUDO COM BASE NOS SITES OFICIAIS DE PRESIDENCIÁVEIS

Debora da Costa Pereira
Servidora do IFPR – Campus Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Política e Eleitores.

RESUMO

A sociedade atual é movida pelo uso de tecnologias. Cada vez mais os meios digitais são utilizados para publicização de informações, devido ao seu alcance e rapidez. No cenário político não é diferente. Servir-se da internet para difundir suas propostas é, sem dúvida, uma atitude acertada por parte dos candidatos. Tendo em vista que o meio digital, assim como as Ágoras gregas, é um espaço muito utilizado também para as pessoas expressarem suas opiniões, o que se questiona nesse estudo é se os candidatos mais cotados à Presidência da República Federativa do Brasil possibilitam uma forma de democracia participativa aos eleitores, em seus respectivos sites oficiais. Por meio de metodologia qualitativa e bibliográfica, o que se observou, em linhas gerais, é que a evolução das mídias digitais facilita muito a propagação da informação política, todavia, a forma como são gerenciados os sites por parte dos grupos partidários, não possibilita que esse avanço seja acompanhado ao mesmo passo democraticamente.

INTRODUÇÃO

O conceito de democracia remonta a Grécia Antiga, perpassando desde Platão, Aristóteles, Maquiavel e Rousseau. O primeiro modelo dessa forma de governo foi criado em Atenas, pelo político grego Clístenes e se caracterizava por assembleias populares que, nessa época, tinham um grande poder sobre as decisões políticas. De acordo com o dicionário online de português, o termo democracia pode ser entendido como “governo em que o povo exerce a soberania”. De maneira mais elaborada, Bobbio (2012) salienta que,

Desde que o conceito de democracia pertence a um sistema de conceitos, que constitui a teoria das formas de governo, ele não pode ser compreendido em sua natureza específica se não em relação aos demais conceitos do

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

sistema, dos quais delimita a extensão e é por ele delimitado. Considerar o conceito de democracia como parte de um sistema mais amplo de conceitos permite dividir o tratamento seguindo os diversos usos a que a teoria das formas de governo foi destinada, ao longo do tempo e segundo os diversos autores. (BOBBIO 2012, p. 135).

Tocqueville (1835, apud Bobbio, 2012, p. 151), em seu livro “Da Democracia na América”, apresenta o conceito de democracia moderna e defende a autenticidade desse modelo em contraposição à democracia antiga, nas palavras do autor, “Há sessenta anos o princípio da soberania do povo, que tínhamos introduzido ontem em nosso país, reina soberano na América, posto em prática do modo mais direto, mais ilimitado e mais absoluto”.

Enquanto a democracia antiga se apresenta de forma direta, sem intermediários entre o povo e o Estado – as assembleias e plebiscitos são exemplos – o contexto democrático moderno se caracteriza por um governo pluralista, que atua de forma representativa, a república, por exemplo, na qual se tem a escolha de representantes governamentais, realizada por meio do voto.

Nesse contexto de modernidade, um outro assunto ganha espaço: o avanço no uso das mídias, mais precisamente da internet, nos mais variados contextos sociais e para os mais variados fins, inclusive na política. Toda divulgação realizada por meio da internet atinge as massas de maneira mais rápida e efetiva

A propaganda política que se baseia sobre as mesmas leis de reflexos condicionados, e que, cada vez mais, vai buscar suas formas na publicidade, deveria submeter-se à idéia do estudo científico das reações e dos efeitos, se quer, também, dominar as massas e guiá-las segundo sua vontade (TCHAKHOTINE, 2002, pp. 219 – 220).

Antes mesmo do advento da internet, Tchakhotine já falava da importância de buscar meios mais eficientes para atingir as massas. Sendo assim, nos dias atuais, dispor da internet para publicitar suas propostas é uma escolha acertada por parte dos candidatos, pois, além da agilidade e a maior área de abrangência oferecidos pelo meio digital, a economicidade é mais um benefício que não pode deixar de ser lembrado.

Associando todas essas concepções, este estudo objetiva analisar se os sites oficiais dos candidatos mais cotados à Presidência da República Federativa do Brasil possibilitam uma forma de democracia participativa aos eleitores, nos seus

respectivos sites oficiais, com base num comparativo do formato de democracia difundido nas ágoras e no meio digital pesquisado.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão é qualitativa e se embasa por meios bibliográficos, tendo como fonte principal os sites oficiais dos seis primeiros presidenciais mais cotados nas pesquisas realizadas pelo Ibope – levantamento realizado entre os dias 17 e 19 de agosto com a participação de 2.002 eleitores em 142 municípios – e Datafolha – Dados coletados entre os dias 20 e 21 de agosto ouvindo 8.433 eleitores em 313 municípios – publicadas na página do G1, sendo considerado o contexto sem a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao pleito, uma vez que sua candidatura encontra-se sub judice.

Nesse cenário os cinco primeiros cotados são: Jair Bolsonaro, Marina Silva, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, Fernando Haddad e Álvaro Dias, de acordo com a pesquisa Ibope, e aparecendo a inversão de posição dos dois últimos, de acordo com a pesquisa Datafolha.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O site de Jair Bolsonaro apresenta seu plano de governo em formato pdf, não sendo possível a inserção de comentários. O site contém um link que remete ao “blog da família Bolsonaro”, nesse espaço é possível a participação dos eleitores. Nota-se que os comentários não são filtrados, porém, os questionamentos não são respondidos em sua maioria e, quando são, não se sabe se quem respondeu é alguém ligado ao presidencial e a seu plano de governo, pois vários participantes do blog não se identificam.

Quanto à candidata Marina Silva, seu site oficial também traz seu plano de governo em formato pdf, não sendo possível a inserção de comentários. Porém, ao contrário do site de Bolsonaro, não há nenhum outro espaço, que esteja hospedado no site, que remeta o eleitor para um local que seja permitida sua manifestação pública, há somente um e-mail para o envio de dúvidas e sugestões, porém, até a data de realização da pesquisa, não havia a publicização de nenhuma dúvida ou sugestão que possa ter sido encaminhada por esse e-mail. Percebe-se que é um site

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

mais informativo, quanto à pessoa de Marina Silva, seu vice e suas propostas, que um espaço participativo.

Com relação ao site do candidato Ciro Gomes, ao contrário dos dois primeiros citados, apresenta suas propostas em dois formatos, em vídeo e pdf, todavia, em nenhuma das duas é possível comentar. Há um espaço no site chamado “Pergunte ao Ciro”, que se caracteriza por vídeos de perguntas feitas por eleitores que são respondidas pelo próprio Ciro, contudo, não há um local destinado para o envio de tais vídeos com as perguntas que os eleitores queiram fazer. Tais vídeos ficam disponíveis no site e no Youtube. Quando visualizados no Youtube é possível fazer comentários e, pelo que se observa, não há filtros, mas também não há respostas para todas as perguntas e, quando há, percebe-se nos casos observados, que são eleitores que respondem. Inclusive, há questionamentos sobre como enviar os vídeos que não foram respondidos.

No concernente ao site de Geraldo Alckmin, apresenta plano de governo também em formato pdf, não permitindo comentários. Para acessar o plano de governo é preciso procurar na aba menu, pois o mesmo não se encontra em um local de ampla visibilidade. Logo que se entra no site, aparece um vídeo de campanha, este está hospedado no site e no Youtube. Igual ao caso de Ciro Gomes, quando visualizado no Youtube é possível fazer comentários e pelo que se observa, não há filtros, mas também não há respostas para todas as perguntas e, quando há, percebe-se nos casos observados, que são eleitores que respondem. Há um espaço indicado para dúvidas e sugestões, no qual constam perguntas e respostas já prontas relacionadas basicamente a, por que votar em Alckmin e como contribuir com a campanha. Logo abaixo, aparece um endereço de e-mail para o envio de dúvidas e sugestões, porém, igual ao caso de Marina Silva, até o dia de realização da pesquisa, não havia a publicização de nenhuma dúvida ou sugestão que possa ter sido encaminhada por esse e-mail.

O site de Álvaro Dias apresenta uma novidade relacionada aos demais, a publicização de quem alimenta o site, a saber, Fred Raposo. O plano de governo também é apresentado em formato pdf, sem abertura para comentários. Entretanto, percebe-se que, dos sites pesquisados, é o que mais propicia participação dos eleitores dentro do próprio site. Há links de notícias que permitem que sejam feitos comentários no próprio site, por outro lado, eles não são disponibilizados para o

Youtube, pelo menos não diretamente do site, o que restringe o número de visualizações. Dos comentários registrados, nota-se que não há filtro e que, a exemplo de outros candidatos já citados, não há resposta para a maioria dos comentários.

Devido ao fato do registro de candidatura de Lula estar sub judice e Fernando Haddad estar registrado enquanto vice-presidente até então, Haddad não tem um site oficial enquanto presidenciável. Algumas informações quanto à campanha da chapa Lula e Haddad estão hospedadas no site do PT (Partido dos Trabalhadores), no qual não consta o plano de governo, nem há espaço para comentários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um resgate ao berço da democracia, comparando o espaço digital às Ágoras gregas, pode-se concluir que, ao contrário do que acontecia nas Ágoras – locais que exerceram papel muito importante para o processo de formação política e consolidação da democracia, uma vez que eram utilizados para debates de pensadores e manifestação da opinião pública – os sites pesquisados são locais apenas de exposição das propostas dos candidatos. Em alguns casos, há espaços para manifestação pública, porém, a mesma é, na maioria das vezes, ignorada, não ocorrendo um debate entre as partes, ou seja, não sendo exercida a democracia participativa de fato. Nesse contexto, pode-se dizer que a evolução das mídias digitais facilitou muito a propagação da informação política, todavia, a forma como ela é usada por parte dos grupos partidários, não possibilita que esse avanço seja acompanhado ao mesmo passo democraticamente. Pode ser que, devido ao fato das redes sociais serem talvez mais acessadas que os sites oficiais, os presidenciáveis optem por estabelecer um contato mais participativo com os eleitores por meio delas, porém, nem todos acessam redes sociais e, mesmo se a parcela da população que não a faz, optando pelo acesso aos sites, for minoria, estes não deveriam ser relegados pelos candidatos no quesito participação, até porque todos são cidadãos de mesma valia enquanto audiência.

REFERÊNCIAS:

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral de política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Vol. 1, 13ª Ed. Editora UnB, Brasília, 2010.

BOLSONARO, Jair Messias. Site oficial. Disponível em: <https://www.bolsonaro.com.br/> acesso em: 29/08/2018 e 04/09/2018.

BLOG FAMILIA BOLSONARIO. Disponível em: <http://familiabolsonaro.blogspot.com/2015/11/bolsonaro-economia-e-das-relacoes.html> acesso em: 30/08/2018.

DIAS, Álvaro Fernandes. Site oficial. Disponível em: <https://www.alvarodias.com.br/#> acesso em: 30/08/2018 e 04/09/2018.

FILHO, Geraldo José Rodrigues Alckmin. Site oficial. Disponível em: <https://www.geraldoalckmin.com.br/#chegou-a-hora> acesso em: 30/08/2018 e 04/09/2018.

GOMES, Ciro Ferreira. Site oficial. Disponível em: <https://www.cirogomes.com.br/> acesso em: 31/08/2018 e 04/09/2018.

LIMA, Maria Osmarina da Silva Vaz de. Site oficial. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/> acesso em: 31/08/2018 e 04/09/2018.

PESQUISA DATAFOLHA. Publicada na página G1, em 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml> acesso em: 29 de agosto de 2018.

PESQUISA IBOPE. Publicada na página G1, em 20 de agosto de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/20/pesquisa-ibope-lula-37-bolsonaro-18-marina-6-ciro-5-alckmin-5.ghtml> acesso em: 29 de agosto de 2018.

TCHAKHOTINE, S. **A Violação das Massas pela Propaganda Política**. Tradução: Miguel Arraes. Versão para e-Book, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/violacao.pdf> acesso em: 04 de setembro de 2018.

A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA NA DEMOCRACIA

Camila Soares Santos

Professora no IFPR – Campus Ivaiporã

Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

Professora no IFPR – Campus Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: redes sociais, midiática, eleições.

INTRODUÇÃO

Considerando a importância dos temas relacionados a democracia, é relevante abordar o comprometimento dessa por meios de comunicação, inclusive por redes sociais, a ponto de afetar sua real função. A voracidade democrática encontra-se abalada, induzindo a população na tomada de decisões políticas de uma minoria interessada, porém com poder aquisitivo suficiente a difundir ideais intermediando assim, as decisões políticas contemporâneas. Um dos conceitos de democracia utilizado é de

um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. [...] A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, na qual são consideradas as decisões coletivas (BOBBIO, 1986, p. 18).

Os noticiários chegam ao poder do cidadão potencializando informações errôneas, onde esse não filtra os saberes e descarta meios verídicos de comprovação de informação. Nesse caso, a mídia ganha destaque com essa problemática, onde de forma escancarada tem sido difusora evidente de alienação sem princípios.

Considera-se que o papel desempenhado pela mídia, em suas mais diversas facetas de atuação, é, em tempos de globalização, elemento crucial para a compreensão da sociedade em formação de um processo político fundamental. Desde as micropolíticas fundadas no espaço local até as ações de imprensa, as quais têm sido subsídio para muitas das vitórias populares da atualidade.

O presente trabalho tem o intuito de trazer a reflexão de questões relacionadas a integridade da democracia em âmbito social, considerando o poder das redes sociais de comunicação em massa. Partindo do pressuposto que a definição de democracia envolve conceitos de governo em que o povo exerce a

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

soberania, num sistema político onde os cidadãos elegem seus dirigentes por meio de eleições periódicas.

Sendo assim, observa-se uma distorção desses mesmos princípios onde a população democrática, que possui igualitarismo, liberdade de expressão, resigna a ideia de ser democrata, um povo que não governa e torna-se cada vez mais influenciado por informações alienadas e sem impulso para fazer valer o direito de expressão individual, suscetível a seguir o fluxo do sistema e cedência midiática.

DESENVOLVIMENTO

Os meios de comunicação em massa têm ocupado o centro das diligências no cotidiano das pessoas, de modo que o conteúdo divulgado se torna formador de opinião influenciando nas tomadas de decisões, repercutindo consideravelmente o convívio social. A sociedade vem se destacando com hábitos de consumo e excesso de informação, os bens ofertados pelo meio vão de objetos materiais à imateriais, e a ultra realidade chega na zona de conforto tornando o individualismo aflorado e autossuficiente.

O convívio no meio humanizado é acompanhado de assuntos polêmicos, e o termo democracia, por se direcionar a um governo do povo, dá o entendimento de total, não necessariamente flexibilizado, porém, de grande maioria, se refere a um conjunto de instituições políticas, fazendo parte desse sistema a eleição popular para ocupações de poder e preenchimento de importantes cargos. O fato é que essas ideologias não caminham paralelamente, há uma intolerável discordância significativa, a democracia vem sendo afetada por intermédio de mecanismos que atendem a minoria elitizada da população, com ênfase aos grandes empresários, políticos e difusores dos meios de comunicação.

A comunicação em massa tem papel crucial na atuação democrática, através desse meio os mecanismos políticos e midiáticos têm repercussão no meio social. Essa afirmativa faz repensar sobre a legitimidade da participação social democrática, uma vez que

a participação popular propicia uma nova relação entre o Estado e a sociedade, onde a cidadania ativa se transforma no elemento condicionante para o estabelecimento das leis, políticas e instrumentos inerentes às funções de governo e administração (JÚNIOR, 1997, p. 98).

Por intermédio dos jornais, programas de TV é que tomamos conhecimento dos candidatos e propostas dos mesmos nos períodos eleitorais, e também, podemos supervisionar ações a serem feitas pelos mesmos enquanto telespectadores. Disfarçadas, com linguagem simples, porém alarmante, essas informações influenciam leitores que não conseguem distinguir o real do abstrato.

O capital direciona os noticiários e esse sistema nos apresenta o que o dinheiro pode comprar. As empresas fazem o papel de organizações capitalistas visando o lucro, da mesma forma que os anunciantes almejam resultados positivos, compreendendo um conjunto de interesses financeiro e profissional.

Acentua-se a ausência de perspectivas de educação voltadas ao direito fundamental associado a democracia, sendo notório que os marginalizados permanecem fracos de argumentos políticos.

A atuação das novas tecnologias é visível, em especial os *fakes* e demais oportunistas que fazem do uso da mentira como armas de manipulação política. O problema é extremamente delicado, alarmante por não haver formas de primeira estância que possam solucionar esta causa e o impacto negativo se faz presente na democracia entre as nações.

A nítida falsificação de informações é apenas uma das facetas da questão, a omissão dos fatos verídicos tais como o são, também interferem consideravelmente na forma de pensar do cidadão, cabendo ao mesmo analisar o discurso ostensivo político e jornalístico, bem como projetos e ações postas em prática e fazer seu julgamento democrata cabível a causa, num veredito capaz de garantir o caráter democrático das instituições de políticas públicas.

Com relação aos noticiários há uma hierarquia que prioriza a exposição de informações, o jornalista aplica critérios ao selecionar notícias, e opta pela qual trará mais ibope e rentabilidade na divulgação. Mais uma vez o capital vem decidir a precedência da informação. Quando o jornalismo transforma um fato qualquer em notícia, faz com que volte a ele atenção pública, levando-o a visibilidade profissional, suas escolhas, portanto, incidem sobre o mundo social e ajudam a moldá-lo, cabe ao leitor, ouvinte, enfim, ao telespectador consultar fontes seguras sobre o noticiário e tentar ouvir os distintos lados da história.

Nas mídias, existem desafios que vão à frente da realidade dos fatos, envolve a parte humanizada da questão, incluindo a sensibilidade às diferentes perspectivas,

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

valores e interesses hierárquicos dos diferentes grupos e minorias sociais. Ressalta-se que

a primeira forma de combinação entre a democracia representativa e a democracia participativa, a coexistência, prevalece nos países centrais, porque em alguns desses países já há uma cultura com características participativas, enquanto a segunda forma, a complementaridade, está mais presente nos países semiperiféricos e periféricos. Pois, o aprofundamento da democracia não ocorre somente a partir das mesmas características presentes nos países centrais, em que a democracia foi introduzida e consolidada há mais tempo (AVRITZER, 2002, p. 76)

Por exemplo, o ocorrido no ano de 2016, no Brasil, considerado por muitos intelectuais como golpe político, o episódio teve influência das mídias que durante o tempo das divulgações da redemocratização nos noticiários, estiveram do mesmo lado político, o da oposição a presidência de Dilma Rousseff. Essa forma de alienação levou a população brasileira a uma escolha uniforme, que vêm refletindo até o momento na população, que sente cada vez menos credibilidade na democracia líquida no país, moldada as necessidades de uma minoria elitizada controlando grande parte das decisões.

Uma grande parcela da população vive excluída da globalização e dos meios de comunicação em massa e os noticiários focam nas elites, acerca

[...] o modelo hegemônico de democracia (democracia liberal, representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social. (SANTOS, 2002, p.32.)

É perceptível essa visão quando se observa problemas das regiões menos favorecidas como na África, se comparados aos atentados e crise humanitária de alguns países desenvolvidos no continente europeu. Um bom exemplo, divulgado pelo Jornal Nacional em 2015, é o ataque do grupo Boko Haram, onde foram sequestradas 200 meninas na Nigéria, as quais até hoje não se tem notícias, porém, esse fato foi ofuscado nas mídias, enquanto que, na mesma semana houve o atentado ao jornal francês Charlie Hebdo, com a morte de 12 pessoas no ano de 2015.

Especulações sobre a queda de um ministro ganham mais espaço nas redes do que o assassinato de um líder camponês. Os exemplos de desigualdade e exclusão social se multiplicam, revelando os efeitos da origem de classe, territórios e diferenças de pele entre as nações. Para a reflexão sobre essa desigualdade no Brasil, Darcy Ribeiro nos traz o seguinte apontamento

à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais. (RIBEIRO, 1995, p.23).

A rede midiática traz consigo uma pluralidade de formas de ver o mundo, a informalidade hierarquizada representa a política do país, e seu resultado se torna ainda mais transversal, comprometendo a qualidade da notícia, seus resultados e atingindo assim o viés da democracia. Observa-se a existência de expressões e opiniões diferentes, mas a censura colabora na maneira como são expressadas. Nos textos doutrinadores sobre a liberdade de expressão, há referências mencionando o povo, cidadão e indivíduo, como

todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão (ONU, 1948).

Os cidadãos se mostram desinteressados a pagar por meios informacionais na íntegra, o atual sistema de produção de notícias tornou-se insustentável e mesmo com essa fragilidade, possuem a capacidade de influenciar na opinião pública, no debate público, em favor das posições e causas que apoiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia é o espaço fundamental de realização de um dos mais valiosos direitos conquistados pelo homem, o direito à liberdade de expressão. Nesse contexto democrático torna-se indispensável o diálogo entre as pessoas, é preciso pensar democraticamente medidas legais e adequadas aos variados públicos e expor a realidade tal como ela é pautado em embasamentos que asseguram uma decisão justa.

REFERÊNCIAS:

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

COM CIÊNCIA, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. ARTIGO, _DOSSIÊ 186. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A DEMOCRACIA 9 DE MARÇO DE 2017, disponível em: <http://www.comciencia.br/os-meios-de-comunicacao-e-a-democracia/> acesso em 13/09/2018.

DEMO, Pedro. Pobreza Política. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 68

FOLHA DE SÃO PAULO. Preocupação com notícias falsas fortalece as mídias. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/01/1853102-preocupacao-com-noticia-falsa-fortalece-midia-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 13 set. 2018.

JORNAL GARRA. A mídia não representa a elite; ela é a elite entrevistas / tags: publicado originalmente no jornal garra, 17/12/2007, disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=20073>. Acesso em: 13 set. 2018.

JORNAL NACIONAL. A mídia não representa a elite; ela é a elite entrevistas / tags: publicado originalmente no jornal garra. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/doze-pessoas-morrem-em-atentado-ao-jornal-frances-charlie-hebdo.html>. Acesso em: 13 set. 2018.

JÚNIOR, Nelson Saule. Novas Perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro. Sergio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre, 1997.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948. <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>. Acesso em 16/09/2018.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.23.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ANÁLISE DE MATÉRIAS DO PORTAL CARTA CAPITAL SOBRE A QUESTÃO DO RACISMO NO BRASIL

Aline Fornaza Reginaldo

Acadêmica de Física no IFPR - Campus Ivaiporã

Guilherme Pczbiowski Gonçalves

Acadêmico de Física no IFPR - Campus Ivaiporã

Gustavo Raiser de Carvalho

Acadêmica de Física no IFPR - Campus Ivaiporã

Maysa das Neves Marques

Acadêmica de Física no IFPR - Campus Ivaiporã

Paulo Roberto Krüger

Professor no IFPR – Campus Ivaiporã

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Igualdade Racial; Educação.

INTRODUÇÃO

O Brasil se assume como uma sociedade igualitária e livre de preconceitos, onde a cor de nossas peles não evidencia o nosso caráter, porém, mesmo com a presença desse discurso, supostamente não racista, o racismo permanece existindo fortemente no Brasil. Essa discriminação racial tem como base a herança escravocrata brasileira.

Pretendemos estimular a discussão sobre o preconceito racial em nossa sociedade em paralelo com a importância dos Direitos Humanos na educação, adotando a pesquisa quali-quantitativa como metodologia para levantamento de dados e pesquisando o portal eletrônico da Revista Carta Capital as matérias marcadas (*tags*) como “Racismo”. Investigamos o número total de matérias relacionadas ao tema entre o período de 01/01/2018 até 31/08/2018 e selecionamos quatro matérias que tratam mais enfaticamente da questão do racismo no Brasil.

Sabendo que a escola é um espaço permeado de diversidades e diferenças, devemos tratar a temática de discriminação e preconceito racial por meio de um caminho que trabalha a sensibilização e formação cidadã, isto é, abordar a necessidade de se educar para os Direitos Humanos, fazendo com que ocorra o

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

aprendizado de que somos todos, como observado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

a Educação em Direitos Humanos precisa da cooperação de uma ampla variedade de sujeitos e instituições que atuem na proposição de ações que a sustentam. Para isso, todos os atores do ambiente educacional devem fazer parte do processo de implementação da Educação em Direitos Humanos. Isso significa que todas as pessoas [...] têm a possibilidade de usufruir de uma educação não discriminatória e democrática. (2011, p. 04).

REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Além de dados quantitativos, analisamos quatro matérias marcadas (*tags*) como racismo na revista Carta Capital: “A luta antirracista não é uma guerra de negros contra brancos”; “Racismo, universidade e as disputas pelos sentidos do mundo”; “Ser negro: desafios para a reconstrução da identidade”; e “Elisa Lucinda: As portas estão fechadas para os negros”.

Todas as matérias selecionadas evidenciam particularidades sobre o racismo que podemos encontrar em diversos lugares. Em qualquer ambiente, seja ele, típico ao negro ou ao branco, podemos ver a estranheza das pessoas na presença de miscigenações. Esta heterogeneidade gera palavras ofensivas, de cunho pejorativo. O Brasil está inserido no “mito da democracia racial”, ou seja, as pessoas afirmam que o racismo no Brasil não passa de um mito. Todo ‘branco’ carrega em si um potencial racista, que se deve a uma construção histórica da época colonial, onde o negro era colocado como ser inferior às demais raças; e conseguir reverter a visão extremamente preconceituosa da sociedade é a principal missão das lutas antirracistas. Ressaltamos que o preconceito é encontrado também em diversas universidades nacionais, pois há uma vasta quantidade de injúrias raciais realizadas neste âmbito, encontradas em vários espaços universitários, como em bancas de seleção. Existe uma enorme falta de representatividade nesses ambientes acadêmicos, que pode ser observado com a falta de cargos de maior importância a indivíduos afrodescendentes. Ainda assim, devemos reconhecer a ascensão das ações afirmativas, criadas para gerar oportunidades a pessoas negras nas universidades, todavia, apesar do número alunos negros de classe trabalhadora em programas de doutorado ter aumentado nos últimos dez anos, o mesmo não é observado no que tange a área dos concursos públicos, visto que ainda vemos mais

peessoas brancas do que negras ocupando os cargos de servidores públicos (SILVA, 2018).

Achille Mbembe apresenta as diferenças na sociedade, principalmente as vividas pelos negros. Em sua obra, o autor afirma que “enquanto construção social, negro é um conceito que designa a imagem de uma existência subalterna e de uma humanidade castrada”, ou seja, o negro é considerado invisível em uma sociedade hostil, capitalista e “branquialista”. A superioridade de uma raça sobre a outra e a negação da humanidade do outro é que gera o racismo; representando a escolha de quem deve viver ou morrer seja de maneira física, política ou simbólica. O conceito de raça não é visto enquanto característica física, antropológica ou genética, mas sim como fato que reduz o significado de um ser vivo apenas a sua aparência, transformando o ser humano em coisa, objeto ou mercadoria (RODNEY, 2018).

A atriz e militante das causas negras Elisa Lucinda, criadora de uma instituição socioeducativa, evidencia a dificuldade em nossa sociedade em encontrar representantes afrodescendentes nos cargos mais importantes e que talvez estaremos começando a presenciar uma inversão de valores, como a representação negra em cargos políticos e atuações artísticas. O Brasil vive um momento de Apartheid, cujo território nacional demarca: onde encontramos pessoas negras; onde encontramos pessoas brancas. É necessário que os negros tomem uma medida para combater o racismo, “é preciso escolher se você vai ser um abolicionista moderno ou um escravocrata” (LUCINDA, 2018).

Essa discussão faz parte do debate sobre Direitos Humanos, que são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Esses direitos asseguram a vida, a liberdade, o trabalho, a educação, entre outros, ou seja, garantem o princípio da dignidade da pessoa humana. Incluem a liberdade de expressão e de opinião, sendo todos assegurados sem discriminação. Todos estes direitos são firmados pela Organização das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2018).

Assim, discriminar alguém agride o princípio da dignidade da pessoa humana, ferindo então os Direitos Humanos. A discriminação surge como forma oculta nas normas, leis, políticas públicas, entre outras práticas cotidianas aparentemente desprovidas de qualquer aspecto discriminatório, mas que por trás possuem caráter

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

extremamente racista. A intolerância é o fator que impulsiona um país veladamente racista, devendo ser veementemente combatida. Visando diminuir e/ou erradicar a discriminação racial no Brasil, foi sancionado o Estatuto da Igualdade Racial, ressaltando que a educação é o fator que rege um país civilizado. O combate à discriminação racial é apenas mais uma das formas de educar a sociedade para aprender o que é, de fato, humanidade. O Estatuto da Igualdade Racial é mais uma ferramenta que legitima a atuação do Judiciário, para, inclusive, permitir a promoção de ações civis públicas, como multas às empresas em que a igualdade não está sendo respeitada. (LIMA, 2011)

A aprovação desse estatuto foi uma vitória para a população negra, uma vez que ele garante direitos básicos, como a saúde, moradia, educação, além de coibir a discriminação racial, possuindo grande relevância em termos históricos, resgatando e reconhecendo a dívida do Brasil com a população negra. Com esse estatuto, a comunidade negra passa a ter um instrumento que unifica as suas principais propostas, porém, agora em forma de lei.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no que foi discutido, apresentaremos a seguir, dois gráficos que mostram a relação mensal de matérias da Revista *Carta Capital* marcadas (*tags*) como racismo, apenas neste ano de 2018 (janeiro - agosto):

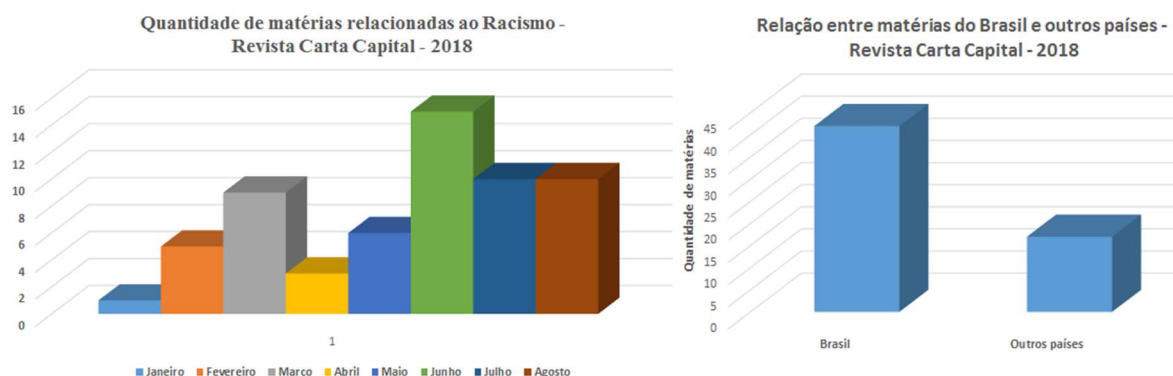


Gráfico 1 – Volume de matérias relacionadas ao racismo – Revista *Carta Capital*

Presenciamos nos gráficos acima a produção de 59 matérias sobre racismo entre janeiro e agosto de 2018, sendo que 42 tratam especificamente do Brasil, onde cerca de 54% da população é negra (IBGE, 2014). A questão racial presente no Brasil é forte, mesmo que negada por parte das pessoas e da mídia.

A mídia é um dos principais fatores responsáveis pela disseminação do preconceito, pois a falta de representatividade negra nela é nítida. Quando negros são retratados em novelas, geralmente, aparecem nos mais baixos cargos, como empregados, zeladores, escravos ou outros. Consonante a isso, nas matérias que analisamos observamos as dificuldades enfrentadas pelos negros em seu cotidiano, indo muito além do cenário apresentado pela mídia, transcendendo a ficção. A reprodução do preconceito está intimamente enraizada na estrutura cultural do Brasil e as reflexões feitas por Rodney (2018) acerca de como o negro é visto em nossa sociedade, juntamente com os relatos de Lucinda (2018) deixam bem claro este ponto. Todavia, cabe a nossa sociedade a compreensão de que os Direitos Humanos defendem que todos somos iguais independentemente da cor da pele, devendo a pessoa negra possuir os mesmos direitos e deveres do branco. As notícias enfatizam como os Direitos Humanos são feridos atualmente, evidenciando a necessidade de tratá-los na escola, prevenindo a ocorrência da exclusão racial.

Percebe-se nos brasileiros a falta do sentimento de empatia, cujo se refere ao ato de se colocar no lugar de outra pessoa. Se investigarmos o processo histórico-cultural perceberemos que uma maneira de mudar isso é por meio de um projeto político-pedagógico que envolva um ambiente com uma vasta diversidade cultural, isto é, a escola. Devemos promover a Igualdade Racial no ensino, desde a educação infantil. Assim, nada mais eficaz do que educar para os Direitos Humanos. É por meio da educação que conseguiremos mudar o processo de descaracterização cultural, que foi criado no período da colonização. De acordo com Silva (2011, p. 502):

As contribuições possíveis por parte da educação são de mudanças na lógica excludente das instituições escolares. Um ponto central seria uma reorganização dos currículos escolares em uma perspectiva multicultural, implantando uma educação aberta para o diálogo constante sobre e com as diferenças.

A Educação em Direitos Humanos fortalece a resistência democrática e garantem direitos adquiridos e a conquista de novos direitos. Educar para os Direitos Humanos, pauta a necessidade do diálogo, do entendimento e da reflexão crítica. É preciso construir políticas públicas e realmente implementar a Educação em Direitos Humanos.

Educar em direitos humanos é formar cidadãos e cidadãs para a realização de um novo modelo de desenvolvimento em todas as regiões do Brasil [...] É educar uma nova geração de cidadãos e cidadãs para implementação dos artigos 1º e 3º da Constituição Federal, que impõem a toda a comunidade

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

política (pessoas e segmentos organizados da sociedade civil empresas e poder público), o compromisso com um mesmo projeto de sociedade; fundado na dignidade humana e na participação no processo decisório sobre o desenvolvimento, por todas as pessoas nele implicadas (FEIX, 2012, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho ainda se encontra em fase inicial, mas já podemos observar que é importante aprimorar e desenvolver na educação brasileira, projetos e estudos com base nos Direitos Humanos, uma vez que este visa assegurar a dignidade de toda a sociedade, com igualdade para todos. Quando ensinado isto desde a educação básica, a criança passa a ter uma percepção de mundo diferente da qual ela está inserida. O ensino dos Direitos Humanos não passa somente pela transmissão oral do que se deve ou não ser feito, mas também passa pelo exemplo cotidiano. A escola tem o papel de problematizar temas históricos, sociais e culturais que levem os alunos a construir uma visão crítica do mundo e saber reconhecer que somos todos humanos e que nossas diferenças definem nossa personalidade e não nosso caráter.

REFERÊNCIAS:

COSTA, J. A. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acessado em: 21 set. 2018.

FEIX, V. et al. **Direitos humanos e relações étnico-raciais: caminhos para a educação**. Passo Fundo: Berthier, 2012.

LIMA, J.L.A. **Direitos Humanos e Discriminação Racial**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10352>. Acesso em: 18 set. 2018.

MERLINO, T. **Elisa Lucinda: “As portas estão fechadas para os negros”**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/elisa-lucinda-201cas-portas-estao-fechadas-para-os-negros201d>>. Acesso em: 14 set. 2018.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **O que são os Direitos Humanos?**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

RODNEY, P. **A luta antirracista não é uma guerra de negros contra brancos**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-luta-antirracista-nao-e-uma-guerra-de-negros-contra-brancos>>. Acesso em; 13 set. 2018.

RODNEY, P. **Ser negro: desafios para a reconstrução da identidade.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/ser-negro-desafios-para-a-reconstrucao-da-identidade>>. Acesso em: 13 set. 2018.

SILVA, L.S. **Racismo, universidade e as disputas pelos sentidos do mundo.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-socio/racismo-universidade-e-as-disputas-pelos-sentidos-do-mundo>>. Acesso em: 13 set. 2018.

SILVA, V.B.; ARAÚJO, D.C. **Educação em Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial.** Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6241/5115>>. Acesso em: 18 set. 2018.

**O PENSAMENTO DE EUGENIO GUDIN ACERCA DO CENÁRIO ECONOMICO E
TENSÃO SOCIAL DA DÉCADA DE 1960**

Daiane Fenti Rodrigues

Acadêmica de História na UEM – CRV

Neilaine Ramos Rocha de Lima

Professor da UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: Eugenio Gudín. Pensamento. Liberalismo. Economia. Democracia.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa de iniciação científica é analisar a linha de pensamento de Eugenio Gudín através de artigos publicados na década de 1960 e sua trajetória como intelectual do século XX. Sua colaboração é indispensável para o liberalismo brasileiro e para o entendimento de questões problemáticas a respeito do Brasil no período em questão. A análise implica salientar a linha de raciocínio de Gudín, seus ideais, suas críticas e sugestões as questões nacionais debatidas em seu contexto e que estão presentes até os dias atuais. As fontes fundamentais do objeto são artigos publicados por este periodicamente, no jornal O Globo, que aborda principalmente fatores como a democracia moldada pela educação e a cultura como causas primárias da tensão social do país. É nosso objetivo, portanto mostrar o perfil de Eugenio Gudín como economista renomado e sua análise diante do atraso econômico e suas causas.

INTRODUÇÃO

A década de 1960 foi marcada pela tensão social de uma série de acontecimentos que resultaram em uma enorme tensão social e desestabilização do país, sendo as manifestações, lutas ideológicas e políticas, crise econômica e a revolução/golpe de 1964.

Neste mesmo período o economista brasileiro Eugenio Gudín expõe suas ideias através de um jornal periódico chamado O Globo, onde aborda diversos temas da sociedade atual que se aplicam ao país.

Eugenio Gudín gerou grande repercussão defendendo o capital estrangeiro e criticando o auto gasto público, dependendo a redução das medidas de crédito como controle para a inflação, considerado devido a estes e outros fatores como o pai do liberalismo brasileiro.

Nascido em 1886 no Rio de Janeiro, formou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, seu interesse pela economia ganhou força na década de 1920. Foi fundador do primeiro curso de economia no país e ministro da fazenda no governo de Café Filho. Foi autor de obras importantes, inclusive que foram usadas como material de apoio no curso de economia, como é o exemplo de “Princípios da Economia Monetária” de 1943.

Para Maria Angélica Borges (2000), o atraso da realidade brasileira cria a necessidade de uma “figura teórica” como Eugênio Gudín e seu valor foi ter respondido a esta “missão” com uma produção sem precedentes na história do pensamento brasileiro.

Neste trabalho traz a análise dos artigos periódicos do economista para trazer seu ponto de vista e opiniões sobre o cenário Brasileiro e citando as influências externas, fazendo um recorte temporal para a análise da década de 1960. Dentro da sua linha de pensamento também trabalharemos algumas das sugestões de melhorias apresentadas pelo autor diante as devidas situações.

METODOLOGIA

Pensar no sentido das coisas e dos conceitos segundo Gudín nos remete a entender como absorvemos a história através das ideias, portanto a presente proposta de pesquisa visa analisar as ideias como objeto histórico.

O tipo de pesquisa será abordado por fontes escritas, contida nas obras de Eugenio Gudín sobre o Brasil durante a década de 1960.

A abordagem deste tema está contida principalmente em seus artigos escritos por fins de 1950 a 1970, reunidos no livro *Para um Brasil Melhor*, publicado pela editora APEC, que traz ideias gerais e princípios doutrinários, dos problemas daquela realidade, englobando aspectos nacionais e internacionais.

Outros trabalhos sobre o economista também serão analisados como base historiográfica da pesquisa, referentes a sua trajetória e influencia nacional.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

Outra fonte explorada é a mídia, pois através do jornal O Globo, que Gudin expunha seus artigos semanalmente, sendo este o jornal mais influente do período e retratava as ideias de Gudin de forma direta.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Barros a história se mostra perene e a mais real permanência no universo dos historiadores, onde história das ideias deve ser classificada como uma modalidade englobada pelos domínios da história.

O primeiro quesito para dividir a história em modalidades são as dimensões. Em primeiro plano estão a política, a cultura, a economia. Desta maneira, estas modalidades historiográficas, ao enfatizarem uma perspectiva da vida social, devem ser mais adequadamente localizadas no campo das dimensões historiográficas. Um segundo critério são as abordagens referindo-se ao modo de fazer histórias e os métodos utilizados.

Em um diálogo entre diferentes temas de primeiro pano, ele aponta que as ideias que são apresentadas divergem entre si, que é resultado de um sistema esquematizado do pensamento de indivíduos específicos que as representam.

Foi com os “contextualistas” ingleses – sobretudo com os trabalhos de História das Ideias Políticas desenvolvidos por Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock – que surge a proposta de que as ideias deveriam ser sempre e necessariamente relacionadas diretamente aos seus contextos de enunciação, uma vez que os ambientes históricos e culturais sempre influenciam extraordinariamente a escolha das questões a serem estudadas e, sobretudo, a formatação da própria linguagem mais específica dentro da qual um debate de ideias se realiza (BARROS, 2007, p. 13).

O artigo busca uma visão panorâmica a respeito da história das ideias e sua relação com a cultura, política e outros aspectos da historiografia, assim como nos serve para trazer à tona a possível metodologia utilizada para entender as ideias de Gudin de acordo com suas origens historiográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo como fruto de um projeto iniciação científica ainda em andamento, possibilitou a análise do pensamento de Gudin na década de 1960 e o impacto de suas ideias para nosso cenário atual. Este economista revolucionou as formas de fazer economia e trouxe novas teorias, além disso trata de temas problemáticos gerais, fazendo crítica a falta de incentivo à educação no país,

que afeta diretamente a democracia. Por fim, nesta primeira etapa analisamos a raiz dos problemas enfrentados no período e as soluções que por muitos se mostram atuais na presente realidade política e econômica do Brasil.

REFERÊNCIAS:

BORGES, Maria Angélica. Eugenio Gudín: as controvérsias do neoliberalismo Caboclo. Revista de Economia Política. São Paulo, vol. 20, nº 4 (80), outubro-dezembro/2000.

DANTAS, Jose Adalberto Mourão; ABRAHÃO, Cinthia Marla de Sena; REIS, Geraldo Antônio. Gudín, Bulhões, Furtado: Matrizes do pensamento econômico Brasileiro. 1 ed. Maringá: Eduem, 1999.

GUDIN, Eugenio. Inflação: Importação e exportação do café – crédito, desenvolvimento, industrialização. 2 eds. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

GUDIN, Eugenio. Para um Brasil melhor. 1 ed. Rio de Janeiro: APEC, 1969.

GUDIN, Eugênio. Reflexões e Comentários 1970-1978. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1978.

LIMA, Neilaine Ramos Rocha. Celso Furtado X Eugênio Gudín: a construção de um debate político sob a concepção basilar da dinâmica da história. 2017, tese (Doutorado em História)

TELEGINSKI, Jaqueline. Gudín e o Pensamento Liberal. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.3, n. 1, março 2010. Disponível em: <<http://img.fae.edu/galeria/getImage/1/1372279872764455.pdf>>

**A CONTRIBUIÇÃO DE NELSON WERNECK SODRÉ PARA O ISEB E SEU
DESTAQUE COMO PENSADOR INTELECTUAL POLÍTICO DA POLÍTICA
BRASILEIRA**

Ana Paula Batiston Mendes
Acadêmica de História na UEM – CRV

Neilaine Ramos Rocha de Lima
Professora da UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: História, ISEB, Nelson Werneck Sodré, Política.

RESUMO

O trabalho narra a participação de Nelson Werneck Sodré no Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) desde sua criação até seu desfecho em 1964, analisando seu posicionamento sobre o desenvolvimento nacional na década de 1950, sua carreira militar em harmonia com as ideias comunistas e suas principais obras que abordavam e criticavam o que se passava em sua época. O instituto foi criado em 1955 e tinha como objetivo principal que os intelectuais estudassem, ensinassem e divulgassem as ciências sociais.

INTRODUÇÃO

No dia 14 de julho 1955 foi fundado por decreto do Presidente Café Filho o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) que tinha como prioridade o estudo e a divulgação das ciências sociais contando com liberdade de pesquisa de opinião e de cátedra. O instituto teve como fundadores os intelectuais Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e o militar Nelson Werneck Sodré que contribuiu imensamente tanto para o ISEB quanto para a cultura do Brasil.

Sodré nasceu em 27 de abril 1911 e morreu em 13 de janeiro de 1999. Na adolescência ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, logo mais estudou na Escola Militar do Realengo, momento de sua vida em que iniciou a escrita de críticas literárias que eram publicadas de início na revista do Colégio, contudo chegaram a ser publicadas no Correio Paulista. Aos 27 anos Sodré publicou seu primeiro livro “História

da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos”. Ao adentrar a carreira militar o autor ganhou, com seu grupo, a eleição para dirigir o Clube Militar, no qual Sodré foi escalado como editor da Revista da Escola Militar.

Ao longo de sua carreira Sodré chegou a escrever mais de 50 obras nas quais destacava sua preocupação com as questões do mundo em que vivia. Segundo Cardoso (2013) Sodré sentia necessidade de desvendar o momento em que estava vivendo e se interessava em analisar não apenas a realidade do Brasil como também as realidades internacionais, na qual em sua maioria se direcionava para o lado político do país. Suas obras são famosas por se aplicarem aos problemas atuais que ainda continuam sem solução, como se Sodré escrevesse sobre as transformações que ocorriam no século XX conhecendo o século XXI.

Sodré era ligado ao partido comunista do Brasil, em suas obras publicadas após a década de 1950 fica explícito seu olhar marxista sobre as questões que abordava fazendo com que o autor fique conhecido na historiografia marxista brasileira. Devido à posição política que Sodré desempenhava fez inimidades que lhe custaram à carreira militar, em 1961 pediu para ser transferido para reserva, desistindo de ser Coronel no Quartel General da 8ª Região Militar, em Belém.

Para Toledo (1978) ao analisar a situação brasileira Sodré chegou a duas conclusões a) que pelo brasileiro ser um povo colonizado deveria aceitar fielmente os modelos exteriores; b) que deveria ser deixada em segundo plano a diferença entre burguesia nacional e classe trabalhadora, frente apenas o nacionalismo. O autor não era adepto a ideia de que o nacionalismo como ideologia fizesse com que o Brasil se transformasse como a Itália e a Alemanha fizeram, para Sodré as forças econômicas que geraram o nacionalismo são as mesmas que se opõe ao fascismo e nazismo. Por este motivo ele a defendia a vontade dos nacionalistas de controlarem o país para mudarem sua economia.

Em 1955 Sodré, em parceria de outros intelectuais brasileiros, fundou o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), em que atuou no Departamento de História. Sodré cunhou um projeto para reescrever a História do Brasil por não ser favorável ao modo como está era tratada até aquele momento. Em seu projeto os professores de ensino médio ganhavam a oportunidade de sair da rotina estabelecida e ensinar diferente do padrão estabelecido por tantos anos. O projeto continha uma coleção de livros de 10 volumes, porém nem todos os volumes chegaram a ser

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

publicados ou levados aos educadores já que muitos eram contra o modo estabelecido por Sodré afirmando que o projeto era mais militar que pedagógico. Os críticos não compactuaram com o modo marxista que Sodré utilizou para analisar a realidade brasileira.

De início o Instituto foi dividido entre os intelectuais desenvolvimentistas que comandavam as principais ideias e os intelectuais nacionalistas, Sodré era do grupo dos nacionalistas e não teve grande participação no ISEB antes da crise de 1958, que segundo Marinho (1984) teve como principal motivo o lançamento do livro de Hélio Jaguaribe “O Nacionalismo na atualidade Brasileira”. Por fim Jaguaribe sentiu-se desprestigiado pelos companheiros e deixou o instituto que passou por sérias mudanças internas ao ser comandado pelos nacionalistas. “Nelson Werneck Sodré foi um membro importante do ISEB desde sua fundação, mas certamente esteve mais identificado com a instituição na sua segunda fase.” (SILVA, 2001, p.02)

Sodré elaborou o Projeto Nacional-Desenvolvimentista que se tornou sucesso no governo de Juscelino Kubistchek. Em consonância com Lovatto (2009) desde o início a proposta do Instituto era abranger a ideologia Nacional-Desenvolvimentista no país, no entanto o projeto não obteve total força dos isebianos por manterem posições diferentes sobre o assunto.

METODOLOGIA

Entender a atuação de Sodré dentro e fora do ISEB durante a década de 1950, sendo assim a proposta de pesquisa tem como objetivo analisar as mudanças políticas e a atuação dos intelectuais dentro do ISEB.

Será utilizado como fonte as obras “O ISEB em seu momento histórico” de Luiz Carlos de Oliveira Marinho, 1984, “Introdução à Revolução Brasileira” de Nelson Werneck Sodré, 1960, e “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, 1958. Livros estes que indagam as tramas vivenciadas no meio intelectual no século XX, pois desde a construção do Instituto até seu desfecho trágico os intelectuais tinham o ISEB como uma forma de vida, demonstrando que eram diferentes de outros intelectuais tentavam interferir no meio político sem ganharem remuneração do Instituto.

Durante o trabalho será analisado quais foram as principais ideias de Sodré e as redes de sociabilidade que permitiram a criação e o desenvolvimento do ISEB

segundo o pensamento predominante daquela época. Será utilizado o método de análise textual, a fim de se extrair as respostas para os questionamentos presentes. Empregando o domínio da história dos intelectuais, será compreendida a importância deles nas transformações políticas, logo, pensaremos também em compreender a influência que estes intelectuais sofriam pela sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Jean- François Sirinelli (2013) escreveu um capítulo sobre os Intelectuais no livro “Por uma história política” de René Rémond. Neste capítulo o autor nos mostra como surgiu o campo dos intelectuais, o meio em que surgem, suas dificuldades, como as ideias lhes surgem e suas gerações.

Durante muito tempo os intelectuais formaram um grupo quase invisível para os historiadores “Esse “pequeno mundo estreito” aparentemente desencorajava qualquer abordagem quantitativa” (SIRINELLI, Jean-François, 2013. p, 234), porém durante o ano de 1970 o estudo sobre os intelectuais cresceu a ponto de se tornarem altamente importantes. O mundo intelectual saiu das sombras em parte pelo renascimento da história política que em grande parte se ligava aos intelectuais. Segundo Sirinelli “O renascimento da história política só podia ter efeitos induzidos sobre o estudo dos intelectuais” (2013, p. 237). Os intelectuais aos poucos passaram a serem abordados como um pequeno, porém muito importante grupo da sociedade.

No Brasil durante o século XX muitos intelectuais se tornaram importantes agentes no meio político e econômico, suas ideias, muitas vezes adiantadas ao tempo que viviam, foram de extrema importância para a sociedade. Nelson Werneck Sodré é considerado um dos mais destacados intelectuais brasileiros, sua contribuição para a história brasileira com diversos livros o torna uma referência para estudos sobre a história da política brasileira.

Devido à importância dos intelectuais no meio político em que viveram, esta pesquisa se estrutura nesta base teórica, tentando explicar a influência que os intelectuais obtiveram sobre a sociedade, modificando suas ideias e conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos aspectos analisados neste projeto de iniciação científica, ainda em andamento entende-se que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros auxiliou no

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

crescimento do pensamento político na década de 1950, além de legitimar a prática ideológica nacional-desenvolvimentista. O Intelectual Nelson Werneck Sodré foi de grande importância para o ISEB, visto que exerceu excelente trabalho no Departamento de História revolucionando o campo com sua obra “História da História Nova” de 1986, auxiliou os demais departamentos e obteve destaque no Pensamento Político Brasileiro por pensar em diversas propostas para os problemas que encontrava nas transformações que ocorriam no século XX.

REFERÊNCIAS

BIELCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econ mico Brasileiro no Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência**. Porto Alegre/RS: Revista Anos 90, UFRGS, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.

LOVATTO, A.  nio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.93-103, 2  sem. 2009. Disponível em: Acesso em: 06 de set. de 2018.

MARINHO, Luís Carlos de Oliveira. **O ISEB em seu Momento Histórico**. Rio de Janeiro, UFPR, Departamento de Filosofia, 1984.

SILVA, Marcos. Diante do imediato. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução   Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da História Nova**. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologias**, São Paulo,  tica, 1978.

OS ANARQUISTAS PAULISTAS E A LUTA CONTRA OS FASCISMOS E O RACISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS JORNAIS *A PLEBE* E *A LANTERNA* (1932-1935)

André Rodrigues

Mestrando em História na UEM – Campus Maringá

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo; jornais *A Plebe* e *A Lanterna*; fascismos; racismo.

RESUMO

O presente trabalho é derivado da pesquisa que desenvolvemos no Mestrado, pela qual analisamos a militância antifascista dos anarquistas de São Paulo entre os anos de 1932 e 1935, tomando como fonte de estudo as edições dos jornais *A Plebe* e *A Lanterna*. Em nossa pesquisa trabalhamos com o antifascismo dos anarquistas de forma ampla, ou seja, investigamos não somente as atividades políticas como reuniões, assembleias e atos públicos antifascistas que os anarquistas participaram, mas também a oposição ideológica da imprensa libertária contra os movimentos e regimes fascistas que emergiram com força no início da década de 1930. No que se refere à oposição ideológica anarquista aos fascismos, um dos pontos que mais chamou a atenção foi a forte identificação entre racismo e fascismo.

A década de 1930, por um lado, é vista como um período de rápida expansão e fortalecimento dos movimentos e regimes de extrema direita, por outro lado, também é marcada pelo fortalecimento dos movimentos antifascistas. Em âmbito nacional, esse é o momento no qual a militância antifascista deixou de ser mais relacionado às esquerdas italianas residentes em território nacional que se opunham a Mussolini e se tornou algo que veio a interligar os mais diversos grupos da esquerda brasileira, como comunistas, socialistas e anarquistas, na luta contra o integralismo, o maior movimento fascista existente fora da Europa (ROMANI, 2014). Já em nível internacional, esse momento é marcado pela ascensão do nazismo na Alemanha e também pelo surgimento de movimentos fascistas em diversas regiões do globo, o que fez com que as esquerdas procurassem criar diversos meios para combater os fascismos, como organizações, jornais e frentes únicas e a questionarem

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

constantemente alguns valores que ficaram relacionados a esses movimentos como o autoritarismo e o racismo.

Para desenvolver este estudo, que tem por objetivo analisar como os anarquistas interpretaram de forma crítica as possíveis relações entre os fascismos e o racismo por meio dos jornais *A Plebe* e *A Lanterna*, nos valeremos das contribuições teórico-metodológicas advindas da renovação da história política, que ocorreu principalmente a partir de 1970, e ampliou a compreensão do político, que deixou de ser visto como “um domínio isolado” e passou a ser entendido com “uma modalidade da prática social”, que “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva” (RÉMOND, 2003: 35-36).

Com essa renovação, os estudos do âmbito político deixaram de ter a aparência de uma história somente das “grandes obras” de “grandes homens”, multiplicando-se para uma variedade de temáticas, desde a análise das ideias dos intelectuais, dos órgãos de imprensa, das fontes audiovisuais, etc. Em nossa pesquisa, que tem como finalidade entender o pensamento antifascista e antirracista dos anarquistas, concordamos com o historiador Michel Winock (2003), que ressalta a importância da imprensa como uma das fontes mais produtivas para se compreender as ideias das correntes de pensamento e dos grupos políticos.

Por meio do presente trabalho será possível observar que os anarquistas estiveram intensamente preocupados com o racismo oficial que estava tomando corpo na Alemanha a partir da ascensão do nazismo ao poder em 1933. E assim, os anarquistas, ao analisarem o discurso arianista pregado pelos nazistas e a perseguição aos judeus em território alemão, também passaram a identificar nos regimes fascistas uma forte tendência ao racismo, o que os levou a propagar a ideia de que um governo fascista era inaplicável ao Brasil, pois de acordo com as suas perspectivas no país não havia discriminação racial e a sua própria constituição histórica era baseada na valorização da diversidade étnica, religiosa e cultural, o que fazia do fascismo uma “planta exótica” incapaz de germinar em território nacional.

No entanto, já em relação ao integralismo, o maior movimento fascista que existia no Brasil, não encontramos nenhum artigo na imprensa anarquistas atacando-o diretamente como um movimento racista, o que se deve principalmente às relações mais brandas que o integralismo manteve com as questões de ordem racial se comparadas com outros movimentos fascistas (BERTONHA, 2014). Mas mesmo não

ocorrendo esse ataque direto, os anarquistas se incomodaram com a presença de pessoas negras entre os militantes integralistas, o que os levou a pautarem que os trabalhadores negros não deveriam entrar de forma alguma para o integralismo, para assim evitarem ser manipulados pelas lideranças desse movimento, que só os queriam para que exercessem os atos violentos que o integralismo necessitava para chegar ao poder por meio de um golpe de Estado.

Por fim, destacamos que no início da década de 1930, quando os movimentos antifascistas estavam ganhando fôlego no Brasil, os anarquistas foram um dos grupos da esquerda paulista que mais se preocuparam em analisar de forma crítica por meio dos seus jornais as possíveis ligações entre fascismos e racismo, principalmente quando o nazismo entrou em ascensão na Alemanha e começou a propagar com força o discurso arianista e o antissemitismo nesse país.

REFERÊNCIAS:

BERTONHA, João Fábio. **Integralismo**: problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: EDUEM, 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. RJ: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, André. **Sob o estandarte rubro-negro**: anarquismo e antifascismo nos jornais *A Plebe* e *A Lanterna* (1932-1935). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2017.

ROMANI, Carlo. Italianos, antifascismo e perseguição política na Era Vargas. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da, GONÇALVES, Leandro Pereira (org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad x: Faperj, 2014. p. 89-110.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. RJ: Editora FGV, 2003.

FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS:

A LANTERNA. São Paulo, 1933-1935. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) -Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo.

A PLEBE. São Paulo, 1932-1935. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO REGIME MILITAR (1964-1979): REPRESSÃO E O PERFIL DOS ATINGIDOS COM BASE NO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS

Tainara Cristina Egidio Camargo
Acadêmica de História na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil; Brasil: Nunca Mais; ditadura militar; repressão política.

O objetivo do presente trabalho é compreender a organização, a atuação e a repressão sofrida pelo movimento estudantil durante o regime militar (1964 a 1979). Para facilitar a exploração desse tema geral, foram traçados três objetivos específicos. O primeiro deles é destacar a história do movimento estudantil, bem como as ações e as atividades de contestação colocadas em prática durante o regime militar. O segundo ponto foi analisar os mecanismos de repressão acionados pelo Estado Autoritário para conter a organização estudantil. O último dos três foi identificar a maneira como o regime militar classificava o perfil dos estudantes por meio dos dados elencados nos processos-crime do projeto BNM.

A metodologia aplicada foi uma revisão bibliográfica e uso de documentos do BNM (Projeto Brasil Nunca Mais). O uso desses documentos, e de outros documentos da época da ditadura, não é apenas aceita-los como fatos concretos. Durante o desenvolvimento do trabalho, foi necessário entender o contexto no qual eles foram produzidos, quem deveria beneficiar, e também os fatos que deles foram omitidos, sendo tão importantes quanto os que foram incluídos.

A análise do movimento estudantil como um todo se dá pela visão destacada no trabalho do fato que a coletividade tem mais importância na história humana, tendo mais valor que o individualismo.

O trabalho traça uma narrativa histórica para descrever a perseguição do movimento estudantil, representado fortemente pela UNE, desde o dia após o golpe militar de 64. Após a confirmação da deposição do governo legítimo de João Goulart, o AI-1 foi decretado, prevendo a instauração de inquéritos individuais e coletivos, onde muitos desses perseguidos eram estudantes. Isto se deu pelo fato de a UNE ter se posicionado contra os perpetradores do golpe e que se manteriam no poder por duas décadas no governo federal. O primeiro grande ato contra o movimento estudantil foi

a invasão e depredação da sede da UNE na Praia do Flamengo. Também ocorreram ataques em outras cidades contra os estudantes, como em São Paulo e Brasília, com o uso do aparato de segurança do governo. Ainda em 1964, foi instaurada a Operação Limpeza, do governo Castelo Branco, que visava excluir todos que estiveram envolvidos no governo de João Goulart, ou em movimentos revolucionários e sociais. Em novembro do mesmo ano, foi sancionada a lei Suplicy de Lacerda, retirando legalmente a representatividade da UNE.

Em 1965, foi instituído o AI-2, que extinguiu os partidos existentes, dando início ao bipartidarismo entre MDB (oposição controlada) e ARENA (base governista). Em 66, o AI-3 foi promulgado, tornando o cargo de governador um feito por indicação do poder executivo federal. O AI-4 foi um anúncio para uma nova constituição, que conteria todos os atos institucionais do governo militar. Em janeiro de 1967, essa nova constituição foi promulgada, dando legitimidade ao governo. Durante o governo de Castelo Branco, além da nova Constituição, foram aprovadas mais de 700 leis, 11 Emendas Constitucionais, baixados 312 Decretos-Lei, 19.259 Decretos, 4 Atos Institucionais, 36 Atos Complementares e 3.747 atos punitivos.

Com a ascensão de Arthur da Costa e Silva à presidência, houve o sonho que a democracia voltasse, algo que não se realizou. A repressão continuou, com a proibição das atividades da Frente Ampla, pois era vista como uma estimuladora da agitação estudantil. Foi nesse período, 1967-68, que os estudantes começaram a elaborar demandas mais concretas, tendo em vista a dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, com a ampliação da educação superior, além da luta pela volta da democracia. Na primeira questão, as vagas para o ensino superior eram insuficientes para suprir a demanda, mas ao invés do governo mudar o modelo educacional, preferia reprimir aqueles jovens que protestassem. Já na segunda questão foi assinalada pela morte do estudante, Edson Luís de Lima Souto, em março de 1968. Isso demonstrava como ninguém estava a salvo da repressão, sendo necessária a volta da democracia para a segurança da população.

Em dezembro de 1968, o Ato Institucional no 5 (AI-5) entrou em vigor, fechando o Congresso por tempo indeterminado, transferiu funções do poder Legislativo para o poder Executivo, suspendeu a garantia de habeas corpus nos casos de crime político contra a segurança nacional e acabou com os últimos sinais de democracia no país. Depois disso, os estudantes perderam sua representação, com

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

jovens aderindo a movimentos operários e revolucionários. Apesar desse baque, a UNE continuou operando na ilegalidade.

Todos esses dados fortalecem o argumento de que os documentos oficiais servem tanto para analisar o que está escrito neles, como também o que foi omitido, visto que toda essa repressão era excluída no âmbito interno, mas reconhecida externamente. Muitas pessoas foram perseguidas, torturadas e presas e o resultado disso foi a produção de documentos que reconheciam esses fatos, apesar de não os expor.

O projeto BNM teve seu trabalho facilitado pela própria burocracia do período militar, visto que ela mantinha todos os processos guardados e organizados, tornando o trabalho de pesquisa mais simples. Os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) que eram abertos para investigar atos de subversão eram formados pela fase policial, que investigava o suposto crime e sua autoria por meio dos “interrogatórios preliminares. Dentro desse contexto legal, havia também a fase judicial e o momento da sentença, que podia ser marcada pela injustiça e pela ilegalidade. As prisões também aconteciam de diversas maneiras, sem mandado judicial, altas horas da noite e muitas vezes com agressões, uso de armas

Com relação aos resultados obtidos, a pesquisa observou que entre 1964 e 1979 foram totalizados 695 processos que envolveram cerca de 7.367 nomes. Entre 1964 e 1966, no governo de Castello Branco, foram envolvidos 2.127 e no período do governo do General Presidente Emílio Garrastazu Médici, 4.460, destas pessoas. Destas, 87% eram homens e 13% mulheres. Em relação à faixa etária, 38,9% tinham menos de 25 anos e de 2.868 pessoas envolvidas, 91 ainda não haviam completado 18 anos. Alguns desses processos possuíam a presença de organizações de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), grupos Trotskistas como o Partido Operário Revolucionário (PORT), organizações do nacionalismo revolucionário como o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), Movimento de Ação Revolucionária (MAR), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR26), Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR21), Frente de Libertação Nacional (FLN) e a Resistência Armada Nacional (RAN),

algumas das organizações nas quais alguns estudantes se ligaram para fazer oposição à ditadura militar.

A presença dos estudantes nos documentos do BNM aparece de duas formas: com o Movimento Estudantil Libertário (MEL) presente no BNM 137 Ação Penal nº58/69, no estado do Rio de Janeiro, e os processos classificados como “setor estudantil” que totalizam 52 processos. Geograficamente, estão distribuídos da seguinte maneira: 14 referentes a região nordeste (3 na Bahia, 3 no Ceará, e 8 em Pernambuco), 1 no Centro-Oeste (Distrito Federal), 27 na região Sudeste (3 em Minas Gerais, 15 no Rio de Janeiro e 9 em São Paulo), 8 na região Sul (4 no Paraná e 4 no Rio Grande do Sul) e 1 na região Norte (Pará):

Os processos se iniciam no ano de 1967 indo até 1974 com o intervalo de 1973 onde não consta nenhum arquivo. A faixa de idade dos estudantes varia de 18 a 26 anos. Os fatores de acusação eram sabotagem e terrorismo, provocação de guerra subversiva, agrupamento paramilitar, propaganda subversiva, incitação ao crime contra a Segurança Nacional, destruição de símbolo nacional, tentativa de subversão, agrupamento perigoso contra a Segurança Nacional, greve ilícita, divulgação de notícias falsas, apologia de crime contra a Segurança Nacional, facilitação de fuga de presos, ofensa à dignitários e posse ilícita de armamentos. Há diversos tipos de processos, desde aqueles com poucos envolvidos e sobre episódios isolados, e outros mais volumosos, nos quais estão presentes perseguição policial, prisão preventiva de diversos estudantes. O trabalho encerra com uma tabela de todos os estudantes cujos nomes apareceram na pesquisa de dados entre os processos.

A proposta do presente trabalho foram os resultados obtidos durante a iniciação científica, que versou sobre a atuação do movimento estudantil desde o início do golpe civil-militar, com destaque à resistência, à clandestinidade, suas pautas sobre educação e a favor da democracia. Em síntese, pode-se concluir que o movimento estudantil atuou de maneira intrínseca para uma oposição àquele período, marcando a história do Brasil e a própria história da UNE

REFERÊNCIAS:

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

GUSSON. Claudia M. Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964/1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTANA, Flávia De Angelis. Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

O JORNAL *LA PROTESTA HUMANA* E SUA MULTIPLICIDADE DE INTERPRETAÇÕES: IMPRENSA OPERÁRIA, POPULAR OU ANARQUISTA? (1897-1901)

Ana Carla Rodrigues Ribeiro
Acadêmica de História na UEM – CRV

PALAVRAS-CHAVE: História da Argentina; imprensa; anarquismo.

Atualmente imprensa é uma das fontes documentais mais utilizadas para elaborar o conhecimento histórico, além de serem “arquivos do cotidiano”, são prolíficos, principalmente, nas áreas de História Social, História das Ideologias e História das Mentalidades (ZICMAN, 1985). O jornal, como qualquer outra fonte, possui suas particularidades metodológicas; no nosso caso, devemos compreender as inúmeras dimensões de forma e conteúdo. Devemos entender que a produção, do que hoje tomamos com fonte, foi fruto do pensamento e da ação de um determinado grupo que imprimiu no jornal seus posicionamentos e suas opiniões. A fonte imprensa também carrega em sua forma inúmeras características que são essenciais para entender o contexto. Por exemplo, o nome do periódico carrega muito das intenções de seus produtores, é o seu “cartão de visita”, por isso deve ser bem elaborado por quem o produz (LOBATO, 2009). O historiador, que se preocupa com o contexto de concepção do jornal, e sua relação com o produtor, também se preocupa em como vai olhar para essa fonte, e, conseqüentemente, como ele vai olhar para esse grupo que o produziu, quais aspectos do periódico vão ganhar voz.

O periódico que apresentaremos é o *La Protesta Humana* (LPH), periódico inaugurado em Buenos Aires¹², no dia 13 de junho de 1897, por operários e militantes anarquistas, com uma periodicidade quinzenal. Sua estrutura é composta por 4 laudas, preenchidas por 4 colunas; os textos predominam e as imagens são poucas. Por ser um dos periódicos mais representativos do anarquismo na Argentina, é fonte

¹² O *LPH*, que, a partir de 1903, vira apenas “La Protesta”, é um dos mais longevos periódicos argentinos, sendo publicado, esporadicamente, até os dias de hoje. Nosso recorte restringe-se ao período de 1897 até 1901, prezando uma homogeneidade de conteúdo e forma nesse espaço, já que a partir desse ano, várias alterações são encontradas no jornal, como a mudança do editor, a mudança de nome e a filiação à F.O.R.A. (Federacion Obrera Regional Argentina)

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

de várias análises historiográficas, desde Diego Abbad de Santillán¹³, que representou a linha historiográfica militante (POY, 2012), já que era muito ativo no corpo editorial do jornal, até Juan Suriano¹⁴, historiador que parte de uma perspectiva de cultura política. A partir disso, vemos que são variadas as formas a partir das quais se analisa o periódico. Mirta Zaida Lobato (2009), por exemplo, em seu livro *La Prensa Obrera*, se utiliza dos termos: imprensa popular e imprensa operária para designar não só o LPH, mas diversos outros periódicos que foram concebidos no mesmo contexto. É essa perspectiva que iremos abordar aqui, a partir da questão que a define: quem produzia o LPH?

A sociedade argentina de fins do XIX e começo do XX, vivia uma reconfiguração decorrente do aluvião migratório vindo da Europa e do crescimento econômico nos ditames capitalistas. O número de pessoas economicamente ativas cresceu de tal forma que, entre 1869 e 1914, triplicou. (LOBATO, 2009, p. 469). O grupo de trabalhadores, composto primordialmente por imigrantes, era a mão-de-obra base para esse crescimento (idem).

Não obstante, esse grande índice de trabalhadores não era afetado, ou se deixava afetar, apenas pela economia; o grupo em questão também produzia sua própria cultura política, ligada a seus anseios e concepções de vida. Nesse sentido, podemos encontrar nos periódicos uma das fontes para compreender a experiência e a formação dos operários da época. Lobato (2009) aponta que a disseminação da imprensa também está ligada com o crescimento da classe trabalhadora, que encontrava nos periódicos um meio de denunciar os abusos sofridos no ambiente de trabalho e propagar suas reivindicações, geralmente, ligadas a correntes de esquerda que contemplavam o proletariado.

Diante dessa relação mútua entre a imprensa operária e ideologias de esquerda, durante muito tempo a historiografia encarou os dois tópicos como um só, fazendo do anarquismo – que é a matriz de nosso jornal estudado – apenas um apêndice da história do sindicalismo ou do trabalho. Entretanto, ambos não são

¹³ Abad de Santillán, Diego. El movimiento anarquista en la Argentina. Desde sus comienzos hasta el año 1910. Buenos Aires, 1930.

Abad de Santillán, Diego. La FORA: ideología y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina. Buenos Aires, 1933.

¹⁴ SURIANO, Juan. Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires (1890- 1910). Buenos Aires: Manatí, 2008.

sinônimos, como aponta o historiador Juan Suriano (2008), apesar das causas proletárias serem essenciais para os anarquistas, essas não eram sua única causa. A emancipação do trabalhador, apesar de ser a mais importante, era vista como um dentre vários outros meios de opressão que o indivíduo sofria.

Dessa forma, pelo caráter polifônico que os anarquistas tinham, de denunciar as mais diversas formas de opressão da vida cotidiana – como a mulher no ambiente familiar e a opressão moral da Igreja contra todos, por exemplo –, não julgamos coerente encarar a nossa fonte de estudos como uma imprensa operária. Além disso, é extremamente necessário que possamos apresentar uma historiografia que consiga compreender de forma mais ampla a ideologia anarquista. Como aponta a historiadora Margareth Rago (2001), a historiografia anarquista ainda é tradicional, fechando-se, na maioria das vezes, a uma perspectiva marxista que classifica o anarquismo como uma ideologia até “pré-política”, em função da sua relação apática com a política de Estado e burocratizada. Essa visão marginaliza as outras inúmeras discussões que o anarquismo aborda, como já dissemos aqui.

Outro termo para designar esse tipo de imprensa é a classificação de *imprensa popular*. A designação de imprensa popular é largamente associada como uma imprensa de massas, voltada para as classes trabalhadoras. Essa perspectiva, segundo Guillermo Sunkel (1985), decorre do marxismo e sua tentativa de associar a esquerda com as massas populares. Nesse sentido, quer seja a imprensa popular associada a massa trabalhadora ou a um conceito de popular mais amplo, como prefigura Sunkel, julgamos não ser esse também o mais adequado para o caso de LPH. A nossa experiência com o jornal evidenciou que seu corpo editorial e de correspondentes era mesclado entre militantes anarquistas intelectuais – como Pietro Gori, advogado de profissão – e operários anarquistas – a exemplo, Gregorio Lafarga –, fugindo, assim, das delimitações de uma imprensa popular, pelo menos em termos dos seus produtores.

Além disso, outro motivo que nos leva a não utilizar o termo de imprensa popular, é o próprio projeto cultural anarquista. Juan Suriano (2005), destaca que muitos dos projetos anarquistas – como os círculos e as festas libertárias – não reproduziam a cultura popular, assim como criticavam a cultura burguesa ou de Estado. Nesse sentido, o movimento seguia seus próprios ideais para construir sua cultura política, funcionando muito mais como uma alternativa entre as culturas

I ENCONTRO DE HUMANIDADES DO VALE DO IVAÍ

A DEMOCRACIA DE PAPEL

popular e burguesa, utilizando alguns elementos de ambos, mas adaptando-a para seus próprios interesses.

Por fim, ressaltamos a escolha da terminologia *imprensa anarquista*. Julgamos ser essa a mais coerente, afinal, o próprio jornal se intitulava como um “periódico anarquista”, desde a primeira edição e durante todo o período que o analisamos. Além disso, podemos verificar que o seu público-alvo não ficava restrito apenas aos operários ou apenas à classe popular; os artigos e textos de LPH contemplavam operários, intelectuais e demais pessoas identificadas com o anarquismo. Como afirma Suriano (2008), o anarquismo tem um caráter universal e por isso não faz distinção de classe ou gênero, em teoria, mas aborda o indivíduo em si, independentemente de sua condição social.

REFERÊNCIAS:

Fabio López de la Roche F.L., "Sunkel, Guillermo. Razón y pasión en la prensa popular. Un estudio sobre la cultura popular, cultura de masas y cultura política. Santiago de Chile, ILET, 1985", *Historia Crítica*, 4 (July 1990): 185-188.

LOBATO, Mirta Zaida. *La prensa obrera*. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

POY, Lucas. Socialismo y anarquismo en la formación de la clase obrera en Argentina: problemas historiográficos y apuntes metodológicos. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, v. 1, p. 1-34, 2012.

RAGO, Margareth. Por uma historiografia libertária. In: *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 24-28

SURIANO, Juan. *Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires (1890-1910)*. Buenos Aires: Manatíanal, 2008.

SURIANO, Juan. *Auge y caída del anarquismo: Argentina, 1880-1930*. 1ª ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2005.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 4, 1985.